

VOLUME
EXTRA 1
2023

**BOLETIM DO
ARQUIVO DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA**

2023

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

1 2



9 0

**UNIVERSIDADE D
COIMBRA**

FICHA TÉCNICA

DIREÇÃO

Maria Cristina Vieira de Freitas

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA DESTE NÚMERO

Paulo Batista

Paula André

CONSELHO DE REDAÇÃO

Ana Maria Bandeira (AUC - amlb@ci.uc.pt)

Gracinda Guedes (AUC - gracinda.guedes@auc.uc.pt)

Ilídio Pereira (AUC - ilidio@ci.uc.pt)

José Pedro Paiva (FLUC - leipaiva@fl.uc.pt)

Leontina Ventura (FLUC - leventura@sapo.pt)

Maria Cristina Vieira de Freitas (FLUC - cristina.freitas@fl.uc.pt)

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Gracinda Maria Ferreira Guedes

SUPERVISÃO EDITORIAL

Mara Alexandra Dias Almeida

CONSELHO EXTERNO DE CONSULTORES

Abel Rodrigues (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - abel.roiz@gmail.com)

Agustín Vivas Moreno (Univ. de Extremadura, Cáceres, Espanha - avivas@alcazaba.unex.es)

Ánia Célia Rodrigues (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - anyrodrigues@yahoo.com.br)

Ana Isabel Lopez Salazar (Univ. Complutense de Madrid, Espanha - ailopezsalazar@hotmail.com)

Ana Isabel Ribeiro (Univ. Coimbra, Portugal - aribeiro@fl.uc.pt)

António Resende de Oliveira (Univ. de Coimbra, Portugal - areseendeo@gmail.com)

Bernard Vincent (EHESSE, Paris, França - bernard.vincent@ehess.fr)

Bernardo Vasconcelos e Sousa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - bvases@fch.unl.pt)

Caio César Boschi (Pontifícia Univ. de Belo Horizonte, Brasil - caioboschi@hotmail.com)

Carlos Alberto Ávila Araújo (Univ. Federal de Minas Gerais, Brasil - carlosaraujofmg@gmail.com)

Carlos Guardado da Silva (Univ. de Lisboa, Portugal - carlosguardadodasilva@gmail.com)

Conceição Casanova (Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Portugal - mccasanova@museus.ulisboa.pt)

Dalila Rodrigues (Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, Portugal - dalilaroddes@gmail.com)

Daniel Norte Giebels (Univ. de Coimbra, Portugal - danielgiebels@gmail.com)

Daniela Fernandes Gabriel (Câmara Municipal do Porto, Portugal - danielafernandes@cm-porto.pt)

Dunia Llanes Padrón (Univ. Havana, Cuba - duniallp@yahoo.es)

Evergton Sales Souza (Univ. Federal da Bahia, Brasil - evergtons@gmail.com)

Fátima O Ramos (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - m-fatima.oramos@dglab.gov.pt)

Fátima Reis (Univ. Lisboa, Portugal - fatimareis@fl.ul.pt)

Fernanda Olival (Univ. de Évora, Portugal - fernanda.olival@gmail.com)

Fernanda Ribeiro (Univ. do Porto, Portugal - fribeiro.flup@gmail.com)

Fernando Taveira da Fonseca (Univ. de Coimbra, Portugal - fertaveira@gmail.com)

Gabriel Paquette (Univ. de Oregon, EUA - paquette@uoregon.edu)

Georgina Silva dos Santos (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - georginasantos@uol.com.br)

Geraldo Mártires Coelho (Univ. Federal do Pará, Brasil - gmartirescoelho@gmail.com)

Giuseppe Marocci (Univ. de Oxford, Reino Unido - giuseppe.marocci@gmail.com)

Guilhermina Mota (Univ. de Coimbra, Portugal - guimota@mail.telepac.pt)

Heloísa Bellotto (Univ. de São Paulo, Brasil - hbellotto@yahoo.com.br)

Hugo Ribeiro da Silva (Univ. de Coimbra, Portugal - hribeirodasilva@hotmail.com)

Inês Amorim (Univ. do Porto, Portugal - inesamorimflup@gmail.com)

Isabel Drumond Braga (Univ. de Lisboa, Portugal - isabeldrumondbraga@hotmail.com)

Isabel Vargues (Univ. de Coimbra, Portugal - ivargues@fl.uc.pt)

Jacqueline Herman (Univ. Estadual do Rio de Janeiro, Brasil - jacquehermann@uol.com.br)

Jaime Gouveia (Univ. Coimbra, Portugal - jaim.ricardo@gmail.com)

Jaime Reis (Univ. de Lisboa, Portugal - jaime.reis@ics.ul.pt)

Joana Antunes (Univ. Coimbra, Portugal - joana.filipa.antunes@gmail.com)

Joana Brites (Univ. Coimbra, Portugal - joanabrites@hotmail.com)

João José Alves Dias (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - joaalvesdias@gmail.com)

João Manuel Filipe Gouveia Monteiro (Univ. Coimbra, Portugal - joao.g.monteiro@uc.pt)

João Paulo Avelãs Nunes (Univ. Coimbra, Portugal - jpavelas@fl.uc.pt)

José Luis Bonal Zazo (Univ. Extremadura, Badajoz, Espanha - jlbonal@unex.es)

José Maria Jardim (Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil - jardimbr@gmail.com)

José Miguel Sardica (Univ. Católica Portuguesa, Portugal - jsardica@fch.lisboa.ucp.pt)

José Murilo de Carvalho (Professor Emérito, Univ. Federal do Rio de Janeiro, Brasil - josemurilodecarvalho@gmail.com)

José Vicente Serrão (ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal - jose.serrao@iscte-iul.pt)

Judite Gonçalves de Freitas (Univ. Fernando Pessoa, Porto, Portugal - jfreitas@ufp.edu.pt)

Karen Racine (Univ. de Guelph, Toronto, Canadá - kracine@uoguelph.ca)

Laurinda Abreu (Univ. Évora, Portugal - laurinda.abreu@mail.telepac.pt)

Luciana Duranti (Univ. of British Columbia, Vancouver, Canada - luciana.duranti@ubc.ca)

Lucília Runa (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - lucilia.runa@dglab.gov.pt)

Luís Carlos Amaral (Univ. do Porto, Portugal - lamaral@letras.up.pt)

Luís Miguel Nunes Corujo (Univ. de Lisboa, Portugal - luiscorujoc@campus.ul.pt)

Luís de Vasconcellos e Sá (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - luis.sa@dglab.gov.pt)

Mafalda Soares da Cunha (Univ. de Évora, Portugal - msc@uevora.pt)

Manuel José de Sousa Barbosa (Univ. Lisboa, Portugal - menamanuel@sapo.pt)

Manuel Loff (Univ. Porto, Portugal - mloff@letras.up.pt)

Margarida Sobral Neto (Univ. de Coimbra, Portugal - marnet95@gmail.com)

Maria Antónia Lopes (Univ. Coimbra, Portugal - mafilopes@netvisao.pt)

Maria Beatriz Marques (Univ. Coimbra, Portugal - beatrizmarques35@gmail.com)

Maria de Lurdes Rosa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - missi@oniduo.pt)

Maria do Rosário Morujão (Univ. Coimbra, Portugal - mrbmorujao@uc.pt)

Maria Izilda Santos de Matos (Pontifícia Univ. Católica de São Paulo, Brasil - mismatos@puccsp.br)

Maria José Azevedo Santos (Univ. Coimbra, Portugal - mazevedo_santos@yahoo.com)

Maria Manuel Borges (Univ. Coimbra, Portugal - mmborges@gmail.com)

Maria Manuela Azevedo Pinto (Univ. do Porto, Portugal - mmpinto@letras.up.pt)

Maria Manuela Moro Cabero (Univ. Salamanca, Espanha - moroca@usal.es)

Mário Farelo (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - mario.farelo@fch.unl.pt)

Marta Maria Lobo de Araújo (Univ. Minho, Portugal - martalobo@ics.uninho.pt)

Natália Bolfarini Tognoli (Univ. Federal Fluminense, Brasil - nataliatognoli@id.uff.br)

Nuno Rosmaninho (Univ. Aveiro, Portugal - rosmaninho@ua.pt)

Patrícia Souza de Farja (Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil - patricia@carvano.com.br)

Paulo Batista (Univ. Évora, Portugal - pjmb@uevora.pt)

Pedro López Gómez (Univ. da A Coruña, Espanha - plogo@telefonica.net)

Renato Rocha Souza (Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil - renato.souza@fgv.br)

Rui Casção (Univ. de Coimbra, Portugal - rafcascao@gmail.com)

Rui Cunha Martins (Univ. de Coimbra, Portugal - rcmartin@ci.uc.pt)

Sandra Costa Saldanha (Univ. Coimbra, Portugal - sandrasaldanha@netcabo.pt)

Sandra Vaz Costa (Direção-Geral do Património Cultural, Portugal - cvcosta@dgpcc.pt)

Saul António Gomes (Univ. Coimbra, Portugal - sagcs@fl.uc.pt)

Tamar Herzog (Univ. Harvard, USA - therzog@jas.harvard.edu)

VOLUME
EXTRA 1
2023

BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

INFOGRAFIA

Imprensa da Universidade de Coimbra

ISSN

0872-5632
2182-7974

DOI DA REVISTA

<https://doi.org/10.14195/2182-7974>

DOI DO VOLUME

https://doi.org/10.14195/2182-7974_extra2023_1

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra
Arquivo da Universidade de Coimbra
Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal
URL: <http://www.uc.pt/auc>

Os artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores.

© Arquivo da Universidade de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra

ÍNDICES INTERNACIONAIS

WEB OF SCIENCE® Scopus® DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS MIAR



Sumário

NOTA DE APRESENTAÇÃO	7
-----------------------------------	----------

ESTUDOS

Problemas, retos y oportunidades en los Archivos de Arquitectura.....	15
Andreu Carrascal	
Architectural archives, a resource for knowledge and collective memory.....	37
Riccardo Domenichini	
A necessária dimensão popular e cultural dos arquivos	53
Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira	
Les archives d'architecture en France, un patrimoine récent et fragile	87
David Peyceré	
Documento de arquitetura: Gênese e tratamento na perspectiva da tipologia documental	107
Ana Célia Rodrigues; Claudio Muniz Viana	

RECENSÕES CRÍTICAS

Ferreira, M. C. B. F. (2021). <i>Manual de tratamento de documentos de arquitetura – Orientações Técnicas</i> . Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.....	141
Ana Maria de Almeida Camargo	

Metageografia dos Arquivos de Arquitetura

Nota de Apresentação

PAULO BATISTA

Investigador Integrado

Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades-CIDEHUS.UE

Universidade de Évora

pjmb@uevora.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1167-6415>

PAULA ANDRÉ

Professora Auxiliar

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Investigadora Integrada

Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território-DINÂMIA'CET-Iscte

paula.andre@iscte-iul.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9322-5510>

Em contexto de paradigma digital e de metaverso (Stephenson, 1992), de aporofobia (Cortina, 2017), de impostura moral (Galán, 2022), de réplicas da pandemia, de mudança climática, de guerra na Ucrânia, de sismo mortífero na Turquia e na Síria, e com o sentido de uma arquitetura comprometida e interrogativa, promovemos uma reflexão em torno dos arquivos de arquitetura que congregue a obra arquitetónica construída e não-construída, assumindo o passado tal como Friedrich Nietzsche (II Consideração Intempestiva, 1874) não apenas como conhecimento, mas como ferramenta operativa e criativa para o futuro.

Como construção intelectual de carácter circunstancial a arquitetura interessa-nos numa perspetiva retrospectiva e prospetiva através de um resgate contínuo da máxima vitruviana: em arquitetura a prática é inseparável da teoria, não esquecendo, como destacou o historiador da arquitetura Arnaldo Bruschi, que em cada época o interesse pela história da arquitetura nasceu como um instrumento operativo em função do projeto da nova arquitetura.

Os *corpora* documentais dos arquivos de arquitetura, na multiplicidade dos seus suportes e expressões, permitem montar dinâmicos atlas dos discursos e dos contradiscursos arquitetônicos. As afinidades eletivas entre o antigo e o novo, entre a diversidade de identidades e a transculturalidade, e entre o local e o global, englobam os atuais panoramas dominantes, os contra-panoramas e os sucessivos estratos da memória, revelando, tal como sublinha o arquiteto José Ignacio Linazasoro, que a inovação se produz sempre num contexto, e que a arquitetura se afirma hoje numa pluralidade de relatos.

Superando visões eurocentristas, a metageografia dos arquivos de arquitetura, enquanto repositórios ativos da memória, permite exercer uma arqueologia crítica dos cânones da historiografia, uma história que está sempre por recomeçar (Didi-Huberman, 2017), regular o modo como se entende a história — sempre provisória e dialógica —, formulando significados, associados a estruturas de poder e sistemas de controlo (Figueiredo, 2020), e produzir ciência nova. Assim, os arquivos de arquitetura podem desafiar suposições convencionais, montando redes de debate e de novos discursos e práticas arquitetônicas, preenchendo silêncios e vazios das culturas arquitetônicas por natureza transnacionais, e ensinando a transgredir, cumprindo a lição de Bell Hooks.

Envolvendo estas dinâmicas, a forma como os documentos de arquitetura chegam aos arquivos, quando tal acontece, mas quantas vezes numa (des)ordem definida pelo caos, levanta inúmeras questões, já que, como assumido por Manuel Graça Dias,

to say that we architects accumulate a ton of information is true. To say that I am perhaps the last person to hold forth on any efficient method of organising, storing, archiving or even throwing out that information is also true. [...] The ideal would be to have the courage not to store anything, to send everything to a huge waste bin in order to pursue real life and one's new and stimulating brainwaves on each occasion a new process begins. (Dias, 2009, pp. 45 e 52)

Por conseguinte, é fundamental que este processo de criação, feito de desenhos, fotografias, maquetas e documentos escritos, em suporte analógico e, cada vez mais, digital, seja evidenciado, ultrapassando os problemas e desafios que isso implica, para que possa ser disponibilizado à sociedade e às gerações futuras, permitindo a sua compreensão, valorização e assimilação (Conde & Vieira, 2009, p. 5).

Este desiderato, de documentar a arquitetura, as suas atividades e agentes, tem um poderoso e imparável aliado nas novas tecnologias da

informação e comunicação, em que a *Internet* permite a publicação de descrições em linha através de sistemas interoperáveis, possibilitando a consulta remota da documentação e a obtenção de cópias digitais, com ganhos indiscutíveis no que respeita à conservação e difusão da informação.

Muito mais do que uma opção, é um destino que tal se verifique, considerando que os documentos de arquitetura são indispensáveis para o conhecimento, para a construção da memória coletiva e a proteção e garantia dos direitos dos cidadãos e das instituições.

Tendo em conta os aspetos enunciados, com a finalidade de complementar o segundo número do volume XXXV de 2022, dedicado aos arquivos de arquitetura, disponibilizado ao público em dezembro desse ano, composto por quatro artigos e duas resenhas críticas, escritos em inglês e português, num total de oito autores do Brasil e de Portugal, apresenta-se agora o volume Extra 1, de 2023, sobre o mesmo tema. Para tal, evidenciam-se os aportes de reconhecidos especialistas da Europa e do Brasil, que discorrem sobre a conceptualização e estudos de casos destes arquivos, com o objetivo de promover a respetiva reflexão e debate, identificando o seu potencial, dificuldades e limitações, mas também sugerindo pistas e abrindo caminhos que possibilitam a compreensão das suas características. Deste modo, integram o presente número especial cinco artigos e uma resenha crítica, respeitantes ao supradito tema, redigidos em espanhol, francês, inglês e português, perfazendo sete autores do Brasil, Espanha, França e Itália.

O ensaio “Problemas, retos y oportunidades en los Archivos de Arquitectura”, de Andreu Carrascal, arquivista e responsável técnico do Arxiu Històric del Col·legi d’Arquitectes de Catalunya, começa por assinalar a riqueza e a diversidade dos documentos de arquitetura, cujos formatos, representações gráficas, dimensões e aspetos legais afetam a sua gestão. Como o título permite inferir, o autor retrata as especificidades, os problemas, desafios e oportunidades, presentes e futuros, que os arquivos de arquitetura colocam às instituições, e aos seus profissionais, que têm estes documentos à sua responsabilidade.

O artigo que se segue é da autoria de Riccardo Domenichini, responsável do Archivio Progetti da Università Iuav di Venezia, apresentando o título “Architectural archives, a resource for knowledge and collective memory”. Assumindo a dificuldade em definir o que é comumente designado como arquivos de arquitetura, em resultado da própria complexidade da profissão de arquiteto, a partir da qual esses documentos são produzidos, o autor explora e enfatiza a importância dos mesmos para o conhecimento, a construção e desenvolvimento da memória coletiva, a produção cultural e a salvaguarda dos direitos dos cidadãos e organizações.

Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira, superintendente do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, do Estado de São Paulo, reflete sobre “A necessária dimensão popular e cultural dos arquivos”, que dá o título ao ensaio subsequente. Para tal, a autora traça um panorama das iniciativas concebidas no Brasil, em relação aos documentos de arquitetura, apresentando ações que atestam a relevância do seu tratamento técnico, cujo potencial informativo vai além do seu valor de origem, podendo contribuir para garantir direitos e interesses do cidadão e para salvaguardar o patrimônio cultural, aspectos fundamentais para a sua projeção na comunidade, trazendo-lhes a necessária dimensão popular e cultural.

O artigo de David Peyceré, diretor do Centre d’archives d’architecture contemporaine, da Cité de l’architecture et du patrimoine, em Paris, designa-se “Les archives d’architecture en France, un patrimoine récent et fragile”. Neste ensaio o autor verifica as causas iniciais da valorização dos arquivos de arquitetura em França, as etapas da existência do Centre d’archives e os desafios presentes com que se depara, mas também os que na atualidade decorrem da investigação em história da arquitetura, salientando a importância destes arquivos serem descritos, estudados, e disponibilizados ativamente ao público.

O último ensaio desta sequência, intitulado “Documento de arquitetura: Gênese e tratamento na perspectiva da tipologia documental”, de Ana Célia Rodrigues, professora da Universidade Federal Fluminense, e Claudio Muniz Viana, arquivista do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Sistema de Bibliotecas e Informação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, interpreta os processos de identificação arquivística para determinar a origem do documento de arquitetura como base para organização dos arquivos. Os autores destacam que no contexto da identificação, a etapa da identificação de tipologia documental encontra na abordagem da Diplomática, na sua perspectiva clássica e contemporânea, a tipologia documental, e os seus fundamentos teóricos e metodológicos.

Aos artigos apresentados, adiciona-se a recensão crítica de Ana Maria de Almeida Camargo, professora da Universidade de São Paulo, sobre a obra de Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira, com o nome *Manual de tratamento de documentos de arquitetura*, publicada pelo Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, em 2021. A autora promove uma apreciação e salienta a importância destas *Orientações Técnicas* para o estabelecimento de pontes entre os arquitetos e os arquivistas, sendo particularmente dirigida aos responsáveis de instituições que têm documentos de arquitetura à sua tutela.

Os supramencionados ensaios e recensão crítica convergem no reconhecimento da indispensabilidade da congregação de esforços para a implementação e desenvolvimento de redes internacionais e projetos cooperativos, apostando na concertação de políticas e definição de normas, compreendendo os produtores de documentos de arquitetura, nomeadamente os arquitetos e os *ateliers* de arquitetura, as organizações detentoras de arquivos de arquitetura e os profissionais da informação, com a missão de assegurar o tratamento — organização, classificação, descrição, conservação, preservação, acesso e difusão — dos mesmos.

Só assim, através da partilha de informação e do debate entre as partes interessadas, será possível, por um lado, mitigar a quase generalizada falta de recursos que afeta as instituições que têm à sua responsabilidade arquivos de arquitetura, permitindo, por outro, revelar, na plenitude do termo, a significância dos arquivos de arquitetura para a história e compreensão da arquitetura e do urbanismo, ao fixar as devidas permanências, ruturas e evolução, justificando o seu reconhecimento público, por via da concernente salvaguarda, acessibilidade e disseminação.

Referências bibliográficas

- Bruschi, A. (2009). *Introduzione alla storia dell'architettura. Considerazioni sul método e sulla storia degli studi*. Mondadori Università.
- Conde, M. L., & Vieira, J. (2009). Introduction. *COMMA: International Journal on Archives*, (1), 5-24.
- Cortina, A (2017). *Aporofobia, el rechazo al pobre. Un desafio para la democracia*. Paidós.
- Dias, M. G. (2009). From the amateur archivist. *COMMA: International Journal on Archives*, (1), 45-52.
- Didi-Huberman, G. (2017). *Diante do Tempo. História da Arte e anacronismo das imagens*. Orfeu Negro.
- Figueiredo, S. (2020). Hacia una dispersión de archivos arquitectónicos?, *Bitácora Arquitectura*, (45). <https://doi.org/10.22201/fa.14058901p.2020.45.77631>
- Galán, E. (2022). *La mascara moral. Por qué la impostura se ha convertido en un valor de mercado*. Editorial Debate.
- Hooks, B. (1994). *Teaching to transgress: education as the practice of freedom*. Routledge.
- Linazasoro, J. I. (2021). *La arquitectura del contexto. Una respuesta antimoderna*. Ediciones Asimétricas.
- Nietzsche, F. (2005). Il Consideração Intempestiva: sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a Vida. In N. C. de. Melo Sobrinho (Org.), *Escritos sobre História*. Ed. Loyola, Ed. PUC-Rio.
- Stephenson, N. (1992). *Snow Crash*. Bantam Books.

Estudos

Problemas, retos y oportunidades en los Archivos de Arquitectura

Problemas, desafios e oportunidades nos Arquivos de Arquitetura

ANDREU CARRASCAL

Arxiu Històric del Col·legi d'Arquitectes de Catalunya

acarrascal@coac.cat

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7259-8695>

RESUMEN

Los archivos de arquitectura son una tipología rica y diversa. Sus formatos, representaciones gráficas, dimensiones o afectaciones jurídicas los hacen especiales e inciden en su gestión. Los Archivos de Arquitectura son las principales instituciones que velan por esta documentación, con retos importantes en el presente y futuro.

PALABRAS CLAVE: Arquitectura; Archivos; Gestión.

RESUMO

Os arquivos arquitetónicos são uma tipologia rica e diversificada. Os seus formatos, representações gráficas, dimensões ou efeitos legais tornam-nos especiais e afetam a sua gestão. Os Arquivos de Arquitetura são as principais instituições que cuidam dessa documentação, com importantes desafios no presente e no futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura; Arquivos; Gestão.

Introducción

Con este artículo quiero mostrar brevemente todas las especificidades que tienen los documentos de arquitectura, sus características, los problemas que conllevan -sobretudo en aquello relativo a la conservación/instalación, gestión y reprografía- pero también sus puntos fuertes que intervienen sobretudo en los procesos de difusión. Los Archivos de Arquitectura como Archivos especializados en esta documentación tienen un papel predominante y como archivero que trabaja en uno de ellos, me baso y traslado la experiencia que me han aportado los años.

Breve historia de la documentación arquitectónica

Desde el primer momento en que el ser humano se sedentariza, necesita crear ex novo no sólo aquellos elementos que antes encontraba en la naturaleza para protegerse de la climatología, sino también para satisfacer nuevas necesidades, como depósitos de alimentación, espacios de nuevas formas de poder, lugares de recogimiento en el contacto con los Dioses o de defensa contra otros grupos humanos. Estas necesidades en paralelo se reflejan de forma gráfica, fruto de la voluntad de comprender el espacio que la propia humanidad habita y desarrolla.

Esta voluntad de expresar la "realidad" (que podemos encontrar de forma primigenia en las excavaciones de Çatal Hüyük del 7.500 AC, l'"Imago Mundi" babilónico del segle VI AC o la "Forma Urbis" o la "Tabula Peutingeriana" de la civilización romana), se irá modelando en una complejidad cada vez mayor a medida que el poder y sus instituciones necesiten documentos que validen y certifiquen actos que permitan la fiscalización y el control, la obtención y transmisión del patrimonio y otros actos técnico-jurídicos.

Para no extenderme en la historia de la cartografía, hago un salto en el tiempo para comentar que en el siglo XIX se crea una dualidad de hechos coincidentes. Por una parte, producto de la renovación de estudios y de la voluntad de crear una titulación específica, aparecen promociones de técnicos que están capacitados para realizar proyectos de arquitectura según unas enseñanzas regladas. Por ejemplo, en España era inicialmente la Real Academia de Bellas Artes De San Fernando la que comenzó a expedir títulos de arquitecto a mediados del siglo XVIII en semblanza a las academias francesas. En aquel momento, las disciplinas eran ambiguas y en las asignaturas como geometría y perspectiva se mezclaban alumnos de arquitectura con pintores

o escultores. La necesidad de tener un programa académico más extenso y particular hacen que se cree en 1844 lo que será la Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid.

Por otra parte, la administración municipal y supramunicipal requerían de técnicos y promotores una adecuación burocrática a los actos que querían realizar en el territorio, exigiendo que la plasmación documental que certificaban estos actos fuera según sus requerimientos.

Tenemos pues, una nueva profesión liberal, similar a la de médicos, abogados o notarios, abriendo despachos profesionales donde recibieran a sus clientes y pondrán su empeño para realizar programas que satisfagan sus intereses (comerciales, industriales o de clase social). Para desarrollar cada encargo, además de disponer de los conocimientos técnicos aprendidos en las nuevas escuelas, estarán obligados a plasmar documentalmente su desarrollo de una forma reglada, también aprendida en las escuelas de arquitectura y requeridas por la administración pública. Así aparecen las tipologías documentales que podemos encontrar en cualquier proyecto de arquitectura, ingeniería, urbanismo o diseño de la actualidad: documentos gráficos (planos, dibujos, etc.) y documentos escritos (presupuestos, pliegos de condiciones, memorias, etc.).

Estos encargos profesionales (edificación de obra nueva, reformas, obras de urbanismo, ingeniería civil y diseño, delimitaciones, peritaciones y alguna actividad menor más) se van seriando desde el inicio del despacho hasta que éste concluye por inactividad profesional originando archivos de arquitectura que si bien plasman documentalmente la actividad del despacho, suelen carecer de sistemas que permitan el acceso público a su documentación inactiva. A partir de mediados del siglo XIX aparecen instituciones como el RIBA (Royal Institute of British Architects) que con políticas de adquisición extraordinarias realizadas subjetivamente custodian, gestionan y preservan archivos de arquitectura profesionales. Actualmente los Archivos de Arquitectura tienen añadido el deber imprescindible de difundir los fondos que atesoran por una parte como un ejercicio de transparencia y por otra una necesidad que viene exigida por la misma sociedad que es la de conocer la arquitectura imaginada y proyectada a través de publicaciones, trabajos de investigación o exposiciones.

Esta gestión archivística, tanto de los Archivos que custodian la documentación producida y recibida por el propio despacho en su actividad lógica, como aquellos Archivos que coleccionan fondos de diversos despachos, se encuentra con problemáticas que algunas veces coinciden con otras tipologías de documentos de archivo y otras que les son más propias y especiales.

Problemas terminológicos

Antes de comenzar propiamente con la problemática típica de esta documentación, querría aclarar una serie de conceptos terminológicos que ya han aparecido y seguirán apareciendo en el artículo. Me refiero a los conceptos “documentación de arquitectura”, “archivos de arquitectura” y “Archivos de Arquitectura”. Por documentación de arquitectura entenderíamos todos aquellos documentos de tipo técnico que plasman una actividad requerida. Podemos encontrar documentación de arquitectura en todo tipo de Archivos (municipales, patrimoniales, notariales, militares, etc.). Otro concepto sería el de archivo de arquitectura. En este caso es todo el conjunto de documentos compuestos y seriados que son producidos por un despacho de arquitectura, ingeniería, urbanismo o diseño entre otros y plasman la actividad profesional del despacho desde su inicio hasta su fin. Finalmente el concepto de Archivo de Arquitectura, es la institución, el área donde se gestiona uno o diversos archivos de arquitectura.

Problemáticas y especificidades

Existen ya *per se* unos problemas que atañen a la documentación de arquitectura de forma intrínseca. Gran parte de la documentación a pesar de tener elementos de carácter estético o artístico, es básicamente técnica. Los documentos gráficos deben plasmar toda una serie de informaciones que serán necesarias en el proyecto (término que reúne todas las actividades) para que pueda trasladarse en el proceso de construcción real. Por ejemplo, se establece una escala gráfica que redimensiona y usa una ratio entre el elemento dibujado y el real a desarrollar. También es necesario que haya una codificación que de forma protocolizada se traduzca en una información inteligible. Por poner un ejemplo, es usual en los planos de arquitectura de los siglos XIX y XX que en un proyecto de reforma o ampliación, la línea negra indique estado actual, la línea amarilla elemento a eliminar y la línea roja elemento nuevo a añadir. También restan codificados los elementos técnicos como puntos de luz, disposición de estructuras de calefacción, etc. De hecho otras codificaciones las podemos encontrar también en la documentación cartográfica que representan el territorio, como curvas de nivel, hitos, y elementos humanos. Por otra parte, cualquier proyecto suele requerir documentación gráfica que dibujando en dos dimensiones permite interpretar el objeto tridimensional real. Hablamos pues de secciones en el plano

horizontal (plantas), en el plano vertical interior (secciones), en el plano vertical exterior (fachadas) y proyecciones (perspectivas). Este carácter técnico también se ve en otras tipologías documentales no gráficas como precios compuestos, mediciones o cálculos de estructura por comentar algunos.

Toda esta documentación técnica necesita de una previa iniciación comprensiva para el archivero y para el investigador que -sin que tenga que ser exhaustiva- es necesaria mínimamente para entender la documentación que se trabaja o consulta.

Existe también un problema que atañe a los documentos gráficos históricos y es su manipulación, preservación o instalación, sobretodo cuando tratamos de nuevo con los grandes formatos.



Ilustración 1 – Los documentos gráficos pueden tener un gran tamaño.
Autor: Andreu Carrascal.

En los despachos de arquitectura de la contemporaneidad existen diversas fases en la evolución del proyecto, normalmente: estudios previos, anteproyecto, proyecto básico, proyecto ejecutivo, dirección de obra y liquidación y recepción de obra. Las fases donde básicamente se dibujan planos a escala es en la segunda, tercera y cuarta. Los proyectos de casitas o pequeños edificios no plantean ningún problema y su representación a escala cabe

en soportes de pequeño formato. Esto no es así con los programas de grandes edificios. La solución para la fase de anteproyecto es reducir las escalas gráficas a 1:100 o incluso 1:200. Sin embargo, en las fases de proyecto básico y sobretodo ejecutivo, la escala primordial suele ser 1:50, a veces exigida por la administración pública, con lo que los despachos se obligaban a realizar representaciones gráficas de enorme tamaño. Mientras en Archivos que no tienen documentos de arquitectura la documentación típica suele tener formato de expediente en DIN A4, en los Archivos de Arquitectura se puede tener documentación con formatos mayores, que en muchos casos pueden ser superiores al DIN A0 (1189×841 mm) por lo que la manipulación de los grandes formatos es muy a menudo difícil sin sistemas de movimiento de material apropiados.

Añadidos a la manipulación, los grandes formatos tienen problemas de preservación y/o instalación. Por imposibilidad material, muchos grandes formatos suelen ser plegados en las oficinas productoras. Si no han sido plegados, lo normal es encontrar los documentos enrollados en tubos (con problemas de conservación en los extremos, y con grandes vicios del soporte adquiridos por su forma de instalación). Las instalaciones idóneas en planeras son muy costosas y generan grandes problemas de adecuación física en los depósitos y soluciones de optimización de espacio muy complicadas. Las maquetas también son documentos que requieren de unos sistemas de instalación costosos si queremos mantener su integridad. La enorme complejidad de las tipologías documentales que forman parte de un proyecto técnico (documentación textual, gráfica dibujada, fotografías, etc.) hacen obligatoria una dispersión física en su instalación, según las necesidades de cada tipo documental y mantener de forma segura su unidad intelectual en la base de datos.

Otro gran inconveniente es la extrema fragilidad de los soportes (de nuevo en la documentación gráfica y maquetas). Curiosamente (o no), los documentos anteriores al siglo XIX suelen tener soportes bastante estables en tanto que el papel tiene fibras basadas en componentes de origen textil. A partir del XIX aparece el papel obtenido a través de la celulosa de la madera, con altos contenidos de lignina que acidifican el soporte. En consecuencia, con el paso del tiempo los soportes pierden sus propiedades, se frangilizan y acaban descomponiéndose. El uso para ciertos documentos (sobretodo dibujos de presentación y perspectivas) de soportes de calidad es la excepción al que estoy comentando. El medio gráfico también puede ser un factor desequilibrante. El uso de tintas ferrogálicas en siglos anteriores al XX reaccionan pudiendo conllevar la pérdida de soporte.

Pero la fragilidad de los documentos gráficos de arquitectura viene en gran manera dada por la propia inestabilidad química de los soportes, y con ello me refiero no sólo a las copias realizadas por medios químicos sino a la propia esencia del soporte del documento original en sí.



Ilustración 2 – Una copia por cianotipo del Palau de la Música Catalana.
© Fondo Domènech Montaner. Arxiu Històric del COAC.

Hasta mediados del siglo XIX, la copia de un plano en realidad era el redibujado de éste de la misma manera y forma. Se podría hablar más de dos originales que no original y copia.

No es hasta el último tercio del siglo XIX que se empiezan a desarrollar sistemas de copia a partir de emulsiones químicas reactivas. La inicial fue el cianotipo, blueprint o copia heliográfica. Para obtener una copia se necesitaba un original en un soporte lo más transparente posible. La solución se encontró en usar un soporte de tejido hecho con lino con una imprimación de parafina que permitía el uso de tintas sin que éstas se corrieran y al mismo tiempo dejara pasar la luz. Un papel con una emulsión de ferrocianuro de potasio y citrato férrico de amonio sensible a la luz se colocaba bajo el

dibujo original y se exponían a una fuente lumínica, consiguiendo que las líneas -que no dejaban pasar la luz- se quedaran sin reaccionar (dejando una línea blanca) mientras que la luz atravesaba el tejido de lino y reaccionaba posteriormente, dejando un fondo azul prusia.

Este sistema de copias fue usado hasta los años 30 del siglo XX, superado por la técnica del diazotipo y por la creación de nuevos soportes mucho más transparentes (papel vegetal y papel sulfurizado sobretodo). Estos soportes permitían unas copias (basadas en la reacción al vapor de amoníaco) mucho más baratas y un coste de copia menos nocivo y menor. El gran inconveniente es que para la producción del papel vegetal o sulfurizado se usan aceites y resinas que por proceso químico permiten una gran transparencia del papel pero fracturan las fibras naturales, creando una inestabilidad física enorme que con usos incorrectos en su manipulación, preservación o instalación conllevan a pérdidas de sustentante.

Por lo que toca a las copias que ya he comentado, como los cianotipos y los diazotipos, pueden tener procesos de desvanecimiento en el trazo, producto de su exposición continua a la luz, su instalación en sistemas de conservación con ph básicos o emulsiones y/o reactivos mal elaborados.

Las soluciones son complicadas pero se pueden mitigar estudiando en profundidad los soportes y medios gráficos, dándoles la mejor instalación posible según nuestros recursos económicos. Las copias digitales como sistema de soporte paralelo también se hacen necesarias pero veremos más adelante los inconvenientes especiales y particulares que tenemos asociados a ello.

Se han enumerados diversos problemas físicos que suelen producirse con la documentación de los Archivos de Arquitectura antigua, pero existen otros ligados a distintos factores.

Hay un problema que no es exclusivo de la documentación arquitectónica pero que le afecta sobremanera, como es la disyuntiva entre acceso, consulta y difusión y por otra parte las limitaciones jurídicas que las restringen, sobretodo aquellas que atañen a la protección de datos, la limitación de acceso por temas de seguridad y la propiedad intelectual.

Los proyectos de arquitectura no dejan de ser un acto contractual entre el cliente que encarga un determinado servicio técnico, el facultativo técnico que desarrollará el programa apropiado y la empresa constructora que lo llevará a la realidad. La mayoría de las actividades plasmadas documentalmente contienen datos que pueden ser sensibles a las leyes de protección de datos. No parece difícil velar por la ley en un Archivo de Arquitectura activo. El problema aparece cuando la documentación es cedida a Archivos históricos de Arquitectura donde la función de consulta para la investigación

es primordial y no se tiene la evidencia de que los datos que constan en los proyectos sean aún motivo de amparo. Seguramente debería haber algún sistema que permitiera a servicios históricos trabajar con mayor tranquilidad. Es un tema a debate.

Más evidente es que puede haber documentación que por temas de seguridad no pueden ser consultados. Planos de instituciones públicas relevantes, de tipologías de uso particulares como prisiones, sistemas de defensa estatal, de seguridad bancaria, etc. limitan el uso y consulta de esta documentación. El carácter especial de esta documentación hace necesaria que aparezca imprescindiblemente en su descripción archivística para que la base de datos pueda informar en su momento sobre sus limitaciones al acceso tanto a archiveros como a usuarios.

Por lo que toca a la propiedad intelectual, los planos y dibujos de arquitectura son documentos que están expresamente amparados (al menos por la ley española) y por lo tanto cualquier voluntad de comunicación o distribución pública con finalidad lucrativa debe comportar previamente la autorización por parte de su autor. Este hecho es especialmente preocupante para aquellos Archivos que han adquirido fondos de arquitectos donde en el contrato de cesión no se haya añadido la cesión de los derechos de explotación de su obra. La ley española entiende que en estos casos se tiene la propiedad física de la documentación pero no sus derechos de explotación, por lo que solo es libre la consulta y las copias con fines de investigación, mientras que cada petición de copia (y quiero insistir: cada petición realizada) con una finalidad lucrativa requerirá de la autorización de su autor con todos los problemas que conlleva. Conseguir revertir este problema requiere de buenos contratos asesorados por nuestras áreas jurídicas en el que la cesión no solo sea física sino también de los derechos de explotación (o como mínimo quede compartida). En los contratos de cesión anteriores y no completos, deberemos conseguir otros, donde refiriéndose a la cesión física de la documentación del contrato original se añada la nueva cláusula de cesión de derechos firmada por el autor o por sus derechohabientes. Y puedo asegurar que es una faena titánica.

Anteriormente, he comentado que ante la integridad complicada de ciertos soportes y su difícil preservación una solución de trámite es la copia digital de respaldo. La copia digital de la documentación permite por una parte convertirse en sustitutorio de un original desaparecido, sirve como copia de consulta liberándonos de la manipulación del original y finalmente sirve como copia de difusión que permite su comunicación pública o distribución.

Lamentablemente, volvemos a tener un problema derivado de la particularidad de los grandes formatos en los Archivos de Arquitectura y es que los sistemas de obtención y los resultados digitales plantean sinsabores que no los encontramos en otras tipologías documentales.

Actualmente podemos digitalizar los dibujos y planos de cuatro maneras diferentes, dos mediante escaners de lector óptico y dos mediante fotografía. La más idónea es la del escaner plano, donde se deposita el documento y se realiza la copia digital mediante una lente adecuada. Su principal inconveniente es el coste de la maquinaria, imposible para nuestros Archivos y sus dimensiones, por lo que su uso siempre suele externalizarse. Otro sistema pasa por los escaners de rodillos que permiten un ancho máximo de unos 80cm, por el largo que queramos. El coste de la máquina es mucho más asequible, así como sus necesidades de espacio. Sus principales inconvenientes son la imposibilidad de realizar copias más grandes del ancho de un DIN A0 y la obligación de introducir el original entre rodillos, arriesgando su integridad. Este aspecto puede ser trivial en Archivos de Arquitectura activos pero es esencial en Archivos Históricos. Una opción es encapsular en mylar el original para que no sufra ninguna alteración al pasarlo por los rodillos. Por lo que toca a las copias por fotografía, la más antigua era la de realizar una fotografía analógica (normalmente en positivos plásticos de formato medio 6x6). El resultado era una copia de alta resolución que se podía digitalizar en un escaner plano. El hecho de realizar dos pasos de copiado y la conservación especial de la propia diapositiva lo hacen un tanto obsoleta (a pesar de unos resultados de copia excelentes). Finalmente, tenemos la opción de hacer una copia digital a partir de una fotografía digital. Es la forma más barata y fácil pero con unas resoluciones que aún no son ideales para los grandes formatos. Tengamos en cuenta que las cámaras no profesionales pueden estar aportando ficheros de unos 70-80 megas y solo cámaras de formato medio con respaldo digital (con costes muy elevados) nos pueden acercar a los 150Mb. Un plano o dibujo original en tamaño DIN A0 y resolución de 300 dpi (puntos por pulgada) -mínima resolución necesaria para publicar- necesita unos 400Mb por lo que siempre necesitaremos realizar interpolaciones de la copia digital realizada para poder obtener los resultados ideales. Las fotografías analógicas o digitales necesitan del uso de escala gráfica (en caso de que no la tenga el plano) para poder continuar teniendo la proporción dimensional.

Otro factor importantísimo que afecta a los grandes formatos de los documentos de arquitectura es el obvio y necesario almacenamiento de

los datos. Para que nos hagamos a la idea, en un Terabyte (1000Mb) caben aproximadamente 42.111 documentos de tipo TIFF y formato DIN A4 a 300dpi, que sería el formato típico de la documentación que nos podemos encontrar regularmente en un Archivo “clásico”, mientras que cuando hablamos de ficheros TIFF y formatos aproximados al DIN A0 a 300dpi, solo podríamos conservar 2627 piezas documentales.

Es evidente que tenemos un problema cuando queremos realizar políticas de digitalización masiva en los Archivos de Arquitectura. El formato TIFF es ideal cuando queremos tener ficheros digitales a largo plazo ya que es estándar y no tiene factores de compresión. Existen otras posibilidades. El formato JPEG no es aconsejable. El fichero no puede editarse ya que la calidad se degrada rápidamente. Además su factor de compresión lo hace muy inestable a largo plazo ya que sabemos que es un formato universal en el presente, pero no sabemos por cuanto tiempo. Eso sí: puedes rebajar la cantidad de memoria usada de forma drástica. El formato TIFF con compresión LZW sigue siendo un fichero que plantea riesgos al tener factor de compresión pero permite mantener una calidad notable y sin pérdidas con una salida rebajada a unos 60Mb el DIN A0 a 300dpi. El formato de Negativo digital universal (ficheros DNG) permiten tener un fichero digital de unos 80 Mb para el DIN A0 a 300dpi sin ningún tipo de compresión, el inconveniente es que los formatos DNG no son fácilmente legibles de manera directa, y requieren de procesos de conversión posteriores.

Está claro que el tema no es fácil. Sólo nos queda hacer un estudio profundo de las necesidades del Archivo, tener bien claro que la calidad significará cantidad y por lo tanto coste y por supuesto trasladar las necesidades a las posibilidades económicas de nuestra institución. Técnicamente, el uso de ficheros con factores de compresión obligan a los archiveros a tener un calendario de migraciones controladas que permitan salvaguardar la información ante obsolescencias informáticas.

Desafíos presentes

Hasta ahora he profundizado en los problemas cotidianos que marcan los Archivos de Arquitectura, incluso la de Archivos que tienen parcialmente fondos de este tipo. También hay una serie de retos que necesitan de nuestra atención como profesionales para encararlos de la mejor manera posible.

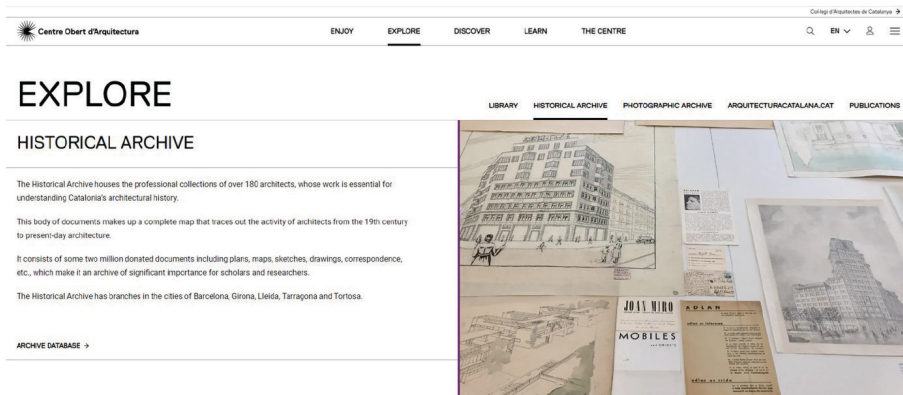


Ilustración 3 – La difusión es un elemento esencial en los Archivos Históricos de Arquitectura.
© Centre Obert d'Arquitectura.

Las políticas de adquisición no suelen tratar a los archivos de arquitectos como archivos de empresa. Las donaciones que realizaban los arquitectos del XIX ya solían ser muy subjetivas, entregando a los Archivos, Bibliotecas o Museos una parte ínfima de la documentación producida. Efectivamente, cuando trabajamos o consultamos la documentación de esta época, nos suele aparecer básicamente, dibujos, perspectivas y algunos planos. El resto del material, sobretudo documentación escrita, pero también esbozos entre otros, desaparecieron ya desde el mismo momento en que el autor los despreció. Las donaciones de archivos del siglo XX suelen ser mucho más completas, pero suele faltar mucha documentación que precisamente no es técnica y que permite conocer el despacho de arquitectura: documentos de constitución, áreas productoras enteras – como recursos humanos o área financiera no suelen llegar a los Archivos Históricos con el consiguiente empobrecimiento de sus cuadros de clasificación. En definitiva, el hecho de que llegue exclusivamente la documentación técnica, a la que se suele sumar la documentación académica como profesor o como estudiante e incluso correspondencia y material personal nos traslada más a una adscripción tipológica como archivo patrimonial o personal más que a un archivo de empresa per se. También cabe decir que este problema, muy ligado a la concepción del trabajo personal e individualizado del ingeniero o arquitecto (profesión liberal) va desapareciendo en los archivos del siglo XXI, donde el profesional ya no es el núcleo del despacho sino un eslabón más del conjunto de trabajos de grandes despachos de arquitectura e ingeniería. Esperemos que en estos casos, la riqueza documental y tipológica no se vea alterada cuando sean cedidas a los Archivos históricos de Arquitectura.

Otro gran dilema lo tenemos en cuanto a las políticas de adquisición. No todos los Archivos de Arquitectura responden directamente a la teoría archivística en la que su existencia viene dada por gestionar la documentación producida y recibida por la institución a la que pertenecen. Los despachos en activo y aquellos Archivos que han sabido ir más allá de las fases activas para convertirse en centros de interpretación de la obra realizada por su propio productor sí que atienden al hecho. Pero los grandes Archivos de Arquitectura (Como el RIBA, La Cité de l'Architecture, el NAI o el propio Arxiu Històric del COAC donde trabajo) no cumplen exactamente esta razón. Son centros que coleccionan archivos de arquitectura y la colección no tiene un sentido subjetivo, igual que existe la subjetividad en una colección de libros de una Biblioteca o las piezas de exhibición de un Museo (Realmente, los principios de gestión archivística son cumplidos para cada uno de los fondos, pero su adquisición es subjetiva porque no hay transferencias ordinarias sino extraordinarias, fruto de la cesión o adquisición de los fondos)

Esta subjetividad que no puede ser obviada, debe ser, curiosamente, lo más objetiva posible. Por una parte los Archivos deben huir de la adquisición exclusiva de aquellos despachos "Top" de autores divinizados. Las donaciones de estos archivos daran prestigio al Archivo pero no reflejarán en absoluto la arquitectura de un territorio si no conviven con otros archivos que puedan explicar otros discursos, menos espectaculares pero igual de enriquecedores. Es una responsabilidad enorme, ya que los investigadores y la historia de la arquitectura debe conocer la buena y la mala arquitectura. Sinó, el espejo que se aportará a la sociedad es el de una arquitectura irreal. En el mismo sentido y en cada adquisición documental no se debe permitir selecciones de piezas documentales de forma subjetiva, basadas en criterios estéticos o formales. Si no aplicamos correctamente los principios que marca la archivística, empobreceremos el archivo cedido y nuestro Archivo en general.

Este peligro en la selección de fondos y en la selección documental me lleva a otro tema candente y preocupante como es la adquisición creciente de los fondos y documentos de arquitectura por instituciones no vinculadas directamente a Archivos y su evidente mercantilización. No estoy hablando de un aspecto terminológico. Existen sobretodo en el norte de Europa, Museos de Arquitectura que se gestionan en gran manera como Archivos como por ejemplo el Alvar Aalto Museum y que estan integrados tanto en el ICAM (International Council of Architectural Museums) como en la Sección de Archivos de Arquitectura del ICA (International Council on Archives). Tampoco hablo de los fondos que se gestionan en secciones de bibliotecas

como por ejemplo las bibliotecas de las grandes universidades estadounidenses ya que dichas secciones trabajan según las técnicas elementales de la archivística. Tampoco me quiero referir a la creciente integración de los Archivos en nuevos conceptos o sistemas de difusión de la arquitectura, que comentaré más tarde, sino en la creciente captación de documentación arquitectónica por instituciones que no tienen Archivo o un Sistema de gestión de archivos. Me explico:

La creciente popularidad de los documentos de arquitectura sumado al reconocimiento de algunos autores en la sociedad actual, hacen que el mercado del coleccionismo se fije en esta documentación comportando adquisiciones que posteriormente se venderán por piezas documentales al mejor postor. Coleccionistas y galerías de arte actúan sobre la documentación, individualizan las piezas documentales y sacan todo el sentido y relación con el conjunto proyectual (que en muchos casos desaparece).

De manera paralela, no me atrevo a adjetivar y en todo caso sería necesario de un debate profundo la cesión de archivos hacia instituciones que no tienen desarrollado un sistema normalizado e integral de archivo. El propietario o familiares de la documentación subyugados por el prestigio u otros factores, ceden sus fondos a instituciones que tienen un interés cierto por una pequeña selección de todos los documentos, que el resto difícilmente tendrán un acceso y difusión real, y que la gestión integral del fondo será difícil al no tener sistemas estandarizados de gestión. ¡Cuántos archivos de arquitectura han quedado o quedarán en el anonimato por culpa de una cesión inusual y una competencia inútil entre instituciones que se dedican de forma genérica pero totalmente diferente al tratamiento y uso de esta documentación!

Sin embargo, no hay que confundir selección -subjetiva- con evaluación documental, -objetiva y necesaria- en los fondos de arquitectura del siglo XX y XXI. La representación gráfica de muchos proyectos de arquitectura y de ingeniería del siglo XIX hasta los inicios del siglo XX podían llegar a caber en un solo plano y la documentación escrita en breves hojas. A partir de los años 50 la producción documental se incrementa exponencialmente, sobretudo al tener que plasmar documentalmente todos los requisitos burocráticos que la administración pública requiere del proyecto. Informes, ordenanzas sobre adecuación acústica, energética, de idoneidad estructural ante seismos, peso de carga por nieve, etc. hacen que sumado al incremento de la calidad constructiva (que se traduce también en planos de detalle, constructivos, etc.) cada proyecto necesite de un espacio considerable en nuestros depósitos.

No todos los documentos tienen que llegar a los Archivos Históricos de Arquitectura. Las copias acumuladas, documentos recapitulativos, documentación gráfica que está pensada para la ejecución de la obra o planos y dibujos de instalaciones anodinas deberían ser evaluadas y si fuera el caso, eliminadas para poder custodiar la documentación que realmente es necesaria para su posterior investigación o estudio. Si no hay evaluación documental, los archivos de arquitectura del siglo XX se convertirán en un océano de papeles sin criterio ni capacidad de ser usados racionalmente y un gasto innecesario de recursos para nuestras instituciones.

Otro reto importante en nuestro trabajo pasa por saber ofrecer una consulta multinivel, adaptándola a las diversas necesidades que requiere el usuario. Si antes en los Archivos estábamos habituados al investigador iniciado, conocedor del uso de los cuadros de clasificación, series documentales y tipologías específicas, actualmente la diversidad de usuarios es enorme, en gran parte debida al gran ejercicio de transparencia y el esfuerzo que los Archivos realizamos para difundir nuestros fondos. Debemos llegar a ofrecer información de esta documentación tan técnica tanto al estudiante de arquitectura, como al profesional, al investigador como al ciudadano de a pie. Y a todos ellos trasladar esta información de la forma adecuada, estableciendo niveles desde la presentación de cuadros de clasificación como la interrogación en las bases de datos por diversos niveles de complejidad, con un servicio de ayuda al usuario y una difusión llana para el gran público. El desafío es importante pero enriquecedor.

He dejado voluntariamente para el final el principal reto con la que los Archivos de Arquitectura nos vamos ya encontrando. Hace más de veinte años que los profesionales que trabajan en la arquitectura, la ingeniería, el paisajismo, el urbanismo o el diseño usan la tecnología electrónica en su día a día. La documentación electrónica no sólo se ha normalizado sino que es imprescindible en los despachos en activo. En los Archivos Históricos de Arquitectura (como en otros Archivos) nos están comenzando a llegar los primeros fondos con documentación electrónica y el problema es enorme y de difícil solución.

Inicialmente las memorias técnicas y pliegos de condiciones se realizaban con procesadores de texto, las mediciones y presupuestos con hojas de cálculo, la planimetría de todo tipo con programas de diseño por ordenador (CAD). Actualmente hay paquetes que realizan todas estas tareas de forma unificada. La eficacia en el trabajo es enorme pero ¿podrán ser consultados estos documentos cuando pierdan su valor inicial como conjunto de actividades para realizar un proyecto?



Ilustración 4 – Ejemplo de render con programa CAD. Objetos que realmente no existen.
© Núria Carrascal.

En un Archivo Histórico no hay ni la experiencia ni la capacidad como para responder a este hecho. Documentos en formatos de diversas versiones de diversos programas con diversos soportes en diversos sistemas de ordenador no parece que sea la panacea archivística. La solución en los Archivos de Arquitectura en activo pasa por buscar sistemas de estandarización informática (como por ejemplo los ficheros pdf de la empresa Adobe) que permitan unificar hojas de cálculo, textos y documentación de diseño gráfico en una sola tipología fácil de crear y sobretodo universalmente legible. Sinó, solo cabe la migración continua a versiones, soportes y sistemas lo más presentes posibles en nuestra rutina diaria.

Pero, ¿qué pueden hacer los Archivos Históricos de Arquitectura cuando reciben fondos donde no ha habido estas recomendaciones? Preveo que pronto existirá la figura del “archivero arqueólogo”, que provisto del material necesario nos deberá sacar de estos problemas tecnológicos.

Oportunidades inmediatas y futuras

Hemos visto problemas y soluciones, desafíos a los que los archiveros nos tenemos que enfrentar, pero no hay que dejar de mirar hacia el futuro

y observar las oportunidades y los caminos que se nos están trazando, y como los Archivos de Arquitectura los van emprendiendo.

Los archivos suelen llegar tarde a la innovación pero cuando lo hacen lo realizan de forma segura y con brillantez. Los Archivos de Arquitectura entienden como el resto de Archivos de que la difusión es un factor de esencial de transparencia, calidad y eficiencia.

La documentación electrónica (arquitectónica o no) tendrá procesos revolucionarios. La administración pública seguirá reclamando que los procesos administrativos se realicen de forma clara, estandarizada y sobretodo jurídicamente válida. Las nuevas tecnologías basadas en el concepto del Blockchain permitirán certificar con más seguridad los trabajos de arquitectura y aseguraran en las fases activas la validez documental que se custodia en los diversos Archivos. En los Archivos Históricos de Arquitectura, el sistema Blockchain podrá afianzar el concepto de originalidad y exclusividad en el terreno de la documentación electrónica con mayor facilidad y efectividad. Por lo concerniente a los Archivos Históricos, los documentos de arquitectura únicos validados a partir del concepto NFT -Non Fungible Token- podrían certificar la unicidad y por tanto la mejor evidencia de disponer del documento original del cual estamos tan acostumbrados con el clásico soporte en papel.

La arquitectura y disciplinas técnicas similares están de moda y debemos aprovecharlo. Anualmente, el Ayuntamiento de Barcelona a través de su oficina Observatori del Turisme a Barcelona, Ciutat i Regió (Observatorio del Turismo en Barcelona, Ciudad y Región) difunde la actividad turística de los visitantes de la ciudad haciendo una encuesta completa sobre su llegada, tipos de transporte, alojamiento y otros valores. Una pregunta que se les hace es una valoración sobre diversos aspectos de la ciudad. Desde el año 2007 la valoración más puntuada cada año es la arquitectura, mejor puntuada que aspectos como la restauración, las compras comerciales, el alojamiento o incluso la cultura en general. La sociedad está interesada por la arquitectura del territorio, su evolución, su historia puntual o relacionada, y sus autores. Los Archivos de arquitectura gestionamos la "arquitectura de papel" donde todo lo que el ciudadano ve por las calles está plasmado y puede consultar. Pero aún hay más. Custodiamos proyectos irrealizables, proyectos irrealizados, proyectos que han desaparecido de los que ya no puedes conocer más que a través de la memoria gráfica. Todo ello lo tenemos en nuestros Archivos de Arquitectura y solo cabe sacarlo a la luz.

Cabe decir que cada vez es más numerosa la petición de préstamos de documentación arquitectónica, no sólo a exposiciones con discursos directamente vinculados a la arquitectura sino la voluntad de integrar estos documen-

tos -y la arquitectura- como un elemento artístico más, unido al de la pintura, la escultura, la fotografía y demás artes. Dejando de banda excepciones en el tiempo como el MOMA, no era usual esta situación. En el estado español hemos visto estos procesos iniciados por el Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía (MNCARS) en el que en sus salas permanentes se pueden contemplar por ejemplo, planos y dibujos del grupo racionalista GATEPAC al lado del Guernica de Picasso, pasando a ser la arquitectura otro elemento más de exhibición. En este sentido, otros grandes museos como el MACBA o el MNAC en Catalunya están trabajando para incorporar la documentación arquitectónica en sus salas.



Ilustración 5 – La arquitectura está de moda. Exposición sobre Ildefons Cerdà. 2009.
© Andreu Carrascal.

Las herramientas de difusión para el gran público también afectan a las redes sociales. Se puede observar que instituciones como la Cité de l'Architecture, el Deutsche Architektur Museum, el Politécnico de Zurich o la Casa da Arquitectura trabajan la difusión de sus fondos y colecciones a través de plataformas sociales que sirven por una parte para popularizar la arquitectura dando valor pedagógico a nuestra documentación y por otra visualizar el trabajo que realizamos.

Estos sistemas de difusión popular también se han ido haciendo extensivos a plataformas de difusión arquitectónica que recuerdan a las antiguas enciclopedias temáticas. El caso que mejor conozco es *arquitecturacatalana*.

cat, una página que desde el concepto de web 3.0 permite al usuario consultar por diversos campos la obra reconocida y realizada en Catalunya. Los proyectos son seleccionados (actualmente del orden de unos 4000), la información se estructura en una base de datos dinámica que permite la búsqueda por diversas modalidades. La documentación digitalizada viene en gran manera aportada por el Archivo Histórico del COAC, con lo cual éste cumple su función vital de difusión en paralelo con sus propios sistemas.

Estas interrelaciones se harán progresivamente más rutinarias. Nadie tiene el cien por cien de la información y el usuario debe tener diversas ventanas por las cuales llegue a ella. En este sentido, hay una creciente integración de los Archivos de Arquitectura en suprasistemas de difusión, hecho que no solo es inevitable sino que personalmente lo considero esencial. No estoy hablando de integrar a los Archivos de Arquitectura en Museos sino de que formen un elemento más de un suprasistema de difusión de la arquitectura. Hace años que algunas instituciones vieron esta situación y se convirtieron en punta de lanza de este concepto. La Cité de l'Architecture et du Patrimoine integró en su día al Musée des Monuments français y al Centre d'Archives d'Architecture du XX^e siècle, para ir añadiendo secciones e instituciones relacionadas. El DAM (Deutsche Architektur Museum) de Frankfurt o el NAI (Netherlands Architecture Institute) hace años que han comenzado este camino. En la península Ibérica cabe destacar la Casa da Arquitectura en Porto donde realizan un trabajo fantástico en la difusión de la arquitectura desde todos ámbitos posibles. En Catalunya se creó el año pasado el Centre Obert d'Arquitectura (Centro Abierto de Arquitectura) que quiere abordar el discurso y la difusión de la arquitectura usando todas las herramientas culturales que tiene a mano (espacios expositivos, salas de conferencia y actividades pedagógicas a partir de la explotación de los recursos documentales que le proporcionan sobretudo el Archivo Histórico y la Biblioteca del COAC.

Lo importante del concepto del Centre Obert d'Arquitectura es que el Archivo sigue gestionando sus fondos tal como la ciencia archivística nos reclama, sin quedar integrados en secciones ajenas, aportando todo su potencial documental, con mayor posibilidad de difundir y llegar a sus usuarios estando amparado en un paraguas cultural con muchos más recursos.

De 1945 hacia el año 2026

En el año 1945, justo después de la Segunda Guerra Mundial, se fundó la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la

Cultura, Unesco (por sus siglas en inglés), como mecanismo para evitar que en el futuro se pudiera vivir una situación parecida de desesperación y destrucción. Así, nació con la voluntad de contribuir a la paz mundial fomentando la educación, la ciencia, la cultura y la comunicación.

El 9 de junio de 1948, la Unesco creó el Consejo Internacional de los Archivos, el ICA (por sus siglas en inglés), con el fin de trabajar para articular y coordinar todos los archivos del mundo en una sola red. Los archivos custodian y configuran la columna vertebral de la memoria colectiva, y aportan información múltiple y diversa, de un incalculable valor como patrimonio de la humanidad. Y multiplican su interés y su sentido cuando se relacionan y son entendidos en red. En el mundo de la arquitectura, el urbanismo, la ingeniería, el diseño y el paisajismo, el archivo tiene un papel clave e imprescindible para el mantenimiento y difusión de todo el legado que custodia, que forma parte inherente de la cultura colectiva.

En el año 2026, año del centenario de la muerte del arquitecto catalán Antoni Gaudí, el Col·legi d'Arquitectes de Catalunya organizará el XIX Congreso Mundial de la UIA (International Union of Architects) y la Unesco ha proclamado la ciudad como capital mundial de la arquitectura. La oportunidad que se nos brinda a los Archivos de arquitectura es enorme para expresar de forma brillante nuestro trabajo y hacer de altavoz del patrimonio documental de unos fondos archivísticos tan importantes.

Conclusiones

La documentación arquitectónica que preservamos en los Archivos de Arquitectura, tienen complejidades que se van superando con la buena gestión, nuevos problemas que atañen a todos los Archivos en general y que necesitarán de un trabajo corporativo intenso. Pero también tienen un futuro inmenso ya que representan fielmente no sólo la actividad del arquitecto sino el progreso de la sociedad.

Bibliografía

Ayuntamiento de Barcelona, Diputación de Barcelona, Cambra de Comerç de Barcelona, & Consorcio Turisme de Barcelona. (s.d.). Observatori del Turisme a Barcelona: ciutat i regió. <https://www.observatoriturisme.barcelona/en>

Architects' Association of Catalonia (COAC). (s.d.). Centre Obert d'Arquitectura. <https://www.centreobertarquitectura.com/en/>

- Domènech i Montaner, L. D. (1905-1908). *Fons Lluís Domènech i Montaner: Cianotipo de perspectiva de la façana del Palau de la Música Catalana*. Arxiu Històric del COAC, Centre Obert d'Arquitectura, Arquitectura Catalana.cat. <https://www.arquitectura-catalana.cat/ca/obres/palau-de-la-musica-catalana>
- Real Decreto Legislativo 1/1996 de Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado. (1996). Ministerio de Cultura. Por el que se aprueba el texto refundido de la Ley de Propiedad Intelectual, regularizando, aclarando y armonizando las disposiciones legales vigentes sobre la materia.
- Walne, P. (1988). *Dictionary of Archival Terminology=Dictionnaire de terminologie archivistique*. K. G. Saur.

Architectural archives, a resource for knowledge and collective memory

Arquivos de arquitetura, um recurso para o conhecimento e memória coletiva

RICCARDO DOMENICHINI

Manager of Archivio Progetti, Università Iuav di Venezia
Responsável do Archivio Progetti, Università Iuav di Venezia

riccardo.domenichini@iuav.it

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3902-5980>

ABSTRACT

It is difficult to fix coordinates to define architectural archives, related as they are to a discipline that has many declensions and often overlaps with others. Characterized by a multiplicity of types of documentation, from the point of view of production and organization they vary greatly in the range defined by the two poles of personal and corporate archives. Subjected to a strong evolutionary process, marked by the increasingly exclusive presence of digital technology, they constitute a field of continuous learning for archivists and researchers, with the aim of fully exploiting their information potential. Historical research, however, is only one of the fields in which architectural archives can play a primary role. Focusing on the human environment, built and natural, they are vital in the construction and development of collective memory, as much as in the management and protection of the works that make up the common heritage of citizens.

KEYWORDS: Historical research; Collective memory; Common heritage.

RESUMO

É difícil fixar coordenadas para definir os arquivos de arquitetura, relacionados como são a uma disciplina que tem muitas declinações e que muitas vezes se sobrepõe a outras. Caracterizados por uma multiplicidade de tipos de documentação, do ponto de vista da produção e organização variam muito no âmbito definido pelos dois pólos de arquivos pessoais e corporativos. Submetidos a um forte processo evolutivo, marcado pela presença cada vez mais exclusiva da tecnologia digital, constituem um campo de aprendizagem contínua para arquivistas e investigadores, com o objetivo de explorar plenamente o seu potencial informacional. A pesquisa histórica, no entanto, é apenas um dos campos em que os arquivos de arquitetura podem desempenhar um papel primordial. Com o foco no ambiente humano, construído e natural, são vitais na construção e desenvolvimento da memória coletiva, tanto quanto na gestão e proteção das obras que compõem o património comum dos cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa histórica; Memória coletiva; Património comum.

Introduction

The awareness that architectural archives constitute, in the world of archives, a subset which deserves specific attention and elements of knowledge that not always are part of the institutional training of archivists, is by now rooted in the common consciousness. It received definitive institutionalization in 2000 at the International Congress of Archives in Seville with the creation, within the International Council on Archives, of ICA-Sar, the section dedicated to them. The formalization of ICA-Sar actually came at the end of a process of discussion and study that had begun at least twenty years earlier and had passed through differently named working groups. The first official product was a manual (ICA – International Council on Archives, 2000) dedicated to the archival processing of architectural documents, which has been an essential point of reference for years. A year earlier, in July 1999, the Italian Association of Architectural Archives was established in Venice, Italy. Sixty-six Italian institutions which collect, preserve and supervise architectural archives gather in the association, named AAA-Italia. The core goals of its activities are the enhancement and protection of the archival heritage inherent to architectural culture, the exchange of information on the technical aspects of

the archival processing of this class of fonds and the promotion of research activities, the dissemination of knowledge and specific training for the sector¹. Like ICA-Sar, AAA-Italia was founded at the end of a process, begun in 1995. That year, in fact, on the occasion of a seminar organized by the Università Iuav di Venezia, the need emerged for a national coordination of the institutes that preserve architectural archives, with the aim of focusing attention on a heritage of great value and at the time not yet fully considered as such, in a context that, like the Italian one, is historically polycentric and devoid of centralized institutions appointed to collect the heritage of the entire nation. The seminar in Venice was, at least for Italy, one of the first occasions in which archivists, historians and administration officials met to discuss issues relating to the archival processing and use of architectural documents². The need and importance to preserve, organize and promote architectural archives had already been emphasized in an international conference on archives and history of architecture held in Reggio Emilia in 1993 (Ministero per i beni e le attività culturali, 1999), even though more focused on the historical research rather than on technical issues of the archival management.

At the Alcalá de Henares conference in 2004, archivists and historians from many countries met again to exchange ideas and experiences on the themes of archival processing, conservation, research and dissemination of knowledge. In the same years, within the framework of the European project named *Gaudi Programme*, an international working group investigated various issues related to architectural archives, focusing above all on the creation of a portal to give access to the online resources then available. The second output of the working group was a manual intended for architects, containing practical indications for the production and management of the firm's documentation³. The completion of the project was eventually marked by a conference held in Paris in November 2007, specifically dedicated to taking stock of the state of knowledge on the digital issue, which already in those years clearly stood out as a subject in fast and continuous evolution, on which more than anything else was necessary to focus attention⁴.

¹ The association annually publishes its own Bulletin, available for download on its website at <http://www.aaa-italia.org>.

² The volume of proceedings (Tonicello, 1995) includes as an appendix a first census attempt of the Italian institutes that preserve architectural archives.

³ The guidelines (Architecture Archives in Europe, 2004) were delivered in five languages (English, Italian, French, Dutch and German) on the portal created as part of the project, unfortunately no longer available today.

⁴ Peyceré and Wierre (2008).

In the following two decades, the debate on architectural archives has expanded and deepened, also according to the impressive and ever-faster evolution of the scenario. The increasing weight acquired by the topics relating to the management of digital documents requires in fact a continuous updating of knowledge, other than specific archival and conservation treatment strategies. Reading today the manual drawn up as part of the *Gaudi project* in 2004, one immediately realizes how much in less than twenty years the situation with respect to digital has radically changed. There are very few indications contained in that instrument that appear to have meaning and usefulness today. In fact, we have not witnessed a mere technological evolution of the tools for producing and storing documents. What has taken place is a Copernican revolution in which the dichotomy between analogue and digital as possible alternatives of the nature of a document has dissolved in the face of the ever-widening diffusion of documents that simply cannot have an analogue state, be they rendering to three dimensions or files produced by algorithmic design software.

In parallel with this awareness of an evolution that has no prospects of ending, it was also inevitable for archives to expand the limits of the very definition of the so-called “architectural archives”. With the deepening of the analysis and the expansion of the activities, it has taken on much broader connotations than in the past, widening its borders beyond those of architecture itself, to include also other disciplines that in professional practice are often connected to it.

What are exactly architectural archives?

It is quite difficult to give a concise definition of what is commonly referred to as “architectural archives”. Archival fonds that have important connections with architecture (or, as I will say later, with the much wider world of design, in all its possible declinations) can belong to various categories, very different from each other. Together, they form a vast and highly diversified universe, placed within a net of connections with many other thematic and disciplinary areas. The positive confidence with which thirty-five years ago at the Università Iuav di Venezia we faced the idea of creating a conservation institute dedicated to architectural archives, led us to imagine very orderly and standardized collections of projects, each duly illustrated by technical drawings, beautiful perspective views and impromptu sketches, models and photographs. Very soon this idea turned out to be imaginative and devoid of connections with the real world. On the contrary, as our inter-

est deepened and the collections expanded, the vagueness of the contours that characterize this class of archival fonds emerged in all its tangibility.

The main problem is that the architect's own profession, the one from which the archives are produced, is an extreme model of complexity, and sometimes of indeterminacy. Architects work in different areas, establish relationships of various kinds and very often devote only a part of their time to design. They also teach at the university, write books, collaborate with newspapers and magazines, and hold positions in associations or in public administration. They engage in political activity, dedicate themselves to historical research, to photography or even painting and art, and so on. Since very often all these activities contribute to the production and gathering of the documents, their archives develop a much broader and more elaborate organization than the one they would have, should they consist in a plain sequence of work files strictly related to the sole activity of the design studio.

In this regard, it must be said that a key role in the configuration of the archive is played by the dimensions of the practice itself, which potentially lie in a very wide range that goes from minimal (the architect who works substantially alone or with few collaborators subordinated to him) up to extremely large. In this class, we can find architectural practices which work on an international level, have multiple offices (often in different countries) and a great number of employees who work according to an organizational scheme based on pre-established and standardized procedures, as well as with diversified specializations, positions and levels of responsibility. It is quite obvious that as one moves from the minimum organizational level towards the more complex one, the possibility grows that the practice's archive grows more and more precisely organized and comparable to that of an institution. At the same time, it will turn out to be clearly separated from any other documentary deposits possibly produced by the single architect with the aforementioned collateral activities. The more, however, the studio appears (regardless of its actual size) as a direct emanation of the activity of an individual or even a couple of architects, the more the archive will tend to be comprehensive of the many themes and areas addressed, as well as organized not so much as a consequence of homogeneous work procedures but according to the more or less developed attitude to order (or sometimes the propensity to disorder) of its producer.

Over the years, I have taken many times as an example of this common feature of the archives of architects the Egle Renata Trincanato fonds⁵. In the

⁵ The archival funds mentioned as examples in this paper are kept in the Archivio Progetti of the Università Iuav di Venezia.

Archivio Progetti of the Università Iuav di Venezia, a group composed of archivists and researchers has carried out on it a long and especially challenging work of arrangement and description⁶. The first woman to graduate from the Iuav, at that time Regio Istituto Universitario di Architettura di Venezia, from 1938 until her death in 1998 Egle Trincanato engaged in parallel in at least four activities, different and autonomous from each other, as much as closely connected to each other. During her long life, she worked in fact as a professional architect, as a university professor, as a historical researcher and author of scientific publications and finally as a manager of the public administration, in the role of director of the Venetian Palazzo Ducale. With a great abundance of materials, her archives document this articulated professional life in its entirety and contain documents that go far beyond what is generally understood when it comes to architectural records. I am thinking above all of the hundreds of freehand drawings she produced to illustrate one of her most famous books, *Venezia minore*, released in 1948, the documentation of university life during the long period of her stay, or the huge photographic collection in which photos made by her, great photographers, news agencies and even students document many aspects of Venetian life from the Thirties to the Seventies of the past century. The long work of arranging this collection, which also had to deal with big problems originating from the almost total absence, in Egle Trincanato, of any predisposition for a systematic and orderly keeping of her archive, made unexpected materials to emerge, such as a considerable quantity of papers logically pertaining to the archives of Giuseppe Samonà, with whom Trincanato collaborated for many years. Historical events had moved them from their original placement to this one. Here they naturally remain, properly recognized and connected to their original archive and setting.

If we abandon such a broad vision and focus solely on the design activity, we must recognize that also in this more restricted area the casuistry far exceeds the boundaries of architecture. In fact, the situations in which architectural works coexist, in the archive of the same designer, with projects for urban plans or industrial design objects or furnishing elements, works of graphics, theatrical sets or many other varieties of projects are extremely frequent. Carlo Scarpa, Giancarlo De Carlo, Gio Ponti are exemplary figures of great architects for whom, respectively, designing glass works for the Venetian firm Venini (Scarpa), urban plans (De Carlo) or decorative panels and copper objects to be entrusted to the Paduan enameller Paolo De Poli (Ponti)

⁶ Domenichini (2021).

has not been an activity of subordinate importance in their professional life and has left a great deal of records in the archives. These are not exceptions, and many more examples could be made. At this point, however, if it's true that urban planning, graphic, industrial design projects and so on are naturally constitutive elements of architectural archives, we cannot obviously exclude from our interest the archives of "pure" urban planners, designers, graphic designers, and above all engineers, who in turn have often activities that substantially intersect architecture. Certainly less eye-catching than the archives of architects, deprived as they are of exciting drawings, perfect to be framed and exhibited, the archives of engineers are nevertheless an essential complement for those who make in-depth research on buildings or architectural projects. Those who work in daily contact with researchers know this well, and regularly receive requests for information on where it is possible to locate the documents of this or that structural engineer.

It seems that trying to outline the characteristics of a category of archives apparently so clearly defined by the commonly used term "architectural archives", we have only been able to highlight the elements of vagueness. It is certainly no coincidence that, at least in Italy, where the designation "archivi di architettura" is commonly used, there has been discussion for some time on the advisability of finding different words that, with the same amount of synthesis, more properly define a framework in which architecture undoubtedly plays a key role, even though not always exclusive. For this reason, it happens more and more frequently that the name *archivi del progetto* (project archives) is given as preferable to the traditional one. The reason is that instead of specifying in too narrow terms the disciplinary sphere, it refers to the intellectual and practical activity that underlies the production of documents. This way, it can represent with greater appropriateness such a variegated and often elusive object.

Special archives need dedicated archivists

Architectural archives, so naturally I will continue to call them here, have features that, although not exclusive to this category, are so substantial and characterizing as to challenge the skills of archivists. First of all, for them, a specific disciplinary knowledge is required. When arranging the project documents, sometimes up to some thousands of drawings other than every other kind of documentation, it is not possible to process them if one is unable, for example, to read a technical drawing, distinguish a report from

a specification or interpret a study model. These are primary actions, crucial to relate documents to each other, to recompose sets and to place them in the right place of the overall reconstruction for the creation process. In his work, the archivist relates to the single document mainly with the purpose of restoring the network of relationships that logically holds together the papers of the archive within a strictly organized structure. In dealing with architectural archives, the pursuit of this goal must manage, among other things, the extreme physical heterogeneity of the documents. While documents substantially similar in nature, support and size can be physically collected together, a file of an architectural archive can gather within itself (I limit myself to the general categories) drawings, text documents, models, photographs and printed materials, plus everything belonging to the digital universe. These are documents that obviously cannot be physically kept close to each other. For this reason, the archivist has to get used to thinking constantly as on two tracks that run in parallel, never touching but in constant connection: that of the logical arrangement, virtual and on paper, and that of the physical disposition, which must follow logic and criteria to be defined each time. All this in a context that, referring to what I wrote at the beginning, is in many cases closer to the sphere of personal archives than to that, more rigorously organized, of the archives of institutions. For this reason, in arranging architectural archives the archivist must know how to juggle between the typological variety of the documentation and the multiplicity of the activities of the creators, receiving a strong conditioning from their attitude towards order and organization, which may have been total, partial or absolutely nonexistent.

Last but not least, the description of architectural drawings also requires specific knowledge to recognize the techniques of representation (how difficult it is for beginners to distinguish even plans from sections, let alone perspectives from axonometric projections!), the graphic conventions, the countless media and techniques used over the course of time, sometimes employed only locally or for short periods of time, to the point of not being included in the reference manuals, which inevitably tend to refer to more or less specific geographical areas. The first manual that organically dealt with the description of architectural drawings (Porter and Thornes, 1994) was published on behalf of The Getty Art History Information Program. Ten years later, the second set of guidelines (Domenichini & Tonicello, 2004) proposed a description structure exemplified by the layout of ISAD areas and fields, focusing the analysis on examples drawn from the European, and more specifically Italian, context.

Architectural archives and historical research

The importance of a correct and in-depth philological analysis of architectural documents for the purposes of historical research has been recognized, with regard to contemporary architecture, in recent years. I believe I am not mistaken in stating that this fact has not yet reached a full level of completeness. It is undeniable that a great many books and articles in magazines contain reproductions of drawings or references to documents and archival collections. However, it is still difficult to find studies on contemporary architecture in which archival research assumes a role and consistency equal to those it possesses, for example, in studies on Renaissance and Baroque. It is true that in those cases the amount of available documents is always relatively small so the researcher is led to seek information in the smallest details. With modern archives, however, the problem is usually that of being able to manage large quantities of documents, from which it is easy to get overwhelmed. The risk, which is still often given, is thus that of remaining on the surface, of not fully utilizing the informative potential of documents and of reducing this documentary heritage to a well-stocked gallery of images.

In the pioneering phase of the discovery of architectural archives, which at least in Italy dates back to the 1970s, archivists and researchers were each on their own in search of appropriate methodologies and working tools. The current situation is certainly still full of difficulties, especially due to the eruption, in recent decades, of digital technology, which has changed the way architectural practices work, has enormously broadened the horizons regarding the nature of archives and has put new categories of problems, for many of which adequate and satisfactory solutions are still being sought. Parallel to this move towards a horizon with still poorly defined outlines, the awareness has developed in everyone, archivists and researchers, that historical research, even on issues that are very close to us over time, cannot ignore the use of the primary source *par excellence*. Take a step beyond the analysis of the building, whether built or just designed and turn to the documentary legacy that lets us contextualize and reconstruct the entire historical and design process, it means leaving the dimension of criticism by entering the more properly historiographical one. It is a fact that the aesthetic dimension of architectural drawings can easily override that, so less outwardly captivating, of their informative potential. Drawings or large presentation models realized to be exhibited, published or on the occasion of competitions, always receive the attention that technical drawings, study sketches so difficult to interpret or provisional models made with poor mate-

rials in order to verify certain solutions cannot aspire to. This is in many cases true, but the times have definitely passed in which, arranging our archives, we wondered who could ever be interested in those endless sets of executive drawings that, whether we like it or not, almost always constitute the quantitatively most relevant part⁷. The process of development and maturation in which we find ourselves concerns not only the archivists but also and above all those who use the archives. Today it is clear to everyone that this type of document gets increasing attention from scholars, the fruits of which are beginning to be visible in numerous publications. It is a slow but ongoing process, which those who work in the archives witness every day and which will surely lead one day to a much more conscious and productive use of these sources. I think the recently analyzed case of Giancarlo De Carlo's studies on the occasion of the centenary of his birth effectively represents the current situation. In the years around 2019, in which the centenary was celebrated, numerous publications dedicated to him appeared. In a recently published article, Francesco Samassa examined this phenomenon with great accuracy and tried to understand if and to what extent has made De Carlo's archive available to scholars starting from the mid-first decade of the 2000s has played for this proliferation of editorial initiatives, a substantial role⁸. Samassa's answer is interlocutory: certainly, De Carlo's papers have been seen, used and cited in a considerable number of publications, but perhaps even in this case there is still too much limited use of the archive as an almost inexhaustible reservoir of images rather than taking full advantage of the formidable potential that the first of the primary sources offers to those who study the life and works of this important personality.

A resource for collective memory

If, as far as research is concerned, we are therefore in a phase of evolution that has not yet fully developed the potential that archival sources offer, the matter is different with regard to the relationship between archi-

⁷ Not many years have passed since we were still discussing with colleagues from the French and Anglo-Saxon area on the need, which many of them advocated and always refused by us, to "thin out" this type of document considered only partially interesting, keeping only a sample of them as historical testimony.

⁸ Samassa (2020). In the years from 2010 to 2020 and with the sole exception of 2016, at least one book a year specifically dedicated to De Carlo was released and the pace has understandably intensified with the approach of the centenary.

tectural archives and civil society, which has direct implications on the management and conservation of the collective patrimony, as much as on the construction of a memory that recovers the history and stories of our cities and our environment.

Intended in the broad meaning that I have expressed above, the architectural archives tell the story of the human environment in all possible scales: from urban planning to industrial design, from the territory to the objects of daily use, passing through cities, neighbourhoods, buildings, and interiors. For this reason they retain, I believe, a much closer and more evident connection with civil society than other historical sources. In the architectural archives we find evidence related to the history of the cities (an example for all: the archive of Ferdinando Forlati and the documentation on the safeguarding of Venetian works of art and architecture during the world wars, on the restoration of churches and palaces and the post-war reconstruction projects he managed as Superintendent in Venice) or the history of the landscape, such as the censuses and photographic campaigns on the rural architecture in the alpine valleys of Cadore, today largely disappeared or altered, in the Edoardo Gellner archive. In architectural archives we find the projects of the iconic buildings of our cities but also of many of those to which we are often led to grant little attention because they are part of an usual landscape, except to re-evaluate them once we are able, thanks to the documentary sources, to contextualize and study them. Our collective memory can find a greater part of its foundation in the architectural archives, thanks to which survive the documentation of what over time has been destroyed or more or less profoundly modified, as well as ideas, reflections, and proposals that over the decades have increased the heritage of what has been designed without finding the way to realization. That of unrealized architectures, be it for contingencies or because they were designed for competitions, research or personal pleasure, is a topic of great importance and constitutes an essential part of the history of architecture. The city of Venice, so peculiar and problematic, represents (Ferrighi, 2018) an exemplary case of this story, which finds its only source of documentation in the archival resources.

On December 28, 1908, a disastrous earthquake took only 37 seconds to almost completely destroy the Italian cities of Messina and Reggio Calabria. Together with many others, the Venetian architect Giuseppe Torres ran to the places of the catastrophe and shot an extraordinary series of photographs whose negatives, on glass plates, are still preserved today in his archive. Here we also find drawings and papers related to a visionary reconstruction project of the whole town of Messina, based on the obsessive

repetition, in always different combinations, of elements in a circular plan, considered by Torres the safest means to guarantee the resistance of the buildings to seismic stresses. A city in the far south of Italy, therefore, preserves an important part of its history in the archives of a northern architect whose life and professional career have then developed in completely different directions. Only the work on these documents, for a long time unknown to scholars and today instead available to everyone, has allowed this long-forgotten story to come back to light⁹.

And it was not the only one. There is perhaps no city in the world more photographed and studied than Venice, and among its many monuments, none is probably more iconic and universally known than the Doge's Palace. Yet, the memory that the large sculptural group on the facade towards the Piazzetta, representing the Doge Andrea Gritti kneeling in front of the Lion of San Marco, is not an original Renaissance sculpture but was only made in 1897, was completely lost in the memory of scholars, tourists and citizens. Destroyed by French troops at the end of the eighteenth century the original oeuvre, one hundred years later there were no elements left suitable for a philological reconstruction. For this reason, a competition was announced, which was won by Giuseppe Torres himself. To him, we owe the design of the new sculpture. Events relatively close to us can be forgotten very quickly, but also in this case the emergence of documents in the Torres archives let us recover such an important element of knowledge.

A tool for the preservation of the common heritage

I close the perhaps too long parenthesis that I dedicated to the Giuseppe Torres archives with an example that allows me to introduce a new theme after those of research and collective memory, the one of safeguarding architectural works. The last part of Torres' professional life developed in the light of the long, intricate and substantially never truly completed story of the construction of the so-called Tempio Votivo (Votive Temple) on the Venetian island of the Lido. The construction of the church was established an agreement between the Municipality and the Patriarchate following a solemn vow made by the Patriarch of Venice Cardinal La Fontaine in the dramatic days of 1917 when the city of Venice seemed to be on the verge of falling into the hands of the Austrian army. Giuseppe Torres, once again, was the designer.

⁹ Scibilia and Sutura (2019).

This is not the place to summarize, even briefly, the history of a building that began while the First World War was still going on and ended in fact at the very end of the second one, leaving however an incomplete edifice, never really finished and never fully used except in the part of the crypt, which houses a military shrine¹⁰. Yet the Votive Temple significantly characterizes the urban landscape of Venice and with its tall cylindrical shape topped by a dome, it is one of the most recognizable elements in the skyline of the San Marco Basin. The documents related to its troubled construction are spread in the Venice municipal archives, those of the patriarchate and of course those of Giuseppe Torres, in which, among many other materials, there are about a thousand drawings and an extraordinary photographic collection, not only of the works on the site but also of the ceremonies which took place on the occasion of the laying of the first stone, the translation of the war dead and the consecration of the military shrine in the crypt. Beyond the historical significance of these papers, with which we reconstruct what happened but also can see what was never realized, these documents have played a role of fundamental importance when, a few years ago, important works of restoration of the building were undertaken. It was then that, many decades after its construction, being able to resort to the papers of the author of the project made it possible to reach an in-depth knowledge of the building, its constructive characteristics, the materials used for the structures and the decorative works. It is clear that without such detailed information, no serious restoration project could have been elaborated. What is even more important, the investigation carried out with this goal entailed the side effect of starting a historical research to contextualize the construction of the church in the intricate and still partially obscure events of city life from the years of the First World War to those of the Fascist period. Publications, press interventions, and cultural initiatives have disseminated this wealth of knowledge and are now building up a new image of the Votive Temple, also fueling the citizen debate on its possible future uses.

Knowledge of the territory, collective memory and civic awareness plays an important role in the vast theme of heritage protection which, as far as architecture is concerned, poses even greater problems the closer the objects to be protected are to us over time. Often deprived of the support that legislative instruments offer for the protection of works of the past, buildings that have not yet reached the necessary age to be considered worthy to be preserved, are frequently in situations of risk of alteration or loss, regardless

¹⁰ Domenichini and Tiozzo Netti (2019).

of quality and the cultural and artistic importance they hold. It is in these instances that the architectural archives can offer substantial support to the actions that committees, associations and even aware individuals undertake to stand up for the threatened works. They turn to the archives to substantiate their claims and to motivate requests for a formal recognition of the historical and cultural importance of these buildings. In addition, the institutes responsible for heritage protection naturally resort to the archives when it becomes necessary to collect the historical and technical information needed to initiate the procedure for specific Decrees of Constraint.

At the time of writing, the Archivio Progetti is directly involved in the initiatives in defense of two school buildings in Longarone, in the province of Belluno. The local administration has in fact decided to demolish them and replace them with a new complex to be realized with the funding provision of the European Community following the covid pandemic. Built in the 1960s on projects by Costantino Dardi the one, and the other by Gianni Avon and Francesco Tentori, the two buildings are actually important works of Italian contemporary architecture, to the point that an action promoted by ordinary citizens has immediately aroused the interest of associations for the heritage defense and of local and national protection bodies, which for their part have turned to the original documents. This is not the first time that the archive has been called upon to provide support for initiatives of this kind, nor is it the only action we currently collaborate with.

Conclusion

Not secondary to the value of their documentary heritage and the importance of these collections for cultural and scientific production, the civic dimension of the conservation institutes represents a major incentive for the archives, to continue their work of collecting and preserving architectural documentation, in the awareness that their contribution does not only have an impact on academic production but also to people's lives and to the preservation of what they attribute substantial value to.

Bibliography

Architecture Archives in Europe. (2004). *Guidelines to managing architectural records*. <http://www.architecturearchives.net> [no more available].

- Domenichini, R. (2021). *Dealing with complexity. The arrangement of the archival fonds of Egle Renata Trincanato: a knot of interrelationships amongst personal attitudes and multiplicity of functions* [Paper presentation]. Proceedings of the International Congress on Architectural Archives: "Professional Experiences in a Cultural Diversity"/ International Congress on Architectural Archives: Section on Architectural Records of the International Council on Archives: Arquivo Distrital de Braga, 2019, setembro 25-27, Braga. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70577>
- Domenichini, R., & Tiozzo Netti, P. (Eds.). (2019). *Il Tempio Votivo del Lido*. Il Poligrafo.
- Domenichini, R., & Tonicello, A. (2004). *Il disegno di architettura. Guida alla descrizione*. Il Poligrafo.
- Ferrighi, A. (Ed.). (2018). *Venezia di carta*. Lettera Ventidue.
- ICA – International Council on Archives. (2000). *A guide to the archival care of architectural records. 19th-20th centuries*. <https://www.ica.org/en/guide-archival-care-architectural-records-19th-20th-centuries>
- Ministero per i beni e le attività culturali. Ufficio centrale per i Beni archivistici. (1999). *Gli archivi per la storia dell'architettura. Atti del convegno internazionale di studi. Reggio Emilia, 4-8 ottobre 1993*. Ministero per i beni e le attività culturali. Ufficio centrale per i Beni archivistici.
- Peyceré, D., & Wierre, F. (Eds.). (2008). *Architecture et archives numériques. L'architecture à l'ère numérique: un enjeu de mémoire*. Éditions Infolio.
- Porter, V., & Thornes, R. (1994). *A Guide to the Description of Architectural Drawings*. Hall.
- Samassa, F. (2020). L'archivio De Carlo: un terreno fertile. *Territorio*, 92, 24-32.
- Scibilia, F., & Sutera, D. (2019). *Terremoto e ricostruzione: Messina 1908. Verso una progettazione consapevole*. Caracol.
- Tonicello A. (Ed.). (1995). *Il progetto di architettura. Conservazione, catalogazione, informazione*. Iuav-Archivio Progetti.

A necessária dimensão popular e cultural dos arquivos¹

The necessary popular and cultural dimension of archives

MONICA CRISTINA BRUNINI FRANDI FERREIRA

Superintendente do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro/SP

monicafrandiferreira@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5837-2745>

RESUMO

Este artigo apresenta algumas iniciativas recentes, relacionadas aos documentos de arquitetura, abordando aspectos de uma narrativa construída no Brasil, ao longo do tempo, e que têm no patrimônio cultural o ponto em comum. Da sensibilização da sociedade local, na criação do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, em 1979, até a proposta para instituição de Câmara Técnica Consultiva, no âmbito do Conselho Nacional de Arquivos do Brasil, apresentada em 2022, para a definição de orientações quanto ao tratamento técnico de documentos de arquivo relacionados com a arquitetura e o ambiente construído, foram muitos os debates coletivos e as ações implementadas. Somadas às competências de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos e coleções, o acesso à informação e as iniciativas de difusão nas instituições de custódia de documentos, públicas e

¹ O título deste artigo foi inspirado em Bellotto (2006, p. 227). A equipe do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro/SP (APHRC) reconhece a relevância da projeção na comunidade e, nesta direção, para além de cumprir com a função precípua de uma entidade arquivística — recolher, custodiar, preservar, organizar e dar acesso aos fundos documentais originados no âmbito do poder público municipal — tem investido em iniciativas de extroversão para divulgar o acervo e as atividades técnicas desenvolvidas na Autarquia, com ações voltadas aos diferentes públicos, de diversas faixas etárias (Bellotto, 2006).

privadas, são essenciais para a sua projeção na comunidade, trazendo-lhes a necessária dimensão popular e cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural; Documentos de arquitetura; Acesso e difusão em arquivos.

ABSTRACT

This article presents some recent initiatives, related to architectural documents, addressing aspects of a narrative built in Brazil, over time, which has the cultural heritage as the common point.

From the awareness of the local society, in the creation of the Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, in 1979, to the proposal for the institution of the Câmara Técnica Consultiva, under the Conselho Nacional de Arquivos do Brasil, presented in 2022, to the definition of guidelines for the technical treatment of archival documents related to architecture and the built environment, there were many collective debates and implemented actions.

In addition to the attributions of collecting, custodial, preserving and organizing funds and collections, access to information and diffusion initiatives, in public and private document custody institutions, are essential for their projection into the community, bringing them the necessary popular and cultural dimension.

KEYWORDS: Cultural heritage; Architecture documents; Access and diffusion in archives.

Não se pode negar o valor da criação do Arquivo²

A criação do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro/SP (APHRC), por meio da Lei Municipal n.º 1.573, de 11.10.1979, constituiu marco importante na preservação do patrimônio cultural local e ação pioneira na organização de instituição arquivística municipal, sobretudo quando consideramos que a preocupação em âmbito nacional ocorreu após uma década, com a publicação da Lei Federal n.º 8.159, de 08.01.1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados no Brasil. Naquele momento, a Autarquia passou a ser oficialmente responsável pela

² Título extraído de reportagem do Jornal Diário de Rio Claro (JDRC, edição de 10.10.1979).

proteção do patrimônio arquivístico municipal, caracterizado pelos documentos produzidos e acumulados nas funções e atividades de cada órgão da administração local, ou recebidos de particulares quando julgados de interesse para a construção da identidade e da memória coletivas.

Na proposta original de criação da entidade arquivística municipal, em 1977, já era defendida a necessidade de salvaguardar e de disponibilizar o patrimônio documental local, de modo que o APHRC pudesse “resguardar documentação valiosa e evitar o trabalho de colecionadores particulares, criando um órgão que viesse possibilitar consultas futuras e levantamentos históricos” (JDRC, edição de 10.10.1979). Os grupos interessados na organização da entidade local, constituídos de pessoas ligadas ao meio acadêmico e cultural, denunciavam na imprensa o abandono dos documentos públicos e a falta de acesso aos registros históricos da cidade, clamando pela urgente aprovação da proposta de criação, enquanto organizavam ações para impactar e mobilizar a sociedade.

A sensibilização da população aconteceu por meio de publicações nos jornais locais, com ilustrações da “Rio Claro antigo”, e nas exposições fotográficas montadas na praça central da cidade, ambas contendo imagens do patrimônio edificado, que ajudavam a despertar a curiosidade e a motivar o debate sobre a importância da preservação do patrimônio cultural. Na imprensa, o destaque era para que a instituição tivesse o objetivo “de resguardar a memória do município, centralizando toda a documentação pública e particular, a fim de que esta possa ser utilizada, pesquisada e divulgada”³ (JCRC, edição de 01.05.1977).

Dois anos após o envio do texto original, por meio da Lei Municipal n.º 1.573, de 11.10.1979, a Câmara Municipal aprovou o projeto de criação do APHRC⁴. A primeira atividade da instituição arquivística ocorreu quase um ano após a sua fundação, com a constituição do seu Conselho Superior, e,

³ Foram as imagens veiculadas na reportagem jornalística, publicada em 1979, “focalizando o abandono imposto pela administração municipal a importantes documentos históricos”, que causaram maior impacto, afirmando que os registros das funções e das atividades do executivo municipal “estavam jogados numa garagem” do Departamento de Serviços Municipais, “ao lado de pneus velhos e rolos de arame, sem as mínimas condições de conservação e preservação”. Naquele momento, a imprensa denunciava a precariedade da situação e clamava para que “os responsáveis pela conservação destes documentos” providenciassem “o recolhimento dos mesmos a um local mais adequado” (JCRC, edições de 23 e 25.01.1979).

⁴ De acordo com referida lei de criação, a Prefeitura e a Câmara Municipal deveriam entregar ao APHRC “o arquivo e a documentação histórica de Rio Claro”, permanecendo a mesma “sob custódia, para efeito de consultas, pesquisas e estudos da história” (Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, Lei Municipal n.º 1.573/1979; JCRC, edição de 11.10.1979).

por meio da Portaria n.º 2.607, de 21.11.1980, o nome da historiadora Ana Maria de Almeida Camargo foi oficializado para o cargo de diretora da Autarquia⁵ (Boletim Arquivo de Rio Claro, n.º 1, 1982).

O Arquivo crescerá muito [...] o trabalho bem orientado prossegue⁶

De acordo com a Lei Municipal n.º 1.573/1979, o APHRC foi criado como entidade autárquica, com personalidade jurídica própria, dispondo de autonomias financeira e administrativa. Suas funções precípuas, marcadas de forma precisa na definição de suas competências, já estavam, desde o início, relacionadas ao tratamento arquivístico completo dos documentos, com as ações de:

a) localizar, recolher, reunir, recuperar, organizar e preservar documentação pública e particular em geral, centralizando-a, a fim de que memória do Município possa ser utilizada, pesquisada e divulgada por qualquer forma, com o objetivo de resguardar a memória do Município e sua gente;

b) proteger o acervo, constituído por qualquer documento escrito — manuscrito ou impresso — iconográfico, fonofotográfico, pertencente a entidades públicas — Executivo, Legislativo e Judiciário — e particulares, culturais, religiosos, de pessoas físicas, estabelecimentos rurais, comerciais, industriais e outras;

c) tomar, classificar e catalogar a documentação em seu poder, segundo as modernas técnicas arquivísticas;

d) inventariar a documentação de terceiros, conforme os mesmos critérios;

e) franquear o uso do acervo às entidades e ao público em geral, atendendo aos pedidos de informação, consoantes às disposições regulamentares (art. 2.º, Lei Municipal n.º 1.573/1979). Naquele momento, já havia a compreensão da importância dos serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa nos arquivos públicos, cujas

⁵ Fizeram parte do primeiro Conselho Superior do APHRC os seguintes membros: Fernando Cilento Fittipaldi; Francisco Anaruma; Jayr de Andrade Pimentel; Pe. Jamil Nassif Abib; Profa. Dra. Jeanne Berrance de Castro; José Carlos Cardoso; Prof. Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi; Roberto Felipe Palmari e Ruy Cassavia. Os conselheiros foram empossados pelo então Prefeito Municipal, Dermeval da Fonseca Nevoeiro Junior (Boletim Arquivo de Rio Claro, n.º 1, 1982).

⁶ Título extraído de reportagem do Jornal Diário do Rio Claro (JDRC, edição de 13.07.1984).

atividades, mesmo que consideradas secundárias em relação àquelas de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, auxiliariam a instituição na sua projeção na comunidade, “trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro” (Bellotto, 2006, p. 227).

Sobre a constituição do acervo, a partir de 1981, “todos os documentos administrativos municipais anteriores a 1975, foram entregues aos técnicos do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro”, tendo sido recolhidas “cerca de 50 toneladas de documentos amontoados em repartições públicas” (JDRC, edições de 16 e 25.04.1981). Além deste conjunto inicial, outros foram incorporados, como aqueles recebidos em doação, quando “chegou em nossa cidade, um caminhão com cerca de 8 toneladas de livros e periódicos, doados pela Divisão de Arquivo do Estado” (JDRC, edição de 16.06.1981). A diretora do APHRC, Ana Maria de Almeida Camargo, esclareceu à imprensa que os documentos recolhidos passariam “por um minucioso trabalho de classificação de fundo, cronologia, ordem geográfica relacionada, até uma total reorganização”, para que pudessem ser “recondicionados e imunizados no laboratório de restauro e conservação para, finalmente, ficarem à disposição do público, estudiosos, pesquisadores” (JDRC, edição de 18.06.1981).

Pelo volume de documentos recolhidos e recebidos em doação, as salas provisórias⁷, que estavam sendo ocupadas pela Autarquia desde 1981, tornaram-se pequenas para abrigar o acervo de forma apropriada, e o destaque na imprensa local passou a ser a falta de “instalação adequada para o Arquivo, observando-se as recomendações técnicas de ambientes para esse fim, desde a circulação de ar, temperatura, até a funcionalidade arquitetônica” (JDRC, edição de 16.04.1981). Neste sentido, a partir de 1984, o APHRC passou a ocupar edificação histórica, situada na área central da cidade, que foi adaptada para acomodar o acervo em constante incorporação.

A inauguração da nova sede central foi marcada por evento que contou com a participação de autoridades municipais e estaduais ligadas aos meios

⁷ A diretora Ana Maria de Almeida Camargo esclareceu para a imprensa que a sede inicial — algumas salas do Pavilhão de Técnicas Comerciais da Escola Chanceler Raul Fernandes — seria “uma ocupação temporária, apesar de ser um local adequado para a guarda de documentos e para o atendimento ao público”, que possibilitaria, ao menos, a abertura dos trabalhos (JDRC, edição de 16.04.1981). A diretora tinha como meta instalar o Arquivo num “prédio apropriado”, cujo projeto entregue ao Prefeito Municipal seria “elaborado conforme as recomendações da UNESCO, para abrigar instituições arquivísticas” (JDRC, edição de 18.06.1981).

político e cultural, além de expressivo público que prestigiou o que a imprensa noticiou como “a ampliação do Arquivo Municipal” (JDRC, edições de 13 e 14.07.1984). Naquele dia, os presentes também puderam apreciar uma exposição de cartões postais, com imagens inéditas do patrimônio edificado da cidade, tal qual nas primeiras iniciativas de sensibilização, em 1979. Essas propostas eram compreendidas como uma oportunidade de contato entre o APHRC e a comunidade, contribuindo também para estimular na população o interesse pela consulta às fontes primárias, tanto nos estudos sobre a história da cidade, como no planejamento e execução de ações para preservação do patrimônio cultural. Nesses eventos ocorria o lançamento de publicações impressas, relacionadas à *cultura*, à *história da cidade* e, especialmente, ao trabalho técnico desenvolvido na Autarquia, das quais destacamos os Boletins do Arquivo de Rio Claro, publicados entre 1982 e 1993⁸.

Neste prédio histórico central, o APHRC permaneceu até o ano de 2004, quando transferiu seu acervo para o Núcleo Administrativo Municipal (NAM), onde permanece até hoje, junto às demais secretarias da administração direta.

Novas atividades e novas funções⁹

Desde 1981, o APHRC “Oscar de Arruda Penteadó”¹⁰ tem reunido, por transferência ou recolhimento, documentos da Prefeitura Municipal de Rio Claro e de instituições públicas e privadas, constituindo acervo extenso e diverso, de gêneros textual, iconográfico, audiovisual, fonográfico e tridimensional. Em virtude da relevância de conteúdo, volume de documentos

⁸ Segundo informado no Boletim do Arquivo de Rio Claro n.º 1, de 1982, a seção “Teoria e Prática” seria “destinada ao debate de questões que envolvem o trabalho arquivístico em seus múltiplos aspectos”; a seção “Documento e História” estaria “reservada para divulgação de fontes sobre Rio Claro” e a seção “Notas e Informações” divulgaria as realizações e projetos do APHRC e de outras instituições congêneres. Figuras de expressividade na área da arquivística contribuíram com artigos nos referidos Boletins semestrais, dentre os quais destacamos, em ordem alfabética: César Gutierrez Muñoz, Daíse Aparecida Oliveira, Galba Ribeiro di Mambro, Helena Corrêa Machado, Heloísa Liberalli Bellotto, Imma Puig Aleu, Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha, José Pedro Esposel, Manuel Vásquez, Raquel Glezer, Rolf Nagel, Rose Marie Inojosa, Vicenta Cortés Alonso e Viviane Tessitore. As publicações impressas, hoje, encontram-se digitalizadas e estão disponíveis para consulta no endereço eletrônico: <http://aphrioclaro.sp.gov.br/revista-do-arquivo/>.

⁹ Título extraído de reportagem do Jornal Diário de Rio Claro (JDRC, edição de 13.07.1984).

¹⁰ A Lei Municipal n.º 2.540, de 26.03.1993, “Dá a denominação ao Arquivo Público e Histórico do Município de «Oscar de Arruda Penteadó”, servidor público municipal que se aposentou como Chefe de Divisão do Arquivo e Cadastro Patrimonial da Prefeitura Municipal de Rio Claro”.

e interesse de consulta, destacamos o Fundo “Prefeitura Municipal de Rio Claro”¹¹, constituído por diversas séries, dentre elas os “Processos de Construção de Obras Particulares”, assunto tratado neste artigo. Esse acervo específico foi criado de acordo com a Lei Municipal n.º 88/1911¹², que estabeleceu o procedimento administrativo para controle da atividade de obras e edificações na cidade de Rio Claro, e tem documentos a partir do ano de 1936, preservados e disponibilizados à título de prova ou referência. Sobre as coleções, assinalamos a “Coleção Argemiro Dias Martins”, composta por documentos de gêneros iconográfico e cartográfico, que registram a formação dos bairros e a expansão da cidade ao longo da primeira metade do século XX¹³ e a “Coleção Rio Claro de Fotografias”, que dispõe de mais de 24 mil registros sobre épocas e assuntos variados, incluindo imagens do patrimônio edificado local.

Dos trabalhos recentes para preservação, organização, acesso e difusão do acervo, destacamos as ações voltadas ao tratamento técnico dos documentos relacionados com a arquitetura e o ambiente construído, sob responsabilidade das três coordenadorias do APHRC — de Arquivo Intermediário, de Arquivo Permanente e de Difusão do Acervo¹⁴. Esses registros atravessam

¹¹ Do Fundo “Prefeitura Municipal de Rio Claro”, também merecem destaque os registros fotográficos e os registros de óbito. Dentre os documentos custodiados, ressaltamos o Fundo “Câmara Municipal de Rio Claro”, que reúne livros-ata do período de 1845 a 1990, contendo informações relevantes do cotidiano da administração pública. Também integram o acervo do APHRC os documentos do “Fundo Plínio Salgado”, composto por registros da atividade política do titular como líder do movimento Ação Integralista Brasileira (AIB), por meio de correspondências, atas, fotografias, periódicos e livros. Por sua relevância, que permite traçar um perfil do cenário político e social do Brasil a partir da década de 1930, no ano de 2014 este Fundo foi nominado como parte do Programa Memória do Mundo, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (MOM-UNESCO).

¹² A regularidade dos documentos começa a partir de 1936, mas estabelecemos como início da série “Processos de Construção de Obras Particulares” o ano de 1911, baseado na Lei Municipal n.º 88, de 15/09/1911, que tratou das construções e reconstruções e definiu o procedimento para controle da atividade de obras e edificações em Rio Claro. Até aquele momento, o Código de Posturas de 1893 estabelecia orientações para higiene, solidez e aspecto das construções urbanas, sem estabelecer o expediente administrativo. Sobre esse assunto, consultar Ferreira (2002, 2016).

¹³ Importante destacar, pelo conteúdo e interesse do consultante, que a Hemeroteca do APHRC dispõe de exemplares de periódicos rio-clarenses desde 1873. Dentre os mais consultados e de grande circulação na cidade, até os dias atuais, estão o Jornal Diário de Rio Claro (JDRC) e o Jornal Cidade de Rio Claro (JCRC), ambos com regularidade nas suas edições desde a década de 1930.

¹⁴ A Lei Complementar n.º 0132/2018, reorganizou a estrutura administrativa do APHRC, que até então se encontrava regulamentada pela Lei de sua criação, de 1979. As três coordenadorias estão subordinadas, hierarquicamente, à Superintendência, cada qual com atribuições específicas em relação às atividades-fim do APHRC (Arquivo Público e História do Município de Rio Claro, Lei n.º 132, de 23.05.2018).

as três fases do ciclo vital dos documentos de arquivo¹⁵, pois são produzidos pelos interessados em construir ou reformar edificações na cidade, são solicitados pelos munícipes como prova da atividade e são consultados pelos pesquisadores para análise de eventos relacionados com a história da arquitetura e com a preservação do patrimônio edificado. Esses documentos têm produção corrente, uso intermediário, são considerados de caráter permanente no processo de avaliação, estando destinados, portanto, à guarda definitiva, mesmo quando a obra a que se referem não foi construída ou foi alterada ou demolida.

Ao se referir aos arquivos de arquitetura, engenharia e urbanismo, Azevedo (2010) destaca que “constituem uma herança cultural que testemunha o desenvolvimento destas áreas e, em alguns casos, são o único elo existente de estruturas já desaparecidas ou de projetos não construídos”. Neste sentido, a discussão sobre a constituição, a preservação e a utilização desses acervos são de fundamental importância para as respectivas áreas do conhecimento, de maneira específica, e, num entendimento mais abrangente, para o patrimônio cultural e documental de nossa civilização (Azevedo, 2010, p. 38).

Sob a incumbência da Coordenadoria de Arquivo Intermediário¹⁶, as ações de gestão documental com os documentos de arquitetura estão relacionadas à disponibilização diária de “Processos de Construção de Obras Particulares” para a administração pública, atendendo às solicitações dos interessados por meio do Protocolo Geral da Prefeitura. Esses documentos compostos figuram entre os itens documentais mais consultados no APHRC, à título de prova, cuja busca no acervo se faz por listagem informatizada e o acesso ao consulente está garantido com a autorização da Secretaria Municipal de Obras, entidade produtora do documento custodiado na Autarquia. A Coordenadoria de Arquivo Intermediário está organizando a implementação do protocolo digital na

¹⁵ A Lei Federal n.º 8.159, de 08.01.1991, que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências”, em seu artigo 8º, define as três fases que caracterizam o ciclo vital dos documentos de arquivo. Estão vinculados à fase corrente os documentos “em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes”. Na fase intermediária estão aqueles documentos que, “não sendo de uso corrente nos órgãos produtores por razões de interesse administrativo, aguardam sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”. Definidos na fase permanente estão os “conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados” (Lei Federal n.º 8.159, de 08.01.1991).

¹⁶ Segundo Relatório de Atividades do APHRC do ano de 2021, o Arquivo Intermediário realizou, em média anual, 3.500 atendimentos à administração municipal, disponibilizando cerca de 7 mil itens documentais, permitindo acesso aos documentos probatórios até o ano de 2010, último exercício fiscal transferido do Setor de Protocolo da Prefeitura ao APHRC. Parte desses atendimentos — cerca de 40% das solicitações — está relacionada aos “Processos de Construção de Obras Particulares”, a maior porcentagem referente a um único tipo documental.

Prefeitura, articulando as unidades da administração municipal na definição de procedimentos padronizados para produção e tramitação dos documentos, em meio eletrônico e em bases arquivísticas, para garantir a confiabilidade, a autenticidade e a preservação da informação, melhorando o fluxo, a organização e o acesso aos documentos, a qualquer tempo.

Com a atribuição de salvar, organizar e disponibilizar os documentos do acervo, a Coordenadoria de Arquivo Permanente tem planejado e executado procedimentos preventivos de conservação nos “Processos de Construção de Obras Particulares”, incluindo ações de higienização e pequenos reparos para garantir a integridade física dos suportes fragilizados. Em laboratório estruturado para atender aos grandes formatos, são produzidos exemplares digitais de registros textuais e iconográficos que, posteriormente disponibilizados para consulta, evitam a manipulação dos originais, permanecendo os mesmos acondicionados em caixas-arquivo armazenadas em estantes. Concomitantemente, realiza-se a indexação das informações de cada processo em planilha Excel, cujo acesso tem sido possibilitado com celeridade, permitindo a rápida recuperação da informação, disponibilizada em meio digital ao público interessado.

Em trabalho que envolveu toda a equipe do APHRC, a Coordenadoria de Difusão do Acervo¹⁷ responsabilizou-se por organizar a exposição física “A casa mais que morada: Projetar para construir, conservar para conhecer”, inaugurada em junho de 2021, no Museu Histórico e Pedagógico de Rio Claro¹⁸. Baseada na série “Processos de Construção de Obras Particulares” e em outros documentos que permitem a compreensão do seu contexto de produção, a narrativa valeu-se da reprodução dos registros e de linguagem menos formal para permitir o entendimento mais imediato dos diversos tipos

¹⁷ Merece destaque nas atividades de ação educativa do APHRC o “Projeto Arq-Aventuras: Atividades práticas de educação patrimonial no cotidiano escolar”, em fase de implementação nas escolas públicas municipais. Elaborado junto aos professores coordenadores e aos profissionais da educação inclusiva, utilizando exclusivamente documentos do acervo, o APHRC produziu material para atividades lúdicas (quebra-cabeças, jogo da memória, jogo de tabuleiro com adivinhações e desenhos, painéis fotográficos, livro com arte-colagens, dentre outros), na intenção de estimular nas crianças as capacidades de observação, registro, exploração e apropriação de temas relacionados à história da cidade, contribuindo para o desenvolvimento das múltiplas capacidades e permitindo a recriação do patrimônio cultural através de diferentes meios de assimilação e de expressão. O APHRC tem ministrado oficinas com os professores e esse conteúdo está sendo oferecido em sala de aula, em processo permanente de trabalho educativo para a construção de política pública de identificação, reconhecimento, proteção e preservação do patrimônio cultural local. O vídeo do “Projeto ArqAventuras” pode ser conferido em: www.youtube.com/watch?v=xstBRN-TLm8. Acesso em 15.09.2022.

¹⁸ O vídeo da exposição “A casa mais que morada: Projetar para construir, conservar para conhecer” pode ser conferido em: www.youtube.com/watch?v=50Sfwrhsxvw. Acesso em 15.09.2022.

documentais exibidos, para destacar a padronização dos documentos de arquivo e ainda para sublinhar, como curiosidades, as questões técnicas da arquitetura. Processos inteiros compuseram painéis, plantas arquitetônicas foram adesivadas no chão, material lúdico foi disponibilizado, para que todo o conjunto de registros probatórios do controle da atividade edificativa na cidade ficasse aos olhos do público, sem escolher um “documento especial”. Como orienta Parrella (2013), não foram destacados documentos por seu caráter excepcional, fato que desconsideraria as relações orgânicas dos documentos de arquivo. Nesta exposição, de simples espectador, o público passa a interagir com os documentos e a compreender, não somente o procedimento administrativo quando interpreta o conteúdo dos painéis, mas o tratamento técnico realizado no APHRC para preservar, organizar e dar acesso aos documentos do acervo. Essa possibilidade ocorre nas atividades de ação educativa que, ocasionalmente, são feitas no espaço da exposição, com a demonstração de procedimentos de conservação preventiva, didaticamente apresentados pela equipe.

Iniciativa de difusão editorial do APHRC, relacionada aos “Processos de Construção de Obras Particulares”, o “Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura” também está baseado nas experiências com o acervo de documentos públicos. Esta publicação trata de assuntos diversos relacionados à organização, preservação, acesso e difusão desse acervo específico, e foi redigida em linguagem acessível, para permitir que o responsável pelos acervos compreenda os procedimentos técnicos sugeridos, independentemente de sua área de formação ou qualificação. Suas orientações podem ser aplicadas também aos acervos privados, que contêm documentos acumulados por arquitetos, escritórios de arquitetura, instituições de profissionais e universidades.

O diálogo da Arquitetura e da Arquivística¹⁹

Com a publicação do “Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura”, baseado nas suas experiências práticas, o APHRC procurou estabelecer um ponto de partida para a discussão sobre os diversos aspectos

¹⁹ Trecho da frase de Noemi Andreza da Penha, diretora do Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico (CAIC), do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), em artigo publicado na seção “Vitrine”, da Revista do Arquivo, ano VII, n.º 14, junho de 2022, p. 136, editada pelo APESP, que destaca o “Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura” do APHRC.

tos relacionados ao tratamento técnico dispensado aos documentos de arquitetura, que requerem ações específicas e relacionadas a dois campos distintos de atuação profissional: a Arquivística e a Arquitetura.

Do trabalho conjunto, relacionando as especificidades da arquitetura com as particularidades da arquivística, compreendeu-se que o projeto arquitetônico embasa operações técnicas que definem funcionalidades e, portanto, tipificam os documentos de arquivo. Neste sentido, a publicação está organizada de maneira a auxiliar o leitor na compreensão de conceitos básicos da arquivística e na identificação da variedade de espécies e tipos documentais presentes nesses acervos²⁰, que são produzidos de acordo com procedimentos específicos, utilizando a linguagem normatizada da arquitetura.

Para Conde Villaverde e Vieira (2010), os documentos de arquitetura são documentos de arquivo que apresentam estruturas complexas, utilizando linguagens, tipos de representação e codificação e tecnologias bastantes diferenciadas. Os registros espelham as diversas etapas da atividade projetual²¹, num processo evolutivo de planejamento, concepção, execução e manutenção do espaço construído. Especialmente nos arquivos privados,

²⁰ Os conceitos de espécie e tipo documental estão consolidados na arquivologia e foram tratados por diversos autores, com destaque para Bellotto (2006) e Paes (2004). De maneira sintética, como proposto na redação do “Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura”, por “espécie” compreende-se a configuração que assume o documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas, e por “tipo” a configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a função e a atividade que a gerou. O projeto de arquitetura, na abrangência do seu conteúdo, embasa operações técnicas que definem funcionalidades e tipificam os documentos (Ferreira, 2021, pp. 8 e 12).

²¹ No “Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura” estão elencadas nove etapas da atividade projetual, relacionadas às fases de planejamento, concepção, execução e manutenção do espaço construído. São elas: 1. Pesquisa documental ou Levantamento de dados: etapa preliminar destinada ao planejamento da obra e à coleta de informações gerais sobre as condições preexistentes, cujo resultado deverá instruir a concepção do projeto. 2. Estudo preliminar: etapa inicial destinada à concepção do projeto e à representação gráfica preliminar das soluções arquitetônicas. 3. Anteprojeto: etapa destinada à concepção do projeto e à representação gráfica das soluções arquitetônicas. 4. Projeto básico: etapa destinada à produção dos documentos para análise e aprovação do projeto, contendo a representação gráfica das soluções propostas, com base nas exigências legais. 5. Processo administrativo: etapa destinada ao expediente legal para controle da atividade de obras e edificações. 6. Projeto executivo: etapa destinada à concepção final e à representação completa e definitiva das informações técnicas do projeto, necessárias e suficientes à sua contratação e à execução dos serviços de obra correspondentes. 7. Projeto completo de obra ou edificação: etapa destinada à finalização da compatibilização do Projeto executivo, com o detalhamento das definições construtivas. 8. Cadastro como construído ou *as built*: etapa destinada ao registro dos resultados da obra executada a partir dos projetos aprovados e das eventuais alterações realizadas com anuência do proprietário e dos profissionais responsáveis. 9. Avaliação pós-ocupação do ambiente construído: etapa destinada a diagnosticar aspectos positivos e negativos do ambiente construído em uso (Ferreira, 2021, pp. 13-16). Sobre esse assunto, ver também Viana (2015, pp. 141-149).

esses documentos são produzidos nas distintas fases de representação do processo criativo²², em diferentes meios de expressão gráfica²³, em escalas que podem variar do regional ao urbano, do edifício ao objeto.

Geralmente concebidos em suporte papel²⁴, pelas suas características de grandes dimensões, dobras normatizadas, uso durante a obra e ação do

²² No “Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura” estão identificadas três fases de representação do processo criativo, que geram tipos documentais distintos, basicamente de gênero iconográfico. São elas: 1. Desenhos preliminares: primeiro gesto e gênese do projeto de arquitetura, representam a ideia inicial e sua evolução e permitem ao profissional explorar, preliminarmente, o plano geral do espaço, com volumetria, distribuição dos compartimentos e circulação. Geralmente constituem unidades múltiplas que, comparadas e complementadas, rejeitando as soluções inadequadas, ajudam a chegar na versão a ser apresentada ao usuário. Não configuram espécies documentais propriamente ditas, mas estágios em sua preparação, de acordo com o conceito arquivístico de forma. Ex: esquema ou infográfico, esboço, croqui e desenho de apresentação. 2. Desenhos de concepção: fornecem as informações essenciais à compreensão do projeto, revelado e aprovado na fase anterior. Mais estruturados que os desenhos preliminares, ilustram o atendimento às questões técnicas e às determinações legais e devem obedecer às regras convenionadas de representação gráfica prescritas pela normativa específica. Configuram espécies e tipos documentais. Ex: plantas, cortes, perfis, elevações, detalhes construtivos, perspectiva, maquete, dentre outros. 3. Desenhos de execução: representativos da solução final e completa do projeto, registram maior quantidade de informações e nível de detalhamento que os desenhos de concepção, sendo utilizados na fase de execução da obra. Configuram formato, espécies e tipos documentais. Ex: projeto arquitetônico detalhado, projeto de estruturas, projeto de instalações prediais, projeto de acessibilidade, dentre outros. Além dos documentos iconográficos, diversos outros tipos documentais podem estar relacionados à fase de execução do projeto, dentre eles: Caderno de especificações técnicas; Diário de obras; Laudo de inspeção predial; Memorial de cálculo, Orçamento de obra; Parecer técnico etc. (Ferreira, 2021, pp. 20-34).

²³ O desenho é o meio de expressão gráfica utilizado para a representação da ideia. De acordo com a técnica utilizada, ele pode ser classificado, em abordagem evolutiva, na ordem em que se apresenta: 1. Desenhos esquemáticos: diagramas simplificados confeccionados à mão livre, utilizados na representação da ideia inicial do projeto de arquitetura, na fase dos desenhos preliminares. 2. Desenhos à mão livre: expressão gestual, confeccionados à mão livre, utilizados na representação da ideia inicial do projeto de arquitetura, na fase dos desenhos preliminares. 3. Desenhos por instrumentos: representação normatizada por meio de instrumentos para desenho técnico, utilizados na representação do projeto de arquitetura, nas fases dos desenhos de concepção e de execução. 4. Desenhos assistidos por computador: representação normatizada e informatizada por meio de programas computacionais, utilizados na representação do projeto de arquitetura, nas fases dos desenhos de concepção e dos execução. Em virtude de os programas computacionais apresentarem ferramentas que permitem alterações sobre os desenhos iniciais e intermediários, recomenda-se que sejam registradas todas as etapas de desenvolvimento do processo criativo (Ferreira, 2021, p. 17).

²⁴ Por suporte, entende-se o material sobre o qual as informações são registradas ou material utilizado na confecção do documento. A maioria dos documentos de arquitetura são produzidos em papel, escolhido em função do tipo de projeto, dos objetivos da representação e das facilidades de reprodução. Também podem ser produzidos em outros suportes, como papel emulsionado, filme, madeira, isopor, acrílico, metal pergaminho, superfície magnética, superfície ótica, etc. Forma, dimensão das folhas e materiais para desenho podem ser diversos e cada situação requer cuidado especial nas ações de conservação, de maneira a minimizar danos aos suportes, garantindo a disponibilização da informação, a longo prazo (Ferreira, 2021, pp. 10, 35-37).

tempo, documentos de arquitetura, especialmente os de gêneros iconográfico e cartográfico²⁵, encontram-se bastante prejudicados, carecendo de ações de conservação para assegurar a proteção física dos registros contra agentes de deterioração, garantindo a longevidade dos documentos²⁶. A publicação traz a relação dos danos mais comuns ao papel, cuja identificação é o passo inicial para definir ações de conservação, que irão se somar aos procedimentos técnicos adequados para acondicionamento²⁷ e armazenamento²⁸ dos registros, estabelecidos, principalmente, em função dos grandes formatos.

As ações para organização, classificação e descrição desses documentos específicos devem respeitar as funções e atividades do órgão produtor, baseadas nos princípios arquivísticos de proveniência, organicidade, unicidade, cumulatividade e integridade do conjunto, atentando-se para que o contexto de produção, a identidade e o significado de cada documento ou

²⁵ Documentos de arquitetura estão relacionados a cada uma das etapas do projeto, e geram desenhos representativos, executados em distintas técnicas de expressão gráfica. Relacionar plantas, cortes, elevações e perspectivas, por exemplo, com documentos iconográficos ou cartográficos, merece uma discussão mais aprofundada, que deve ter fórum na “Câmara Técnica Consultiva” que está sendo proposta no âmbito do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), para tratar, especialmente, de definições e orientações técnicas para documentos relacionados com a arquitetura e o ambiente construído. Ao tratar de gênero documental, o “Dicionário brasileiro de terminologia arquivística” define documentos iconográficos como aqueles “que contêm imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras” e como documentos cartográficos aqueles que “contêm representações gráficas da superfície terrestre ou de corpos celestes e desenhos técnicos, como mapas, plantas, perfis e fotografias aéreas” (Arquivo Nacional (Brasil), 2005, pp. 74 e 76). Sobre esse assunto, ver Viana (2015, pp. 138-141).

²⁶ Os procedimentos técnicos para conservação de documentos podem ser classificados como ações de preservação e de restauração. Na preservação estão incluídas as medidas para conservação preventiva, tais como: higienização, pequenos reparos, esterilização, digitalização e confecção de registros digitais. Na restauração, os procedimentos indicados são: desinfecção, obtenção, reforço de bordos e velatura. O controle ambiental das reservas técnicas também é fundamental para a conservação preventiva dos documentos, pois ajuda a impedir a sua degradação, devendo haver monitoramento rigoroso de temperatura, umidade relativa do ar, luz e irradiação ultravioleta, poluentes e pragas, além da supervisão constante das instalações prediais. Esses e outros fatores de risco devem ser considerados no planejamento de ações de zeladoria predial e devem embasar o Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR) da instituição de custódia de documentos (Ferreira, 2021, pp. 43-47).

²⁷ Para os documentos de arquitetura, os procedimentos de acondicionamento mais frequentes são: interfolheamento, encapsulação, planificação. A escolha correta das embalagens (envelope, pasta, jaqueta, caixa ou tubo), também contribui para a conservação dos documentos (Ferreira, 2021, pp. 48-51).

²⁸ Os tipos de armazenamento — vertical e horizontal — estão relacionados com a posição em que os documentos estão dispostos no acervo, e, para os documentos de arquitetura, podem ser escolhidos armários, arquivos, estantes, fichários e, em especial, as mapotecas (Ferreira, 2021, pp. 52-53).

conjunto estejam preservados²⁹. Na etapa da descrição³⁰, recomenda-se a participação de arquitetos e arquivistas, para a melhor compreensão intelectual dos registros e do seu contexto de produção.

A intenção da equipe do APHRC é que essas iniciativas contribuam para auxiliar no tratamento técnico dos acervos e para revelar o potencial informativo da fonte, para além da finalidade probatória da criação desses documentos. E, neste sentido, essas ações recentes estão aderentes à sua missão institucional, especialmente àquela relacionada à permissão do acesso à informação e ao estímulo à difusão do patrimônio documental salvaguardado na Autarquia, mantendo vínculo com as iniciativas para preservação do patrimônio cultural local, que estão presentes desde a criação da Autarquia, em 1979.

Ausência de uma política que valorize, adequadamente, a memória profissional³¹

Documentos de arquitetura são provenientes de diversas fontes produtoras e são custodiados por instituições, públicas e privadas. Quando decorrem de funções estatais, para controle da atividade de obras e edificações, ficam sob a responsabilidade dos arquivos públicos³², mas podem ser gera-

²⁹ No “Manual de Tratamento de Documentos de Arquitetura” estão sugeridas orientações para a organização dos documentos, tratando da classificação e da descrição dos acervos, baseadas nos princípios da arquivística, que recuperam sua estrutura lógica, vinculando os registros à sua proveniência (produtor), organicidade (procedimento), unicidade (sentido particular) e cumulatividade (formação natural e progressiva), que contribuem para a integridade do conjunto, possibilitando a compreensão geral das outras unidades às quais os documentos estão associados (Ferreira, 2021, pp. 55-59). Sobre esse assunto, ver também Viana (2015, pp. 149-151).

³⁰ Normas para descrição de documentos arquivísticos visam garantir definições consistentes, apropriadas e autoexplicativas. A padronização da descrição, além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas. Ao mesmo tempo que influenciam no tratamento técnico realizado nas entidades custodiadoras, essas normas habilitam o pesquisador ao uso mais ágil de instrumentos de pesquisa, que estruturam a informação de maneira semelhante. Esse processo de descrição pode respeitar a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, tradução brasileira da *General International Standard Archival Description* – ISAD(G), estabelecida pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) ou a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, voltada preferencialmente para a descrição de documentos em fase permanente (Ferreira, 2021, p. 57).

³¹ Trecho da frase de Marlice Nazareth Soares de Azevedo (2010, p. 38).

³² O Arquivo Nacional Brasileiro, Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal, assim como Arquivos Municipais, integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), dispõem de fundos e coleções de arquitetura. Universidades públicas e privadas, assim como pessoas físicas e jurídicas de direito privado, são atuantes na preservação e na difusão de acervos de arquitetura no Brasil.

dos por profissionais, para atividades projetuais, gerenciamento de obras e serviços e gestão da empresa; podem ser produzidos no âmbito de conselhos de classe para acompanhamento do exercício profissional e ainda podem ser preparados nos ambientes universitários, para desempenho de atividades acadêmicas e culturais.

A origem dos “Processos de Construção”, a rigor, é determinada em lei, que estabelece o procedimento administrativo de controle de atividades ligadas à construção de edifícios e outras estruturas. Na administração pública, esse expediente resulta em documentos compostos por vários itens de gêneros textual, iconográfico e cartográfico, e são denominados “processos” ou “dossiês”³³, cujas unidades são reunidas para comprovar essa ação específica. No APHRC, esses documentos compostos integram a série “Processos de Construção de Obras Particulares”, integram o fundo “Prefeitura Municipal de Rio Claro”, são originários de procedimento estabelecido na Lei Municipal n.º 88, do ano de 1911, mas se apresentam com regularidade no acervo a partir do ano de 1936. Nos arquivos pessoais ou institucionais, esses documentos probatórios de atividades profissionais podem estar reunidos em torno de um projeto, de uma função ou de uma atividade desempenhada pelos titulares, individual ou coletivamente, em escritórios, entidades de classe ou em universidades.

Ao tratar da situação dos arquivos brasileiros de arquitetura, engenharia e urbanismo, Azevedo (2010) revela que, mesmo constituindo um dos mais importantes patrimônios documentais, eles geralmente encontram-se “espalhados nos organismos públicos onde foram produzidos, em instituições acadêmicas e culturais ou em fundações e institutos privados”, muitas vezes “dispersos, perdidos e em condições inadequadas de custódia e conservação, pela ausência de uma política que valorize, adequadamente, a memória profissional” (Azevedo, 2010, p. 38).

³³ Essas definições estão baseadas no *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, que explica Dossiê como “conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto), que constitui uma unidade de arquivamento” e Processo como “conjunto de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial, que constitui uma unidade de arquivamento” (Arquivo Nacional (Brasil), 2005, pp. 79 e 138). As definições também são utilizadas de acordo com Paes (2004), que esclarece que Dossiê é a “unidade de arquivamento, formada por documentos diversos, pertinentes a um determinado assunto ou pessoa” e que Processo é o “termo geralmente usado na administração pública, para designar o conjunto de documentos, reunidos em capa especial, e que vão sendo organicamente acumulados no decurso de uma ação administrativa ou judiciária”, destacando que “o número de protocolo, que registra o primeiro documento com o qual o processo é aberto, repetido externamente na capa, é o elemento de controle e arquivamento do processo” (Paes, 2004, pp. 26-27).

A tal constatação, somam-se relatos sobre a fragmentação e dispersão de fundos produzidos por particulares que permanecem acumulados com os próprios profissionais, sem possibilidade de consulta ou com acesso bastante restrito ao público interessado. Nesses casos, o futuro dos fundos e/ou coleções documentais dependerá, em parte, da sensibilidade do poder público em definir uma política abrangente para arquivos públicos e privados, e em viabilizar recursos que possam ser destinados à efetiva preservação, acesso e difusão dos acervos.

Documentar as atividades, os processos e os agentes envolvidos com a produção arquitetônica constitui ação imprescindível para compreender e incorporar o patrimônio cultural multidimensional, além da gestão e da proteção propriamente ditas do mesmo. Para além do valor primário, o uso dos registros estende-se para outros fins, adquirindo valor secundário, científico e cultural, permitindo ampliar a original função administrativa para as atividades relacionadas ao patrimônio cultural, especialmente de preservação do patrimônio edificado e de resgate da memória da comunidade, servindo de base para a ação pública e privada e para planejar suas decisões.

E é por este motivo que a mobilidade de fontes documentais tem preocupado os profissionais brasileiros, principalmente em decorrência das ações recentes de doação de acervos de arquitetos brasileiros a Portugal³⁴, iniciativa que tem gerado manifestações de indignação, com solicitação de providências das instâncias nacionais cabíveis³⁵.

³⁴ Não é de hoje que acervos relacionados à arquitetura e aos profissionais brasileiros têm tido guarda em Portugal. Desde 2018, está sob responsabilidade da Casa da Arquitectura – Centro Português de Arquitectura (CA), em Matosinhos, a coleção “Arquitetura Brasileira, 1929-2018”, composta por 76 projetos de autores como: Gregori Warchavchic, Álvaro Vital Brasil e Adhemar Marinho, David Libeskind, Acácio Gil Borsoi, Vilanova Artigas, Carlos Millan, Fábio Penteadó, Jorge Wilhein, Eduardo Longo, Éolo Maia e Jô Vasconcellos, Assis Reis, Marcos Acayaba e Hélio Olga, Oswaldo Bratke, Gustavo Penna, Joan Villá, Pedro Paulo Saraiva, entre outros. O acervo é constituído por 1.908 peças desenhadas analógicas, 6.237 peças desenhadas digitais, 418 documentos textuais analógicos, 882 documentos textuais digitais, 18 maquetes, 1.079 documentos fotográficos analógicos, 34.031 documentos fotográficos digitais, 118 publicações, 66 vídeos e 40 registros de áudio. Essa vasta coleção surgiu no âmbito da exposição “Infinito Vão”, realizada na CA em 2018, sob a curadoria dos brasileiros Guilherme Wisnik e Fernando Serapião, em processo que envolveu tratativas jurídicas com mais de 200 doadores, entre autores e seus representantes legais, através de contratos de doação e contratos de licenciamento e de uso de imagem. Os documentos do acervo da CA, incluindo os conjuntos recentemente incorporados dos arquitetos brasileiros Paulo Mendes da Rocha e Lucio Costa, encontram-se descritos segundo a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)), com acesso a exemplares digitais, disponibilizados em meio eletrônico. Informação disponível em: www.casadaarquitectura.pt. Acesso em 15.09.2022.

³⁵ Sobre esse assunto, destaco os artigos de Lira et al. (2021) e de Eduardo Augusto Costa — “Lucio Costa na Europa: O papel dos acervos e a arquitetura brasileira”, publicado na revista eletrônica *Novos Estudos*, do CEBRAP, São Paulo, v. 4, n.º 02, pp. 371-386, maio-agosto de 2022.

A emergência de um debate³⁶

O debate em torno do tratamento arquivístico dos acervos de arquitetura não é recente. Segundo Viana (2015), a preocupação em relação ao tratamento arquivístico dos documentos de arquitetura inicia-se no âmbito do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), desde 1982, momento da criação de um Grupo de Trabalho, transformado em 1988 em uma Seção Provisória, com a atribuição de desenvolver modelos de tratamento técnico desses documentos de arquivo. No ano de 2000, foi institucionalizada no CIA a Seção de Arquivos de Arquitetura (SAR)³⁷ (Viana, 2015).

Em 2003, de acordo com os respectivos objetivos, a SAR organizou o I Congresso Internacional de Arquivos de Arquitetura (CIAA), em Alcalá de Henares, na Espanha, propondo uma reflexão sobre temas identificados como relevantes para instituições arquivísticas e universidades, inclusive brasileiras, que custodiam acervos com essas características³⁸. Reconhecendo a necessidade de salvaguardar o patrimônio constituído pelos documentos de arquitetura, como valor cultural de uma nação, a plenária do I CIAA apresentou as seguintes recomendações:

- Criação de um grupo de trabalho multidisciplinar para desenvolver estratégias de conservação a longo prazo e de acesso aos documentos de arquitetura;
- Desenvolvimento de um grupo de trabalho na SAR que traçasse a confecção de um guia de fontes de arquitetura a serviços dos pesquisadores;

³⁶ Título referenciado no artigo “Acervos de arquitetura como espaço histórico de formação” (Lira et al., 2021, p. 3).

³⁷ Essa alteração de estatuto ocorreu em razão de recomendação do XIV Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Sevilha (Espanha), no ano 2000 (Viana, 2015).

³⁸ Os temas apresentados e discutidos no I Congresso Internacional de Arquivos de Arquitetura (CIAA) foram: instituições produtoras e respectivas séries documentais custodiadas; tratamento técnico-documental, incluindo ações para identificação e descrição de tipos documentais; iniciativas de conservação, acesso e difusão de informações sobre o acervo; estado de conservação dos acervos em crescente produção e acumulação e impacto de novas tecnologias de informação e comunicação sobre os arquivos de arquitetura (Viana, 2015). Entre as instituições arquivísticas e universidades brasileiras representadas no I CIAA, destacamos o Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD-FAU-UFRJ), representado pela arquiteta e professora Elizabete Martins; a Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), representada pelo professor Leonardo Barci Castriota e a Universidade Federal Fluminense (UFF), representada pela professora Marlice Nazareth Soares de Azevedo (Viana, 2015).

- Definição de recomendações pela SAR que conduzissem ao alcance de um nível ótimo o tratamento de arquivos de arquitetura autênticos em meio eletrônico;

- Criação de grupo de trabalho representativo das organizações arquivísticas e arquitetônicas, encarregado da compilação e delineamento de recomendações sobre assuntos relativos aos direitos de propriedade intelectual, os quais foram considerados importantes para a conservação, acesso e uso dos documentos de arquitetura;

- Manutenção do congresso virtual como fórum e ponto de encontro internacional, com a finalidade de garantir uma colaboração contínua e um intercâmbio de informação entre as pessoas responsáveis pela documentação arquitetônica;

- Realização, a cada dois anos, de congressos de arquivos de arquitetura (Viana, 2015, p. 129).

No Brasil, no âmbito da 30.^a reunião ordinária do CONARQ, realizada em 20 de maio de 2003, ocorreu a aprovação da Comissão Setorial de Arquivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo (CSAAEU), resultado de recomendações do I CIAA. Naquele mesmo ano, no XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos, na Mesa Redonda sobre “Preservação e acesso aos fundos de Arquitetura e Urbanismo” foi discutida a questão e foram estabelecidas diretrizes para uma política neste campo (Azevedo, 2010). Mas, foi somente em 2006, por meio da Resolução n.º 80, de 13 de junho, que a CSAAEU foi instalada, com o objetivo de realizar estudos para subsidiar a elaboração de diretrizes e normas para organização, guarda, preservação, destinação e acesso aos documentos de arquivos de arquitetura, engenharia e urbanismo³⁹ (Azevedo, 2010; Viana, 2015).

Outras iniciativas se somaram àquela do CONARQ, como a realização do I Seminário Latino-americano de Arquitetura e Documentação⁴⁰, realiza-

³⁹ Foram designados para a referida Comissão Setorial representantes de universidades públicas (Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Universidade Federal Fluminense-UFF e Universidade de São Paulo-USP), do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da Fundação Oscar Niemeyer e do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) (Azevedo, 2010; Viana, 2015).

⁴⁰ O I Seminário Latino-americano de Arquitetura e Documentação, de 2008, ocorreu na capital mineira, Belo Horizonte, e foi estruturado a partir de três eixos temáticos: a) a preservação documental e o desafio dos arquivos de arquitetura; b) os arquivos e as novas tecnologias: acesso e importância dos fundos, e c) arquitetura e documentação: a investigação na área da arquitetura e do urbanismo. Na ocasião, destacou-se o predomínio da participação acadêmica, com cerca de 90% dos trabalhos selecionados, que apresentaram produção arquitetônica com investigações de natureza arquivística, ao passo que questões técnicas relacionadas com a catalogação, informatização, custódia e tratamento documental não foram predominantes (Azevedo, 2010, p. 43). O Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação está em sua 7.^a edição, cujo evento *online*

do em 2008, organizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pelo Centro Latino-americano de Documentação de Arquitetura (CEDODAL), com a colaboração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Neste encontro foi criada a Rede Latino-americana de Acervos de Arquitetura e Urbanismo (RELARQ), com a presença de profissionais do México, Colômbia, Argentina, Chile e Brasil, reunidos em torno do objetivo comum de criar uma base de cooperação entre diversas instituições brasileiras e latino-americanas, como um catálogo *online*, com informações sobre acervos de arquitetura (Azevedo, 2010; Viana, 2015).

Acervos de arquitetura como espaço histórico de formação⁴¹

Também não é recente o debate em torno da utilização dos acervos de arquitetura para o ensino e a pesquisa historiográfica baseados em fontes primárias, e para as iniciativas institucionais e particulares relacionadas às questões de preservação do patrimônio cultural. Lira et al. (2021) esclarecem que essas ações “vêm contribuindo para a construção de uma agenda coletiva em torno do valor histórico desses acervos no Brasil”, com “debates que giram em torno do seu papel no interior de instituições culturais, acadêmicas e profissionais e de sua relevância para a formação, a memória e a prática em arquitetura e urbanismo” (Lira et al., 2021, p. 2).

Os autores identificam que um dos momentos iniciais da aproximação sistemática dos arquitetos brasileiros com as fontes documentais ocorreu nos anos 1930, com estudos históricos e construtivos que deveriam embasar as decisões e as ações de preservação sobre o patrimônio arquitetônico a ser salvaguardado. Esse procedimento resultou numa série de levantamentos e de projetos, que acabaram por constituir, eles mesmos, acervos compostos “por conjuntos organizados de fontes; registros de campo; levantamentos gráficos, fotográficos, fotogramétricos e estratigráficos; inventários; pareceres técnicos; projetos; planos etc.”. Esse vasto material foi ainda complementado por uma nova literatura técnica de apoio, constituindo a bibliografia

aconteceu no ano de 2021, e a organização tem destacado como público-alvo a comunidade profissional e acadêmica interessada na preservação do patrimônio, na história da arquitetura e do urbanismo, na arquivologia e na representação e recuperação da informação em geral.

⁴¹ Título referenciado no artigo “Acervos de arquitetura como espaço histórico de formação” (Lira et al., 2021, p. 2).

disponível sobre a história da arquitetura no país, até aquele momento⁴² (Lira et al., 2021, p. 4).

Nos espaços acadêmicos, Lira et al. (2021) pontuam que a aproximação sistemática dos arquitetos com as fontes primárias se consolidou a partir dos anos 1940 e 1950, “com as demandas didáticas abertas pela introdução, com base no currículo fixado pela Faculdade Nacional de Arquitetura, na cadeira ‘Arquitetura no Brasil’”. Pela carência de recursos pedagógicos, foram produzidos diversos materiais de apoio, como livros, apostilas, coleções de fotografias e de slides e algumas compilações de desenhos originais, que se somaram à bibliografia pioneira, conformando um “corpus propriamente acadêmico de trabalhos em história daquilo que, por muito tempo, continuaria a ser compreendido como ‘arquitetura brasileira’”⁴³ (Lira et al., 2021, pp. 4-5).

No mesmo âmbito das universidades, merece destaque a constituição das primeiras coleções de documentos relacionados com a arquitetura, entre as décadas 1950 e 1960⁴⁴, com o pioneirismo da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais (EA-UMG), em 1954, e as iniciativas do Grêmio Estudantil da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São

⁴² Sobre esse momento pioneiro no Brasil, nos anos 1930, Lira et al. (2021) destacam as contribuições de arquitetos como Lucio Costa, José de Souza Reis, Luís Saia, Carlos Leão, Alcides Rocha Miranda e Paulo Thedin Barreto e de intelectuais e profissionais de outras áreas como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade, Gilberto Freyre e outros, que se somaram a trabalhos produzidos por autores estrangeiros influentes no país, como Robert Smith, Germain Bazin e Yves Bruand. Sobre a nova literatura técnica de apoio, os autores mencionam as publicações do antigo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Lira et al., 2021, p. 4). Optou-se por reproduzir todos os nomes, cuidadosamente elencados pelos autores, para dar o destaque merecido ao esforço dessa geração de historiadores de arquitetura, cuja produção ajudou a consolidar o sistema de universidades no Brasil e a embasar as propostas para o ensino de pós-graduação em arquitetura e patrimônio e a formação das primeiras agências de fomento à pesquisa no país.

⁴³ Nos espaços acadêmicos, nos anos 1940 e 1950, Lira et al. (2021) elencam os nomes de: Paulo Santos, Sylvio de Vasconcellos, Lucas Mayerhofer, Ayrton Carvalho e Godofredo Filho, ou de seus alunos e leitores como Augusto da Silva Telles, Flávio Motta, Benedito Lima de Toledo, Carlos Lemos, Júlio Curtis, Dora e Pedro Alcântara, Alfredo Britto, Paulo Ormino de Azevedo, Geraldo Gomes da Silva, José Luiz da Mota Menezes, Günter Weimer, Jussara Derenji e Liberal de Castro. Os autores ainda destacam que as iniciativas pioneiras são anteriores e remontam aos primeiros cursos de arquitetura no Brasil, nas primeiras décadas do século XX. Desta fase histórica, destacam os nomes de: Ernesto da Cunha Araújo Vianna, José Mariano Filho e Adolfo Morales de Los Rios (da Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro) e Ricardo Severo, Alexandre Albuquerque e José Wash Rodrigues (em São Paulo) (Lira et al., 2021, pp. 4-5).

⁴⁴ Datam deste período, entre as décadas de 1950 e 1960, as publicações dos professores Paulo Santos, da Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA-RJ) e de Nestor Goulart Reis Filho, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), assim como glosários e dicionários de autoria de Sylvio de Vasconcellos (Vocabulário Arquitetônico, 1961) e de Eduardo Corona e Carlos Lemos (Dicionário da Arquitetura Brasileira, 1957) (Lira et al., 2021, p. 5).

Paulo (FAU-USP), em 1965, além do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD-UFRJ), organizado em 1982.

Em Minas Gerais, a Seção de Pesquisa e o Serviço de Foto-documentação criados por Sylvio de Vasconcellos, em 1954, e custodiados na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (FAU-UFMG), atualmente dispõem de cerca de 50 mil negativos, principalmente de objetos arquitetônicos e artísticos brasileiros, especialmente mineiros, que se somam às iniciativas editoriais que tratam do assunto (Lira et al., 2021). No Rio de Janeiro, o Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD-FAU-UFRJ), criado em 1982, constituiu-se com base em doações de escritórios de arquitetura de diferentes gerações, em sua maioria formada no Rio de Janeiro e vinculadas à arquitetura moderna carioca. Contém, atualmente, mais de 200 mil itens que estão organizados em bases arquivísticas⁴⁵.

Em São Paulo, organizado no Setor de Projetos da Biblioteca da FAU-USP⁴⁶, a hoje denominada Seção Técnica de Materiais Iconográficos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (STMI-FAU-USP), dispõe de vasto acervo com 46 coleções, principalmente de profissionais paulistas, correspondendo a mais de 600 mil itens, que incluem diversas espécies e tipos documentais, em variados suportes, formas, formatos, gêneros e técnicas de registro da informação. Lira et al. (2021) afirmam que o tratamento técnico dispensado ao acervo, feito em bases arquivísticas, tem possibilitado a realização de pesquisas e a publicação de dossiês, e apresentam os resultados de trabalho prático em torno das coleções de arquitetura, no âmbito de uma disciplina ministrada no curso de graduação

⁴⁵ O NPD-FAU-UFRJ atualmente é responsável pelo desenvolvimento acadêmico e de pesquisa, e pela preservação de importantes coleções de arquitetura brasileira (Alunos ENBA, Cidade Universitária, FNA, Plástica, Roberto Burle Marx) e fundos arquivísticos (Adolfo Morales de los Rios, Affonso Eduardo Reidy, Aldary Toledo, Ângelo Bruhns, Amaro Machado, Carlos Leão, Gastão Bahiana, MM Roberto, Jorge Machado Moreira, Luis Nunes, Luiz Paulo Conde, Marcos Konder, Oscar Niemeyer, Paulo Candiota, Paulo Santos, Severiano Mário Porto, Stélio Alves de Souza, Ulysses Burlamaqui). Conta com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), com suporte financeiro da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado de Rio de Janeiro (FAPERJ) e da Rede Ibero-americana de Arquivos. Informações do *site* oficial: npd.fau.ufrj.br. Acesso em 15.09.2022.

⁴⁶ O acervo do Setor de Projetos da Biblioteca da FAU-USP iniciou-se com a incorporação de coleções de projetos de arquitetos/escritórios de arquitetura como Ramos de Azevedo, Severo & Villares, Victor Dubugras e Samuel e Christiano das Neves (Lira et al., 2021). Títulos bibliográficos e vasta documentação complementar permitem a identificação do contexto de produção dos registros, fato que ultrapassa o entendimento da obra isolada (Lanna, 2020).

da FAU-USP⁴⁷. No ano de 2019, a FAU-USP lançou o portal digital “Acervos FAUUSP”, que integra o conjunto de documentos que estão sob a responsabilidade da STMI-FAU-USP, da Seção Técnica de Audiovisual (FotoVÍdeo FAUUSP) e da Seção Técnica de Produção Editorial (LPG FAUUSP)⁴⁸.

Segundo Lira et al. (2021), esse processo de constituição de acervos em universidades vem se ampliando no Brasil⁴⁹, e a atuação dos professores da área de teoria e história da arquitetura e urbanismo está sendo decisiva. Ela tem possibilitado a realização de atividades didáticas com foco nos acervos de suas instituições, o acompanhamento de trabalhos de inventário e de catalogação e o desenvolvimento e orientação de pesquisas, assim como a intermediação de processos de doação de coleções particulares, a produção de conjuntos documentais originais e a doação de seus próprios acervos (Lira et al., 2021).

Espaço de cooperação recíproca interinstitucional⁵⁰

Possivelmente asseguradas pelo êxito das ações empreendidas no âmbito das universidades, mesmo que consideradas “discretas e intermitentes”,

⁴⁷ Junto a disciplina optativa do curso de graduação da FAU-USP, cuja ementa propunha discutir o lugar dos acervos históricos e os horizontes do ensino e da pesquisa em arquitetura e urbanismo, o professor José Lira propôs aos estudantes trabalho prático centrado em torno das coleções de escritórios de arquitetura salvaguardados pela instituição. Essa experiência didática resultou na publicação de dossiês bibliográficos, contendo levantamento abrangente da bibliografia ativa e passiva disponível dos/sobre os titulares dos acervos, incluindo depoimentos, entrevistas, projetos publicados e informações contidas nos próprios acervos, que foram sistematizadas em tabelas, contendo descrição panorâmica de cada coleção. Os guias, no total de 16, são referentes a: David Libeskind, Eduardo de Almeida, Elisário Antônio da Cunha Bahiana, Icaro de Castro Mello, Jacques Emile Paul Pilon, João Walter Toscano, Júlio Roberto Katinsky, Marcello Accioly Fragelli, Oswaldo Arthur Bratke, Philipp Lohbauer, Roberto José Goulart Tibau, Rodrigo Brotero Lefèvre, Rosa Kliass, Teléfoto Giorgio Cristófani, Victor Dubugras e Waldemar Cordeiro. Os autores apresentam exemplos exitosos de experiências didáticas que envolveram a pesquisa em acervos na FAU-USP, coordenados pelas professoras Joana Mello, Maria Lucia Bressan Pinheiro, Ana Lanna e Maria Lucia Gitahy, e pelos professores Luiz Recamán e Paulo César Xavier (Lira et al., 2021, p. 10).

⁴⁸ Dados disponíveis no site oficial da FAU-USP, especialmente no Portal Acervos. Disponível em: acervos.fau.usp.br. Acesso em 15.09.2022.

⁴⁹ Dentre as ações para constituição de acervos acadêmicos, os autores destacam as iniciativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS); Universidade Federal da Bahia (UFBA); no Centro Universitário Ritter dos Reis da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade de Brasília (UNB); no Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas (CM-UNICAMP) e na Escola da Cidade (Lira et al., 2021, p. 6).

⁵⁰ Título referenciado nos objetivos da Rede de Acervos de Arquitetura e Urbanismo, instituída pelo Departamento Paulista do Instituto de Arquitetos do Brasil (IABsp).

observamos no Brasil, recentemente, iniciativas lançadas em fóruns distintos, para além dos espaços acadêmicos, que estão relacionadas aos mais diversos aspectos do universo dos arquivos de arquitetura. Algumas delas serão apresentadas na sequência, compreendendo-as como uma oportunidade de sensibilização sobre a relevância e a urgência de planejar e executar ações para identificação, preservação, organização, acesso e difusão dos acervos, públicos e privados, num debate amplo e interdisciplinar, em torno do objetivo comum de salvaguardar o patrimônio documental e, na ampla acepção do termo, o patrimônio cultural brasileiro.

Com formação datada de 2019, a Rede de Acervos de Arquitetura e Urbanismo instituída pelo Departamento Paulista do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SP), “constitui um espaço de cooperação recíproca interinstitucional com vistas à preservação, difusão e estímulo à pesquisa de acervos brasileiros de arquitetura e urbanismo”⁵¹. A organização reúne, atualmente, mais de 20 instituições detentoras de acervos de arquitetura e urbanismo⁵², reunidas em torno dos seguintes objetivos comuns:

No desenvolvimento e compartilhamento de práticas e documentos de referência relacionados à política de acervos; no desenvolvimento de meios de compartilhamento integrado de acervos de arquitetura e urbanismo; na realização de atividades culturais conjuntas, tais como seminários, palestras, exposições e publicações; e na busca por meca-

⁵¹ Outra iniciativa pioneira, com objetivos semelhantes aos da Rede de Acervos de Arquitetura e Urbanismo, é a Rede Brasileira de Acervos de Arquitetura, que foi organizada em 2019, a partir do projeto de extensão “Acervos IAB/RS”, desenvolvido na Faculdade de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a coordenação da professora Jennifer Cuty, em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil, Departamento Rio Grande do Sul (IAB-RS). A atitude foi essencial para a consolidação do Centro de Memória do IAB-RS, criado oficialmente em 2021 e instalado na sua atual sede, com o objetivo de contribuir para a gestão dos acervos arquivístico, bibliográfico e museológico da entidade profissional.

⁵² Atualmente, integram a Rede de Acervos de Arquitetura e Urbanismo as seguintes entidades: Arquivo Histórico do Município de São Paulo; Arquivo Histórico Wanda Svevo da Fundação Bienal de São Paulo; Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro; Associação Escola da Cidade; Centro Universitário Belas Artes de São Paulo; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul; Conselho Nacional de Arquivos; Divisão de Gestão Documental da Prefeitura de Porto Alegre/RS; DOCOMOMO São Paulo; Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento São Paulo; Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento Rio Grande do Sul; Instituto de Arquitetos do Brasil, Direção Nacional; Instituto de Pesquisas Hospitalares Arquiteto Jarbas Karman; Instituto Lina Bo e P. M. Bardí; Instituto Virgínia e Vilanova Artigas; Núcleo de Pesquisa e Documentação da FAU-UFRJ (NPD) e Universidade Presbiteriana Mackenzie (<https://www.iabsp.org.br/rede-de-acervos-de-arquitetura-e-urbanismo/>).

nismos para viabilizar o financiamento de suas ações (<https://www.iabsp.org.br/rede-de-acervos-de-arquitetura-e-urbanismo/>).

Na intenção de estabelecer diálogo entre instituições de custódia de documentos de arquitetura, brasileiras e portuguesas, e almejando estabelecer princípios básicos de cooperação técnica e operacional, para o desenvolvimento de metodologia de tratamento de documentos de arquitetura, sejam eles produzidos no âmbito do poder público, sejam acumulados por empresas e profissionais responsáveis por obras e edificações de qualquer natureza, em abril de 2022, o APHRC, a Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), a Câmara Municipal de Lisboa (CML-AML) e a Casa da Arquitectura, (CA) assinaram o “Protocolo relativo a Cooperação Técnica no âmbito de documentos de arquitetura”⁵³. Buscando estabelecer as bases de um trabalho colaborativo, o Protocolo destaca a importância de preservar, dar acesso e difundir o patrimônio arquivístico e arquitetônico, enquanto elemento de prova, de informação, de investigação científica e de memória coletiva e individual, sublinhando a urgência de estabelecer ações de salvaguarda do patrimônio cultural, em todas as suas expressões e manifestações. O documento também reforça a importância de que as orientações técnicas devam relacionar a linguagem técnica da arquitetura, utilizada na produção documental, com os princípios arquivísticos aplicados no tratamento dos documentos.

Para cumprir com os objetivos do “Protocolo relativo a Cooperação Técnica no âmbito de documentos de arquitetura”, as quatro instituições comprometeram-se a organizar atividades conjuntas, com vistas ao aprimoramento técnico-científico da equipe. O primeiro produto, coordenado pelas instituições brasileiras, com apoio das instituições portuguesas, foi 1.º Colóquio Brasil-Portugal “Documentos e arquivos de obras e edificações”, realizado em junho de 2022, que discutiu procedimentos técnicos relacionados com a gestão de documentos originários de atividades típicas de planejamento, execução, manutenção e restauração de obras e edificações. Teve como público participante profissionais de diferentes formações (arquitetos, arquivistas, bibliotecários, documentalistas, engenheiros, historiadores e museólogos, entre outros), o que propiciou a troca de experiências

⁵³ No “Protocolo Relativo a Cooperação Técnica no Âmbito de Documentos de Arquitetura”, o Arquivo Municipal de Lisboa (AML) está responsável pela implementação e execução dos compromissos assumidos no documento, representando o Município e a Câmara Municipal de Lisboa (CML).

e a aproximação daqueles que exercem a curadoria de acervos pessoais e institucionais similares⁵⁴.

Outra iniciativa relacionada aos documentos de arquitetura foi organizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). No âmbito do 1.º Seminário Nacional de Patrimônio — “Caminhos para a Valorização da Arquitetura e do Urbanismo”⁵⁵, foram divulgadas as “Recomendações de Ouro Preto”, expressando “preocupação com a situação do patrimônio histórico e cultural brasileiro, atualmente em grave risco”⁵⁶, propondo a construção e a implementação de uma política nacional para a área de preservação cultural no Brasil. Foi proposta a criação de Câmara Temática de Patrimônio para ampliar a capacidade de atuação da entidade de classe na defesa do patrimônio cultural. Também está entre os seus objetivos a interlocução com órgãos e entidades que se relacionam com o patrimônio material e imaterial brasileiros.

Na sequência deste evento nacional, a regional de São Paulo do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/SP), por iniciativa da Comissão Especial

⁵⁴ A programação do evento ficou baseada em quatro eixos temáticos, coordenados por mediador brasileiro, com palestras de especialistas, brasileiros e portugueses, denominadas: Mesa 1 – Diálogos sobre Políticas de Acervo, em que as instituições convidadas expuseram critérios de aquisição e incorporação de fundos e coleções de documentos; Mesa 2 – Diálogos sobre Tipologia Documental, em que as instituições convidadas confrontaram elementos utilizados, no projeto descritivo, para identificar os itens do acervo; Mesa 3 – Diálogos sobre Preservação e Acesso, destinada aos problemas de armazenamento, acondicionamento, conservação e reprodução de documentos iconográficos especialmente os relacionados às atividades de obras e edificações; e Mesa 4 – Diálogos sobre Difusão Cultural, para a apresentação de ações de extroversão do acervo, de modo a atingir diferentes públicos. Nos dois dias de atividades *online*, foram contabilizados 643 inscritos na Plataforma Even 3, distribuídos por todos os estados brasileiros, com participantes de Portugal e de outros países, como México, Argentina e Canadá. Quanto à qualificação profissional do público, 137 foram da arquivologia, 100 da arquitetura, 84 da biblioteconomia, 67 da história, oito de museologia, três das ciências humanas e três de engenharia civil. Quanto à audiência *online*, foram 1.494 visualizações durante os dois dias de evento. Palestras disponíveis na íntegra em: www.youtube.com/watch?v=scz4PGNDS_c&t=4693s; www.youtube.com/watch?v=igNT2Exvlcs; www.youtube.com/watch?v=JFb4sPaaAGw; www.youtube.com/watch?v=l-Culvy64IQ. Acesso em 15.09.2022.

⁵⁵ O evento aconteceu na cidade de Ouro Preto (MG), entre os dias 13 e 16.07.2022, no Centro de Artes e Convenções da Universidade Federal de Ouro Preto. Foi organizado pelas Comissões especiais de Política Urbana e Ambiental (CPUA-CAU/BR) e de Política Profissional (CPP-CAU/BR) do CAU/BR e contou com a participação dos Presidentes dos CAU dos Estados e do Distrito Federal, de profissionais da arquitetura e urbanismo e de autoridades e especialistas da área, como a representação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). Informações disponíveis em: www.caubr.gov.br/carta-de-ouro-preto. Acesso em 15.09.2022.

⁵⁶ Os riscos identificados no documento estão relacionados, por exemplo, com a emergência climática e ambiental e com a falta de manutenção das construções, fato que compromete edificações e territórios urbanos com características históricas, tombados ou não. A crise administrativa e financeira dos órgãos responsáveis pelas políticas patrimoniais, especialmente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é mencionada como “dramática e reflete a necessidade e a urgência de políticas públicas para o campo cultural do Brasil desde a extinção do Ministério da Cultura em 2019”. Informações disponíveis em: www.caubr.gov.br/carta-de-ouro-preto. Acesso em 15.09.2022.

de Patrimônio Cultural, e objetivando fazer ampla discussão sobre o patrimônio cultural de São Paulo, em agosto de 2022 ocorreu o II Encontro sobre Patrimônio Cultural, Arquitetura e Urbanismo do CAU/SP⁵⁷. No panorama dos assuntos abordados, os acervos ganharam destaque em debates com especialistas das universidades, do setor público, da iniciativa privada e da sociedade civil.

Essa também foi a tônica do 8.º Seminário da Núcleo São Paulo do Comitê Internacional para a Documentação e Preservação de Edifícios, Sítios e Bairros do Movimento Moderno (DOCOMOMO-SP), que trouxe o tema “A arquitetura e o urbanismo modernos e os acervos”. Afirmando que “os acervos são fundamentais para a proteção da memória e da arquitetura moderna, e exercem papel de centralidade na produção de novas pesquisas e na preservação e difusão da arquitetura moderna”, a intenção do evento, realizado em agosto de 2022, foi “refletir e debater sobre a relação que se tornou candente no contexto brasileiro com a recente evasão de importantes acervos e documentos da nossa arquitetura e urbanismo modernos”. As mesas temáticas e demais atividades, como a oficina ministrada pelo APHRC e dedicada ao tratamento técnico de documentos de arquitetura, destacaram a importância dos acervos como “fontes primárias às investigações em história da arquitetura, do urbanismo e do design, bem como para o suporte às intervenções de restauro, à prática projetual e apoio ao ensino”⁵⁸.

... difusão de informações para o pleno exercício da cidadania e da pesquisa científica⁵⁹

No âmbito do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão responsável pela definição da política nacional de arquivos, instância federal a quem compete formular, implementar, avaliar e monitorar a preservação e o acesso ao patrimônio arquivístico nacional, está sendo planejada a criação de

⁵⁷ Informações disponíveis em: www.causp.gov.br/?p=56178. Acesso em 15.09.2022.

⁵⁸ As mesas de trabalho trataram dos seguintes temas: acervos institucionais; acervos pessoais; arquitetura como acervo; arquitetura e acervo; cidade como acervos; acervos como suporte e estratégia de pesquisa e acervos. Também foi realizada visita técnica à exemplares da arquitetura moderna na cidade de Araraquara. Informações disponíveis em: www.sisgeenco.com.br/eventos/docomomo/2022/. Acesso em 15.09.2022.

⁵⁹ Trecho extraído da Resolução CONARQ n.º 47, de 26 de abril de 2021, que “Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional”.

Câmara Técnica Consultiva (CTC)⁶⁰ para a definição de diretrizes e orientações quanto ao tratamento técnico de documentos de arquivo relacionados com a arquitetura e o ambiente construído. O documento foi apresentado pelo segmento dos arquivos públicos municipais, na 103.^a reunião ordinária do CONARQ, em 31 de agosto de 2022⁶¹, com boa receptividade da presidência e dos conselheiros, aguardando parecer da relatoria para sua aprovação⁶².

De maneira geral, a proposta tem a finalidade de contribuir para a formulação de uma política nacional de arquivos públicos e privados, no que tange à preservação, organização, acesso e difusão dos documentos de arquivo relacionados com a arquitetura e o ambiente construído. Para atingir seus objetivos, foram estabelecidas as seguintes intenções: 1) Definir elementos essenciais que contribuam para a conservação preventiva dos suportes, garantindo a disponibilização da informação a longo prazo; 2) Integrar aspectos da linguagem técnica da arquitetura utilizada na produção documental, com os princípios arquivísticos balizadores da organização dos acervos; 3) Auxiliar na definição de instrumentos de pesquisa que favoreçam a compreensão do potencial informativo dos documentos, em qualquer tempo e lugar, considerando os perfis dos diferentes públicos e o alinhamento às funções informacional, administrativa e científica das instituições de custódia; e 4) Promover a interlocução e a articulação sistêmica de arqui-

⁶⁰ Em conformidade com a Resolução CONARQ n.º 49, de 04 de março de 2022, que “Dispõe sobre os critérios para a criação de câmaras técnicas consultivas”, a proposta de criação da referida CTC está alinhada ao Planejamento Estratégico Plurianual do CONARQ (2021-2023), especialmente em relação ao objetivo estratégico de fortalecer a sua atuação como instância de definição da política nacional de arquivos e ainda para atender ao projeto de aperfeiçoamento da legislação arquivística e avaliação da legislação correlata, com vistas a subsidiar a construção de proposta normativa para solucionar questões específicas da política nacional de arquivos públicos e privados.

⁶¹ São signatárias da proposta, além desta autora, as conselheiras Nadia Csoknyai del Monte Kojio; Beatriz Kushnir e Elina Gonçalves da Fonte Pessanha. A proposta recebeu o apoio formal de diversas entidades que compõem a Rede de Acervos de Arquitetura e Urbanismo, a saber: APHRC; CAU-RS; CAU-SP; DOCOMOMO-SP; Escola da Cidade, FAU-Mackenzie; NDP-FAU-UFRJ; Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA); Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq, com 11 associações vinculadas); IAB-SP e Secretaria de Gestão Habitacional e Obras do Município de São José dos Campos/SP.

⁶² Está prevista para a reunião extraordinária do dia 05 de outubro de 2022 a apresentação do parecer da relatora, a conselheira Maria Teresa Navarro de Britto Matos, que embasará a decisão dos conselheiros. Caso o parecer seja favorável, será aberta a votação aos conselheiros e, havendo apoio da maioria, a Câmara Técnica Consultiva (CTC) será oficializada, podendo dar início aos trabalhos. A intenção é promover amplo diálogo, envolvendo conselheiros, especialistas das diversas áreas relacionadas ao trabalho com os acervos, comunidade acadêmica, entidades e associações de profissionais e universidades, com vistas a reunir contribuições teóricas e práticas relacionadas às especificidades dos documentos. Após ampla consulta pública, os trabalhos da CTC deverão consolidados na redação de resolução do CONARQ, com diretrizes e orientações quanto ao tratamento técnico de documentos de arquivos de arquitetura e do ambiente construído.

vos públicos e privados, para fortalecer a preservação, o acesso e a difusão de fundos e coleções arquivísticas produzidos e acumulados no país.

Importante registrar que, de acordo com a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, também compete ao CONARQ a identificação de arquivos privados de interesse público e social, “desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional”. Neste caso, o acesso aos documentos “poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor”, e os arquivos “não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior”. O Decreto n.º 4.073, de 3 de janeiro de 2002, instituiu, em caráter permanente, a Comissão de Avaliação de Acervos Privados, no âmbito do CONARQ, a qual compete receber as propostas, instruir o processo de avaliação e emitir parecer conclusivo para apreciação dos conselheiros, não deixando de monitorar os acervos privados declarados de interesse público e social. A Resolução CONARQ n.º 47, de 26 de abril de 2021, define os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas, que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional, relacionando-os à “função social dos arquivos, traduzida na difusão de informações para o pleno exercício da cidadania e da pesquisa científica”⁶³.

Um passo enorme no sentido da democratização do acesso⁶⁴

No APHRC, com projetos voltados ao público em geral, as ações têm sido planejadas e implementadas com a intenção de sensibilizar a comunidade, em diversas linguagens, sobre o papel estratégico de uma instituição arquivística no acesso à informação, oferecendo serviço que disponibiliza instrumentos e meios para defesa e garantia de direitos individuais e coletivos.

⁶³ Sobre arquivos privados declarados de interesse público e social, consultar a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que “Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências” e o Decreto n.º 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que “Regulamenta a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados”. Ver também a Resolução CONARQ n.º 47, de 26 de abril de 2021, que “Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional”.

⁶⁴ Trecho do depoimento de Nuno Sampaio, Diretor Executivo da Casa da Arquitectura, ao comentar sobre Edifício Digital. Disponível em: casadaarquitectura.pt/pt/noticias/edificio-digital-lancamento-a-13-e-14-de-maio-2022-05-13/. Acesso em 15.09.2022.

vos. A equipe tem esclarecido sobre o seu papel relevante na preservação do patrimônio documental e na identificação, na valorização e na salvaguarda do patrimônio cultural, buscando tornar-se não somente uma unidade da administração municipal que recolhe, custodia, preserva e organiza fundos documentais, mas um espaço para educação, cidadania, cultura, memória e lazer da comunidade.

O acesso pleno às informações e a ampla difusão dos acervos e atividades das instituições de custódia de documentos são competências que, como reconhece Bellotto (2006), mais adequadamente podem “desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro”, de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais (Bellotto, 2006, p. 227).

Desde a sua criação, em 1979, essa orientação tem balizado as iniciativas no APHRC e, na mesma direção, tem sido a postura adotada por outras instituições, como vimos no decorrer do texto, notadamente em relação aos acervos de arquitetura. Neste sentido, as considerações finais deste artigo apontam para a tentativa de identificar convergências entre as demandas por acesso e difusão desses acervos de arquitetos brasileiros em Portugal e as propostas da Casa da Arquitectura.

Segundo informações disponíveis no endereço eletrônico da entidade portuguesa, especialmente dedicada em “criar uma coleção de obras iconográficas e emblemáticas da cultura arquitetônica nacional e internacional”, verificamos que existe correspondência entre as atribuições legais de uma instituição arquivística brasileira⁶⁵ e a missão institucional da Casa da Arquitectura⁶⁶, a saber:

⁶⁵ Lei n.º 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

⁶⁶ Fundada em 2007, e localizada em Matosinhos, Portugal, a Casa da Arquitectura — Centro Português de Arquitectura (CA) é uma associação sem fins lucrativos, de caráter cultural, com a missão institucional de recolher, conservar e divulgar documentos de interesse para o estudo e a história da arquitetura nacional e internacional. O acervo é constituído por fundos documentais e coleções de arquitetura, produzidos e reunidos pelos doadores ou depositários no decorrer de suas atividades, ou tendo como base uma determinada temática ou um dado território, no âmbito da atividade cultural desenvolvida pela Casa. Estão sob responsabilidade do Centro de Estudos e Documentação (CED) 11 acervos e três coleções, que contemplam mais de 2.000 projetos, mais de 25.000 desenhos analógicos, cerca de 850 maquetes, mais de 30.000 registros fotográficos analógicos, mais de 100.000 documentos digitais, 120 metros lineares de documentação textual, diversas publicações e outros objetos referentes a vasto período cronológico, desde 1900 aos dias atuais, com natureza, dimensão, técnica e suporte bastante diversificados. Além dos fundos e coleções de arquitetos brasileiros, compõem o acervo da CA documentos de diversos profissionais portugueses, como Eduardo Souto de Moura, João Álvaro Rocha, Pedro Ramalho, Francisco Melo,

Tratar, arquivar e dar a conhecer, através de diversos instrumentos, os acervos e espólios de arquitetura doados, depositados ou entregues ao seu cuidado; [...] Incrementar e apoiar a investigação e divulgação do conhecimento no domínio da arquitetura; Realizar conferências, colóquios, conversas, workshops e outras atividades relacionadas com o debate a reflexão e a promoção da arquitetura; Administrar, gerir e divulgar os espaços e os imóveis a seu cuidado; Fomentar atividades de caráter lúdico, turístico, cultural e social destinadas a diversos públicos que contribuam para o melhor e maior conhecimento da arquitetura nacional e internacional (casadaarquitectura.pt)⁶⁷.

No texto reproduzido, fica clara a intenção da direção da Casa da Arquitectura de permitir amplo acesso ao acervo e de promover a sua difusão em diferentes estratégias, meios e linguagens, em projetos voltados a públicos distintos, como pode ser observado nas iniciativas recentes, amplamente publicizadas. Uma delas, e que merece ser sublinhada, é o “Edifício Digital”, plataforma eletrônica para disponibilização de conteúdos digitais, produzidos em bases arquivísticas, que foi lançada em maio de 2022. Por meio dela, é possível acessar tanto as informações e atividades gerais da Casa, como a loja virtual e o Arquivo, de maneira intuitiva e em versão bilingue. Essa plataforma aberta, que permite a consulta universal⁶⁸, abre uma oportunidade não somente para a divulgação dos serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa da Casa, mas, principalmente, mas também para os processos de investigação e de produção de novo conhecimento técnico e científico, que têm merecido a atenção da instituição, com a criação do “Centro de Estudos e Documentação” (CED). Nesse novo espaço, relacionado à cooperação e à colaboração com as distintas comu-

Jorge Gigante, Gonçalo Byrne, João Luís Carrilho da Graça, Teresa Fonseca e Luis Ferreira Alves. Informações disponíveis em: casadaarquitectura.pt/. Acesso em 15.09.2022.

⁶⁷ Informação disponível em: casadaarquitectura.pt/. Acesso em 15.09.2022.

⁶⁸ Sobre as condições de acesso ao acervo, mediante agendamento prévio, a consulta presencial da documentação é feita nos espaços da Casa da Arquitectura. No local são disponibilizados os exemplares digitais, caso o documento já esteja digitalizado, ou então as reproduções digitais de documentos cuja fragilidade comprometa a sua integridade no momento do manuseio. A reprodução e a cessão de imagens do acervo, para fins de pesquisa ou comerciais, somente poderão ser utilizadas com a finalidade expressamente autorizada, com citação da fonte, sendo proibidas edições, alterações e manipulações dos exemplares digitais, que são fornecidos mediante pagamento de taxas, definidas em quadro publicizado no site da instituição. Informação disponível em: casadaarquitectura.pt/. Acesso em 15.09.2022.

nidades científicas, acadêmicas, profissionais e civis, nacionais e internacionais⁶⁹, a direção da Casa sublinha que ele está direcionado para a promoção continuada de atividades, seminários e publicações, que promovam novas leituras e a criação de distintos conteúdos sobre os acervos custodiados, fomentando o intercâmbio de conhecimento e de experiências.

Estarem disponíveis para o mundo⁷⁰

O princípio da territorialidade dos arquivos, que prevê que os acervos, reflexo da emanção de dado território, pertençam, de direito, à sociedade que lhes deu origem, e que, portanto, devem ser conservados onde foram criados, é uma questão importante a ser ampla e coletivamente debatida.

A defesa e a valorização do patrimônio cultural brasileiro estão asseguradas constitucionalmente. Sítios, conjuntos urbanos, obras, edificações, objetos, documentos e demais espaços devem estar salvaguardados, por meio de diversas formas de acautelamento e de proteção, com o envolvimento da sociedade.

Especialmente em relação aos documentos de arquivo, é fundamental considerar as condições disponíveis de preservação dos acervos e a possibilidade real da produção, com qualidade, de itens digitais a partir de registros originais, que podem ser compartilhados em meio eletrônico, independentemente das fronteiras geográficas. Em situações já consumadas, enquanto não se tem ou ainda se desenha uma situação mais promissora, a direção pode estar nos mecanismos de acesso à informação e nas ferramentas para difusão desses acervos, estejam eles onde estiverem!

Referências bibliográficas

- Arquivo Nacional (Brasil). (2005). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Arquivo Nacional.
- Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. (1982-1993). *Boletim Arquivo de Rio Claro* de 1982-1993. <http://aphrioclaro.sp.gov.br/revista-do-arquivo/>

⁶⁹ A “Residência da Casa” é um novo espaço disponibilizado pela Casa da Arquitectura, destinado a acolher os investigadores dos acervos que se encontram aos cuidados do seu Arquivo.

⁷⁰ Trecho do depoimento de Nuno Sampaio, Diretor Executivo da Casa da Arquitectura, ao comentar sobre o acervo do arquiteto brasileiro Paulo Mendes da Rocha. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=d9L0YuhRmYA. Acesso em 15.09.2022.

- Azevedo, M. N. S. de. (2010). Una visión preliminar de la situación de los archivos brasileños de arquitectura, ingeniería y urbanismo – um novo campo de estudo. *COMMA: International Journal on Archives*, pp. 38-44.
- Bellotto, H. L. (2006). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. (4.ª ed.). Editora FGV.
- Conde Villaverde, M. L., & Vieira, J. (2010). Introdução. *COMMA: International Journal on Archives*, pp. 13-15.
- Decreto n.º 4.073 da Presidência da República. (2002). Casa Civil da Presidência da República. Regulamenta a Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.
- Ferreira, M. C. B. F. F. (2002). *A edificação residencial urbana paulista. Estudo de caso: Rio Claro, 1936-1960* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade de São Paulo.
- Ferreira, M. C. B. F. F. (2016). Moradias urbanas rio-clarenses (1936-1960). In A. B. Henriques (Org.), *Patrimônio edificado em Rio Claro-SP* (pp. 168-193). Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.
- Ferreira, M. C. B. F. F. (2021). *Manual de tratamento de documentos de arquitetura*. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.
- IAB_Sp. (s.d.). *Rede de acervos de arquitetura e urbanismo*. <https://www.iabsp.org.br/rede-de-acervos-de-arquitetura-urbanismo/>
- Jornal Cidade de Rio Claro (JCRC). Edições de 01.05.1977; 23.01.1979; 25.01.1979; 17.02.1979; 10.10.1979; 11.10.1979; 22.11.1985.
- Jornal de Rio Claro (JRC). Edição de 22.11.1985.
- Jornal Diário de Rio Claro (JDRC). Edições de 10.10.1979; 16.04.1981; 25.04.1981; 16.06.1981; 18.06.1981; 13.07.1984; 14.07.1984; 23.11.1985; 01.03.1988.
- Lanna, A. (2020, setembro 30). Os frutos de um valioso acervo em arquitetura e urbanismo. *Jornal da USP – Universidade de São Paulo*. <https://jornal.usp.br/cultura/os-frutos-de-um-valioso-acervo-em-arquitetura-e-urbanismo/>
- Lei Complementar n.º 132 do Município do Rio Claro. (2018). Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Reorganiza o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, “Oscar de Arruda Penteadado”, e dá outras providências correlatas.
- Lei n.º 1.573 do Município do Rio Claro. (1979). Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Cria o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro e estabelece outras providências.
- Lei n.º 2.540 do Município do Rio Claro. (1993). Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Dá a denominação ao Arquivo Público e Histórico do Município de “Oscar de Arruda Penteadado” e dá outras providências correlatas.
- Lei n.º 8.159 da Câmara dos Deputados. (1991). Diário Oficial da União: seção 1. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.
- Lira, J., Delecave, J., Próspero, V., & Fiammenghi, J. B. (2021). Acervos de arquitetura como espaço histórico de formação. *Anais do Museu Paulista*, 29, pp. 1-31.
- Paes, M. L. (2004). *Arquivo: teoria e prática*. (3.ª ed.). Editora FGV.
- Parrella, I. D. (2013). Educação Patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. *Ciência da Informação*, 42(0), pp. 107-116.

- Portaria n.º 2.607 do Município do Rio Claro. (1980). Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Nomeia Ana Maria de Almeida Camargo para o cargo de diretora junto ao Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.
- Resolução n.º 47 do Ministério da Justiça e Segurança Pública/Arquivo Nacional/Conselho Nacional de Arquivos. (2021). Diário Oficial da União: seção 1. Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional.
- Resolução n.º 49 do Ministério da Justiça e Segurança Pública/Arquivo Nacional/Conselho Nacional de Arquivos. (2022). Diário Oficial da União: seção 1. Dispõe sobre os critérios para a criação de câmaras técnicas consultivas.
- Viana, C. M. (2015). Da concepção ao projeto de execução: a gênese documental dos arquivos de arquitetura. *Ponto de Acesso*, 9, pp. 123-155.

Les archives d'architecture en France, un patrimoine récent et fragile

Os arquivos de arquitetura em França, um património recente e frágil

DAVID PEYCERÉ

Cité de l'architecture et du patrimoine, Centre d'archives d'architecture contemporaine
david.peycere@citedelarchitecture.fr
ORCID : <https://orcid.org/0000-0002-9503-4726>

RESUME

Les archives d'architecture, et plus spécialement celles des architectes, ont été identifiées et collectées en France à partir des années 1980, à partir d'une prise de conscience rapide dans les années 1970 sous l'effet conjugué de plusieurs facteurs — crise de l'enseignement de l'architecture, institutionnalisation de la recherche sur le patrimoine, démolitions polémiques. L'Institut français d'architecture est devenu l'acteur majeur dans le domaine, avec son Centre d'archives d'architecture du XX^e siècle doté d'un lieu propre en 1989 ; il a, pendant une ou deux décennies, fédéré les actions d'associations d'archives d'architecture en province. Par son poids croissant, la collection est ensuite devenue plus difficile à gérer jusqu'à un déménagement récent (2021). L'article analyse les causes initiales de la prise en compte des archives d'architecture en France, les étapes de l'existence du Centre d'archives, et les défis qui sont aujourd'hui les siens et ceux de toute la recherche en histoire de l'architecture.

MOTS CLES : Archives; archives d'architecture; histoire de l'architecture.

RESUMO

Os arquivos de arquitetura, e mais particularmente os arquivos de arquitetos, foram identificados e recolhidos em França a partir dos anos 1980,

como resultado de uma consciencialização acelerada ao longo dos anos 1970 pelo efeito conjugado de diferentes fatores — crise do ensino da arquitetura, institucionalização da pesquisa sobre o património, demolições polémicas de certos edifícios. O Instituto Francês de Arquitetura (Institut français d'architecture) tornou-se então um protagonista maior desta área, com o seu Centro de arquivos de arquitetura do século XX (Centre d'archives du xx^e siècle) dotado de instalações próprias em 1989; assim, durante uma ou duas décadas, ele terá o papel de federar as ações de associações de arquivos de arquitetura de todo o país. Crescendo em notoriedade e volume, a gestão da coleção torna-se progressivamente mais difícil até à mudança recente para novas instalações (2021). O artigo analisa as causas iniciais da valorização dos arquivos de arquitetura em França, as etapas da existência do Centro de arquivos e os nossos desafios nos dias de hoje, assim como os desafios atuais de toda a pesquisa em história da arquitetura.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos; Arquivos de arquitetura; História da arquitetura.

Introduction

Comme dans beaucoup de pays, les archives d'architecture ont acquis en France un statut de matériau scientifique, et une place identifiée dans le paysage des archives, au tournant des années 1970 et des années 1980 : en l'occurrence, avec la création, en 1980, de ce qui sera très vite le premier centre destiné à réunir des archives d'architectes sous contrôle scientifique public. Il s'agissait d'un département de l'Institut français d'architecture, bientôt nommé Centre d'archives d'architecture du XX^e siècle¹. Depuis lors, on peut considérer que leur statut est assuré, de même que la pérennité de leur collecte et de leur conservation. Cette sécurité institutionnelle cache cependant des fragilités importantes, qu'il importe d'analyser. Par ailleurs, l'histoire des archives des architectes ou de l'architecture (il y a plus qu'une nuance) ne se limite pas à ce développement linéaire, mais intègre, en France, des initiatives plus variées et parfois beaucoup plus anciennes qu'il ne faut

¹ L'auteur de l'article est responsable, puis directeur, de ce centre d'archives depuis 1995. L'Institut français d'architecture a été intégré en 2004, on y revient plus loin, dans un nouvel établissement public du ministère de la Culture, la Cité de l'architecture et du patrimoine. Le nom du centre d'archives — aujourd'hui rattaché au département Collections de la Cité de l'architecture et du patrimoine — est devenu « Centre d'archives d'architecture contemporaine » en 2021.

pas passer sous silence. Pour autant, c'est bien la période autour de 1980 qui a donné une bonne partie des caractéristiques de ce pan du patrimoine culturel en France.

L'émergence d'un centre d'archives d'architecture à ce moment-là, bien décrite dans une thèse sur l'administration de l'architecture sous la Cinquième République (Lengereau, 2001), fait l'objet d'un intérêt historiographique depuis une dizaine d'années (Institut français d'architecture, 2014), qui a culminé dans une thèse soutenue en 2019 et deux fois primée, non encore publiée (Mansion-Prud'homme, 2019). L'intérêt se porte sur la manière dont les archives d'architecture ont contribué au renouvellement, à l'institutionnalisation, si ce n'est à l'apparition, de l'histoire de l'architecture dans son acception actuelle (Mansion, 2015). Les relations entre archives et histoire de l'architecture ont également été plusieurs fois questionnées dans les dernières années (Klein, 2018 ; Institut français d'architecture, 2019), ainsi que celles (que je n'évoquerai pas ici) entre archives et restauration du patrimoine bâti.

C'est une histoire relativement brève par rapport à celle que peut décrire l'étude brillante sur l'institut néerlandais d'architecture et sa collection (Figueiredo, 2016, avec lequel les allers-retours sont très fructueux même s'il ne cite pas l'exemple français).

Il convient d'évoquer successivement le contexte qui a permis la création du Centre d'archives d'architecture du XX^e siècle, les décennies d'existence de ce centre qui vient de connaître, à l'occasion d'un déménagement, une nouvelle impulsion, et enfin les interactions, au cours de ces décennies, entre les archives de l'architecture, l'histoire de l'architecture et la protection du patrimoine bâti.

Quand les archives de l'architecture n'existaient pas

Jusqu'à la création du centre d'archives de l'Institut français d'architecture, les professionnels français des archives, de l'architecture ou de l'histoire de l'architecture n'avaient qu'une très imparfaite notion de l'existence d'archives de l'architecture. On en trouvait bien évidemment des séries importantes dans les centres publics d'archives : les Archives nationales, les Archives départementales et les Archives municipales conservaient toutes des archives de maîtrise d'ouvrage publique, mais aussi des archives de contrôle du bâti (permis de construire par exemple), remontant parfois à l'Ancien Régime (autorisations de balcons ou de saillies à Paris) ; les archives notariales contenaient en outre, pour l'Ancien Régime en particulier, de nombreux documents

éclairant la maîtrise d'ouvrage privée ; les archives du clergé depuis le moyen âge, celles des familles nobles surtout du XV^e au XVIII^e siècle, étaient riches en dossier sur des constructions d'établissements religieux ou de demeures nobiliaires. Des collections de dessins d'architectes du XVII^e et du XVIII^e siècle étaient conservées à la Bibliothèque nationale ou au Louvre. Par ailleurs, on y reviendra, un certain nombre de fonds d'architectes du XIX^e et du XX^e siècle avaient été sauvegardés, en général à travers des initiatives dont les archivistes professionnels n'avaient pas connaissance, mais aussi, exceptionnellement, à travers des dons à des services d'archives.

Pour autant, l'idée qui prévalait au début des années 1970 chez les historiens de l'architecture était que les archives de l'architecture n'étaient pas conservées en France. La direction des Archives de France² a pris conscience que ces archives constituaient une catégorie — encore largement à collecter et à identifier — lors du 7^e congrès international des archives, à Moscou en 1972, qui était centré sur cette problématique.

À ce moment, en France, une recherche historique et systématique sur l'architecture du XIX^e et du XX^e siècle était en train de se mettre en place, sous l'impulsion de trois facteurs : la brutale mutation de l'enseignement de l'architecture après 1968, la création une dizaine d'années plus tôt d'un programme de recherche sur le patrimoine au ministère de la Culture (l'Inventaire général des richesses artistiques de la France), et quelques polémiques retentissantes autour de démolitions programmées (celle des Halles de Paris, effective en 1971, étant celle qui eut le plus d'impact).

L'enseignement de l'architecture, jusqu'aux événements de mai 1968, appartenait presque exclusivement à l'École nationale supérieure des beaux-arts de Paris (ENSBA), qui contrôlait toutes les écoles régionales d'architecture. Si l'on a pu ces dernières années démontrer l'existence d'un enseignement varié et contrasté de l'architecture dans ces écoles (Châtelet, Diener, Dumont, Le Couédic, à paraître), la place de l'histoire dans l'enseignement de l'architecture restait dans l'ensemble très traditionnelle et l'architecture des deux derniers siècles n'y était que peu représentée. Le modèle centralisé avait commencé à se fissurer dans les années 1960, notamment à travers des ateliers « extérieurs » qui s'étaient ouverts hors des murs de l'École des beaux-arts, et où enseignaient certains des principaux représentants du modernisme tels Georges Candilis ou Georges-Henri Pingusson. Dès 1969, ce modèle est remplacé par une structure

² La direction du ministère de la Culture chargée des politiques archivistiques en France, devenue le Service interministériel des Archives de France (SIAF).

égalitaire d'une vingtaine d'unités pédagogiques d'architecture (UPA, UP), dont huit à Paris, donnant lieu à un foisonnement d'expériences pédagogiques. Dans certaines écoles, celles-ci incluront les réflexions italiennes liées au retour à la ville (Bernard Huet à UP8 Belleville) ou une véritable initiation à l'histoire de l'architecture moderne. Pour coordonner toutes ces initiatives, le ministère de la Culture, qui gère les écoles d'architecture, lance une politique scientifique incitative en 1972 avec la création du Comité pour la recherche et le développement en architecture (Corda) puis du Secrétariat de la recherche architecturale (SRA), qui publie des appels à projets à partir de 1974 (Dalbéra, 2013 ; Mansion-Prud'homme, 2019). Cette « recherche architecturale » intègre dès le départ la recherche en histoire de l'architecture, qui prend des formes très variées dans les laboratoires spécialisés qui commencent alors à se former.

Il existe parallèlement un service du ministère de la Culture, l'Inventaire général des richesses artistiques de la France, qui développe une recherche historique sur le patrimoine (surtout architectural). Créé en 1964, ce service élabore progressivement un inventaire systématique, à forte valeur scientifique, des éléments de patrimoine architectural existants. Les chercheurs de l'Inventaire général sont des historiens d'art de formation universitaire entrés dans la fonction publique – il n'existe encore aucune spécialisation en histoire de l'architecture. Au début des années 1970, l'Inventaire général ne travaille pas sur le patrimoine postérieur à la période de la Restauration (jusqu'à 1848), ce qui, pour une grande partie de son personnel, est une erreur. Pendant cette décennie, son *terminus ad quem* sera fortement rapproché de l'instant présent.

Le dernier élément déclencheur d'une réflexion sur les archives de l'architecture est une émotion croissante devant la démolition de pans importants du tissu bâti, dans des opérations de rénovation urbaine souvent radicales. Celles-ci concernent aussi bien des zones urbaines étendues avec des immeubles sans caractère exceptionnel (la place des Fêtes à Paris par exemple) que des édifices monumentaux. Les Halles centrales de Paris, devenues inutiles après la création du marché d'intérêt national de Rungis, sont détruites en 1971 à l'issue d'une polémique qui, en quelques années, a mis en lumière tant la valeur de cette architecture du XIX^e siècle que celle du tissu de rues et de fonctions urbaines qui l'entourait. Presque au même moment, la gare d'Orsay, construite en 1900 en face du Louvre, longtemps vue comme un symbole de l'éclectisme du XIX^e siècle honni, promise à la démolition depuis une dizaine d'années, est finalement sauvegardée tandis que son style est l'objet d'une spectaculaire révision de jugement.

On pourrait citer d'autres mutations comme la révision de la politique du logement (la construction de grands ensembles remplacée par celle de « quartiers de ville »), les conséquences de la crise énergétique de 1973, l'apparition des thèmes postmodernes dans le débat. Pareils revirements ont lieu partout en Europe ou ailleurs. Tandis qu'en France le secrétaire d'État à la Culture demande en 1974 l'établissement de la première liste d'édifices du XIX^e et du XX^e siècle à protéger au titre des monuments historiques, le Conseil de l'Europe définit 1975 comme l'Année européenne du patrimoine européen (un emploi encore novateur du terme « patrimoine »).

Au milieu des années 1970, un triple appel

C'est cette année et les deux suivantes qu'apparaît une petite série de textes dans des revues spécialisées, appelant à la conservation des « archives de l'architecture » et à la création d'un « musée de l'architecture ». Ces textes émanent de trois très grands noms de l'histoire et de l'enseignement de l'architecture : André Chastel, qui domine l'histoire de l'art à l'Institut d'art et d'archéologie (université Paris 4), Bernard Huet qui a fondé l'école d'architecture UP8 (Belleville) et promeut un enseignement intellectuel et contextuel de l'architecture et de la ville dans la mouvance de la *Tendenza* italienne, enfin Bruno Foucart, professeur d'histoire de l'architecture à Paris 4 Sorbonne, et ardent défenseur de l'art du XIX^e siècle.

Si ces trois appels réclament tous la constitution de sources (écrites ou dessinées) pour l'histoire de l'architecture, ils témoignent d'une approximation persistante dans le vocabulaire, parlant indifféremment d' « archives d'architectes », d' « archives de l'architecture » et de « musée d'architecture ». Ils évoquent certains des exemples étrangers auxquels il convient de se référer, et soulignent le retard de la France par rapport à l'Angleterre, aux Pays-Bas, aux États-Unis, ou encore à la Belgique dont André Chastel cite en bonne place le centre récent (1968) des Archives d'architecture moderne (AAM).

Un monde moins vide qu'il n'y paraît

En réalité, il existe déjà en France des archives publiques d'architecture parfaitement disponibles — celles évoquées au début de cet article, que Bruno Foucart mentionne et détaille dans son texte, mais qui, en 1975, sont

beaucoup plus accessibles pour le XIX^e siècle que pour le XX^e siècle, pour lequel elles n'ont pas encore été classées voire pas encore collectées — ; il existe des archives magnifiques témoignant de la formation des architectes, en particulier à l'École des beaux-arts à travers les envois de Rome ; et il existe également des archives d'architectes au sens propre réunies dans des centres d'archives, mais leur accès est plus confidentiel.

La collection la plus homogène, la première qui ait vraiment cherché à réunir des fonds entiers d'archives d'agences d'architectes (et parfois d'ingénieurs), est celle de la Chaire d'histoire de la construction au Conservatoire national des Arts et métiers (CNAM) (Lambert, 2014). C'est au titre de matériau pédagogique que des fonds ont été collectés — puis classés, conditionnés et conservés — par une petite équipe, avec un axe de collecte bien précis : l'histoire de la construction en béton armé en France. L'élément fondateur de cette collection est le fonds d'archives de l'agence Perret (Auguste Perret, 1874-1954). La collection s'est constituée à partir de 1959 et s'enrichit encore occasionnellement dans les années 1970. Sont ainsi sauvegardés des ensembles fondamentaux pour l'histoire de l'architecture française, toutes tendances confondues, qui seront plus tard déposés aux Archives nationales pour les plus anciens et au Centre d'archives d'architecture du XX^e siècle pour la plupart.

Deux autres collections sont constituées par les sociétés professionnelles d'architectes, l'Académie d'architecture parisienne héritière de la principale société professionnelle du XIX^e siècle (la Société centrale des architectes), et la Société académique des architectes de Lyon. Chacune collecte, irrégulièrement, des fonds archives mais aussi des ensembles de documents graphiques et constitue donc une documentation autographe concernant l'activité de ses membres.

On peut encore mentionner — mais en très petit nombre — des fonds d'architectes déposés à l'École nationale supérieure des beaux-arts, et même quelques fonds que leurs auteurs ont donné aux Archives nationales, en un geste précurseur, avant ou après la Seconde Guerre mondiale. Un autre geste isolé est celui de Le Corbusier qui avait créé une fondation en 1960 pour conserver son œuvre.

Ce sont donc déjà des dizaines, peut-être une centaine d'architectes du XIX^e et du XX^e siècle dont la production graphique, parfois aussi les dossiers techniques et la correspondance professionnelle, ont été recueillis par une institution publique ou professionnelle. Mais il manque l'institution dédiée à l'architecture et qui transforme ces initiatives en une politique publique. L'Institut français d'architecture va offrir ce cadre.

L'Institut français d'architecture

Dans les années qui suivent immédiatement les trois appels à la constitution d'archives d'architecture, les contours d'une institution nationale dédiée à l'architecture se dessinent lentement. C'est en 1980 qu'est fondé, avec des missions encore très imprécises, l'Institut français d'architecture (IFA). Ces missions vont se préciser dès la première année. Financé par l'État, le nouvel institut est placé sous la tutelle administrative du ministère de l'Équipement, un puissant ministère « technique » en comparaison du petit ministère de la Culture : en effet, la compétence sur l'architecture vient alors de passer de ce dernier à celui de l'Équipement, en 1978, et lui restera affectée jusqu'en 1995, où elle sera de nouveau confiée à la Culture.

L'IFA est conçu comme un centre d'architecture, dont la mission centrale est de créer un dialogue entre les architectes, le grand public et surtout les maîtres d'ouvrage. Au cours de la décennie écoulée, la commande directe par les services publics à des architectes précis a cessé, remplacée par des concours, désormais obligatoires pour la commande publique³. Cela impose aux maîtres d'ouvrage publics de développer une culture architecturale nouvelle, permettant d'organiser des jurys. Cela multiplie aussi les projets produits et permet aux architectes de montrer et faire connaître des solutions proposées mais non retenues. Dans les années 1970, les multiples concours qui ont eu lieu notamment dans les villes nouvelles autour de Paris, pour des quartiers de logements ou des équipements publics, ont fait émerger des dizaines de nouveaux noms. L'IFA doit aider le public et ses représentants à s'orienter dans ce paysage inédit : il le fait à travers des expositions (dans ses murs, à l'extérieur ou à l'étranger), des rencontres et du débat. La dimension non seulement parisienne mais nationale est fortement mise en avant dans ces années qui préparent la plus grande opération de décentralisation administrative de la France contemporaine (1983).

Mais, pour l'IFA, ce n'est pas la seule manière d'approcher l'architecture contemporaine. Dans la logique postmoderne de l'époque, il est également chargé de contribuer à l'histoire de l'architecture « moderne » ou « contemporaine ». C'est ainsi que dès 1981 l'un de ses trois départements s'appelle

³ Après quelques années d'expérimentation assez généralisée par la maîtrise d'ouvrage publique, une réglementation concernant les concours d'architecture et d'ingénierie a été introduite en 1980 dans le code des marchés publics, précisée notamment par les textes d'application de la loi MOP (loi sur la Maîtrise d'ouvrage publique) du 12 juillet 1985.

(après quelques hésitations initiales) Archives, histoire et documentation, puis Archives et histoire. Il monte de toutes pièces une bibliothèque spécialisée qui sera longtemps la référence en la matière à côté de celle de l'École des beaux-arts. Surtout, son directeur, Maurice Culot, un architecte et enseignant belge, est le fondateur de l'un des plus importants centres d'archives d'architecture européens, à Bruxelles, les Archives d'architecture modernes. Depuis 1968, Maurice Culot y a recueilli de nombreux fonds d'architectes belges, dont il a véritablement fait une arme contre la politique urbaine bruxelloise : à la table rase de nombreuses opérations urbaines il a pu opposer l'échelle urbaine, dont les archives démontrent que les architectes du début du XX^e siècle savaient merveilleusement l'utiliser et la produire. Les archives nourrissent expositions et publications, dans un dialogue serré avec le public et avec les autorités.

La mise en place, dès la création de l'IFA, d'un département qui comporte — et en tête de son nom ! — le mot « archives » est un événement singulier dans l'histoire des institutions culturelles en France. Il témoigne autant de l'atmosphère culturelle chez les architectes que, sans doute, de la relative puissance à l'époque de la direction des Archives de France. Cependant, celle-ci n'est pas encore directement en lien avec la nouvelle institution.

Vers une institutionnalisation des archives d'architectes

Dans les années 1982-1984, Maurice Culot met en place une collecte active d'archives d'architectes : ce sont des grands noms de l'architecture, essentiellement d'avant-guerre, qu'il rassemble, dont les archives saturent très vite le modeste espace dont il dispose. S'il montre ouvertement dès le début sa préférence pour tout ce qui n'est pas le modernisme triomphant, il n'a pas d'exclusive. Mais c'est alors, trois ou quatre ans après la création de l'IFA, que le projet, maintenant émergé, visible, est vraiment questionné : dans quelle mesure s'agit-il des archives « de l'architecture » ? S'agit-il vraiment de fonds d'archives ? Faut-il aller vers un musée d'architecture ? Les Archives nationales ou la direction des Archives de France⁴ doivent-elles encadrer cette collecte ?

Oui, il s'agit vraiment de fonds d'archives, collectés de la manière la plus respectueuse possible, aussi entiers que possible. Ce sont des « archives

⁴ Les Archives nationales conservent les archives de l'État ; la direction des Archives de France (aujourd'hui SIAF) est le département ministériel chargé de la politique des archives en France.

d'architecture » dans la mesure où l'ambition est de ne pas se limiter aux archives des architectes mais de collecter aussi celles de photographes, d'entreprises de construction, d'ingénieurs, d'urbanistes, de paysagistes ou de décorateurs (dans les faits, la quasi-totalité des fonds collectés émaneront seulement d'architectes et de quelques ingénieurs). Ce sont, en tout cas, toujours des fonds privés, qui n'entrent pas dans le périmètre obligatoire des institutions publiques d'archives.

Finalement il n'y aura pas dans les années 1980 de musée d'architecture en France. En revanche, l'administration des archives impose un contrôle (dit scientifique et technique) qui passe par une convention sur le fonctionnement de ce centre d'archives. Signée en 1986, cette convention fait de l'IFA un « centre de traitement intermédiaire » et pose un principe inédit : les fonds d'archives collectés devront, après classement, rejoindre un centre d'archives public pour leur conservation à long terme. Concrètement, ce principe, d'application difficile, sera abandonné une vingtaine d'années plus tard.

Peu après cette clarification institutionnelle, la logique du centre d'archives peut être poussée à son terme avec la location en 1988 de locaux spécifiques, rue de Tolbiac dans le 13^e arrondissement. Avec 2000 m² dont 700 accessibles au public, il s'agit d'un vrai centre permettant conservation (fût-elle « intermédiaire »), traitement scientifique et communication. En fonction jusqu'en 2018, cet espace à l'agencement soigné (architectes Reichen et Robert) sera le « lieu social » des archives d'architecture pour plusieurs générations de chercheurs et d'architectes. Dès son ouverture il reçoit — toujours en dépôt — un ensemble de fonds prestigieux, ceux collectés par le CNAM autour du béton armé, mentionnés plus haut.

Archives d'architecture et patrimoine architectural

L'action de Maurice Culot — qui reste à la tête du département jusqu'en 2002 — est essentiellement un activisme, c'est là sa force. Il collecte les fonds pour les faire servir : non plus à la lutte urbaine comme à Bruxelles, mais plutôt à la défense et à l'illustration du patrimoine bâti. Il met en place, avec l'aide des mêmes architectes et universitaires qui avaient publié des appels quelques années plus tôt, un circuit aussi court que possible assurant aux fonds recueillis, le plus souvent possible, un classement rapide, une exploitation universitaire, une mise en valeur rapide sous forme d'exposition, une

publication parfois précoce. Des forces de travail qui n'existent plus toutes aujourd'hui — étudiants consacrant leur mémoire de maîtrise à un classement, objecteurs de conscience⁵ — contribuent activement au processus. De nombreuses actions sont mises en place dans les villes où se trouve le patrimoine le plus caractéristique de ces architectes, dont beaucoup ont contribué à la création des stations balnéaires ou thermales françaises à travers des édifices dont Maurice Culot, parmi les premiers, révèle les qualités.

Par cette action incessante, parfois brouillonne, Culot et l'IFA affirment le lien entre histoire de l'architecture et patrimoine bâti, y compris entre une histoire inattendue et un patrimoine de plaisance, d'accompagnement, de loisirs, qui n'avait pas souvent sa place dans les listes de monuments historiques jusque-là.

Pour avoir participé à des séances des commissions instruisant les dossiers de classement parmi les monuments historiques autour de 1990, j'ai pu constater l'efficacité de ce dispositif alors nouveau : sur la simple mention que les archives d'un architecte étaient conservées à l'IFA, ses édifices prenaient une sorte de plus-value patrimoniale, comme si la collecte de l'IFA procédait d'une sélection raisonnée démontrant à elle seule l'intérêt des édifices. Ce n'était pas — et n'a jamais ensuite été — vraiment le cas, mais un « a priori patrimonial », en faveur de l'architecture du XX^e siècle disposant d'archives de son auteur, s'était très vite mis en place dans ces premières années de l'IFA, qui a fortement contribué à l'élargissement considérable du domaine des monuments historiques à cette époque.

Une tête, un réseau

L'IFA a joué avec l'idée de constituer la tête d'un réseau des archives d'architecture. Si l'expression « tête de réseau » était malvenue et rejetée par d'autres parties prenantes, la réalité était bien celle-là. En même temps que l'IFA a émergé, en France, toute une constellation de lieux et d'associations consacrés aux archives des architectes, et, dans les années 1990, c'était bien à l'IFA, lors des séances du comité scientifique du Centre d'archives, que les responsables de ces différents lieux se retrouvaient le plus souvent, c'était bien *Colonnes*, le bulletin du Centre d'archives d'architecture,

⁵ Jeunes gens ne voulant pas effectuer le service national sous la forme du service militaire, affectés pendant 21 mois à un organisme d'intérêt public ; la ressource disparaît avec la fin du service national en 2001.

qui servait de trait d'union à ce réseau informel. Ses membres étaient des chercheurs de l'Inventaire général, des enseignants des écoles d'architecture, des universitaires, des architectes en activité ou ne l'étant plus, et des archivistes responsables d'archives départementales ou municipales. Beaucoup de ces associations — qui furent douze ou quinze au moment le plus actif — étaient nées autour d'une problématique précise : par exemple, l'émergence d'une ville d'eaux et d'une zone de villégiature (Biarritz et la côte basque), la reconstruction d'une ville sinistrée (Le Havre), le modernisme incarné par une grande figure (Nancy avec Jean Prouvé), la création de nouveaux quartiers après la guerre (Lyon avec Perrache et La Part-Dieu) l'architecture en montagne (la Savoie). Dans d'autres territoires (Marseille, Saint-Étienne), c'était toute la modernisation de l'espace au fil des générations qui était l'objet des collectes et des travaux de l'association locale. Comme l'IFA, ces entités avaient un objectif de prospection, de traitement, d'exploitation, tandis que les archives concernées étaient généralement prises en charge par les archives locales.

En dix ou quinze ans, ce modèle a permis la découverte et le sauvetage de dizaines de fonds d'archives, la transmission de savoirs sur les générations antérieures, la constitution de généalogies locales, mais aussi la sensibilisation de nombreux étudiants en architecture à l'analyse historique. Puis le mouvement s'est enrayé, les subventions se sont taries, les centres d'archives n'arrivaient plus à classer les fonds accumulés, les initiateurs de ces associations n'ont souvent pas trouvé de successeurs : de cette effervescence il est au moins demeuré une très bonne couverture du territoire par des fonds d'archives, et des pratiques d'enseignement et de transmission dans beaucoup des écoles d'architecture.

Ainsi, dans les premières années de l'IFA et de son centre d'archives, c'est bien un rôle d'entraînement national qu'a joué l'institut, alors même qu'il collectait — pour des raisons pratiques et étant donné l'extrême centralisation de la France qui mène à Paris beaucoup de grandes figures — essentiellement les archives d'agences parisiennes.

Restant à l'extérieur de ce réseau territorial, d'autres formes de collecte existaient ou apparaissaient : l'Académie d'architecture et la Société académique des architectes de Lyon poursuivaient leur travail, tandis que le Centre Pompidou et le fonds régional d'art contemporain de la région Centre (FRAC Centre) entreprenaient des collections d'objets de musée (maquettes, dessins, prototypes, éléments grandeur, etc.) relatifs à l'architecture moderne et contemporaine. Ces deux collections sont exceptionnelles et de premier rang au niveau mondial.

Archives d'architecture et musée d'architecture

L'IFA, tandis que les fonds d'archives reçus se multipliaient — l'IFA en conservait environ 250 à la fin du siècle —, les liens avec les institutions archivistiques se renforçaient (création d'un poste de conservateur du patrimoine en 1995), les méthodes de classement devenaient plus professionnelles (utilisation d'une base de données documentaire à partir de 1994) ; parallèlement, et sans doute inévitablement, le rythme rapide de l'exploitation se ralentissait fortement. Cela devenait l'un des problèmes structurels de l'IFA, qui en connaissait bien d'autres devant lesquels un renouvellement institutionnel devenait nécessaire. C'est ainsi que l'institut rejoint en 1998 un projet déjà ancien mais qui prend, sous la responsabilité de l'architecte, chercheur et enseignant Jean-Louis Cohen, une nouvelle direction : la création, au palais de Chaillot, d'une Cité de l'architecture et du patrimoine. Ce nouvel organisme doit absorber le musée des Monuments français (MMF) qui occupe l'une de ses ailes. Pour le reste, son contour varie beaucoup depuis les années 1980, avant de se fixer : il réunira l'IFA, le MMF et une école de spécialisation en patrimoine pour les architectes diplômés, l'École de Chaillot⁶. Ce sera le grand musée, et aussi le grand centre de documentation, de l'architecture française du XIX^e et du XX^e siècle (alors qu'à l'époque les collections du MMF concernent essentiellement le moyen âge). Le Centre d'archives d'architecture y trouve donc sa place... dans l'organigramme, mais non dans les murs pourtant vastes du palais de Chaillot. Il reste « provisoirement » en place dans ses locaux de la rue de Tolbiac, qui deviennent petits pour ses dimensions croissantes. Afin d'enrichir la matière sur laquelle s'élabore le discours de la partie moderne du musée, le Centre d'archives reçoit en dépôt en 2001 la plupart des fonds d'archives collectés par l'Académie d'architecture, caractérisés par beaucoup de très beaux documents graphiques. Dans les années suivantes, une réserve extérieure, à près de 100 km de Paris, est progressivement investie pour les nouveaux fonds d'archives reçus, qui peuvent y être stockés sommairement.

La Cité de l'architecture et du patrimoine est créée en 2004 et ouvre au public en 2007. Le Centre d'archives restera « provisoirement » rue de Tolbiac jusqu'à 2018, où l'évidence d'un déménagement s'impose. Celui-ci aura lieu, dans un autre site parisien d'accès facile, en 2020-2021, avec une réouverture au public fin 2021 sous le nom de Centre d'archives d'architect-

⁶ L'École de Chaillot et le MMF, installés tous deux dans la même aile du palais de Chaillot, remontent à des projets d'Emmanuel Viollet-le-Duc et au dernier tiers du XIX^e siècle.

ture contemporaine (et non plus « du XX^e siècle ») ; ce sont maintenant environ 450 fonds qui sont réunis et, autant que leur état de classement le permet, consultables.

Avant ce déménagement, le Centre d'archives d'architecture a clarifié son positionnement dans l'organisation de la Cité de l'architecture, en glissant du département IFA — recentré sur l'architecture en train de se faire — vers le musée des Monuments français, à la vocation plus patrimoniale : en 2015, un département des Collections a été créé, qui regroupe désormais le musée et le centre d'archives. De son côté le MMF, avec le projet de la Cité, s'est doté d'une galerie « d'architecture moderne et contemporaine », et a donc entrepris, une quinzaine d'années après le Centre Pompidou, de constituer une collection muséale sur l'architecture du XX^e et du XXI^e siècle. Désormais, les acquisitions du musée et la collecte du Centre d'archives portent régulièrement sur les mêmes fonds, dont des pièces isolées peuvent (éventuellement en assez grand nombre) rejoindre la collection du musée tandis que les dossiers et les rouleaux de plans constituent un fonds d'archives. Cette double approche a plus d'un avantage : elle permet de jouer de rythmes différents pour approcher des noms importants de l'architecture contemporaine via la collection du musée sans prendre encore en charge leurs archives, et dans certains cas elle donne un prestige inédit à l'acte de donner ses archives. Mais, indifférente au principe théorique de respect des fonds, elle peut aussi créer des tensions et des confusions. En tout cas les architectes savent à présent qu'ils disposent de plusieurs canaux pour transmettre leur œuvre : la collection du Centre Pompidou, celle du MMF, le Centre d'archives d'architecture, qui, chacun avec ses objectifs et sa logique propre, pourront contribuer à cette opération de notoriété et de prolongement de leur carrière.

Alors que tout semble à nouveau favoriser la reprise d'une période de collecte et de conservation plus large des archives des architectes en France, il est nécessaire de tenter un bilan et de mentionner quelques-unes des questions qui se posent aujourd'hui aux archivistes, aux architectes et aux chercheurs.

Les archives d'architecture et la recherche, une interaction toujours fragile

Qu'est-ce qu'une collection de fonds d'archives d'architecture aujourd'hui ? Pour qui est-elle constituée ? Pour faire état de quelle histoire, pour permettre quel regard panoramique (ou non) sur l'architecture du lieu ou du temps ?

La question ne se posait pas dans les mêmes termes lorsque Maurice Culot commençait, dans les années 1980, à réunir les fonds d'archives dont il apprenait l'existence au prix d'une prospection active. Aujourd'hui, avec les 450 fonds du Centre d'archives d'architecture, le nombre inconnu de fonds conservés partout en France (certainement bien plus d'un millier), avec des architectes qui ont fort bien intégré l'idée de transmettre leurs archives, la question des limites est plus urgente.

En 2015, pour la première fois, le Centre d'archives d'architecture a rédigé une politique d'acquisition (un outil familier dans d'autres environnements comme aux Pays-Bas où le NAI/HNI en a élaboré trois successives en une vingtaine d'années). Celui du Centre d'archives entérine le souhait de déplacer la collecte vers le temps présent — de faire glisser son point fort du second tiers du XX^e siècle vers la fin du siècle —, souligne quelques lacunes qu'il faut combler (l'absence des architectes femmes, comme partout, ou des architectes d'intérieur), officialise la possibilité d'opérer des sélections à l'intérieur des fonds d'archives. Quelques années plus tard, il faut constater que cette possibilité n'est pas devenue, loin s'en faut, une habitude : si elle heurte des convictions d'ordre scientifique, elle semble surtout longue et difficile à mettre en œuvre de façon pratique⁷.

Deux réflexions collectives citées plus haut (Klein, 2018 ; Institut français d'architecture, 2019) ont tourné récemment autour de l'usage de ces archives. Sous la forme de deux enquêtes sur « À quoi sert l'histoire de l'architecture aujourd'hui » (2018) et « À quoi servent les archives de l'architecture » (2019), elles ont suscité beaucoup de réponses, souvent espérées, parfois moins attendues. En répondant à la première question, à vrai dire, les historiens de l'architecture ont rarement évoqué les archives, mais plus régulièrement l'histoire qu'elles permettaient d'écrire. Yannis Tsiomis, reprenant le concept de Claude Lévi-Strauss d'une histoire « faible » — dans le domaine considéré, la monographie d'un architecte à partir de ses archives — devant être inscrite « au sein d'une histoire plus forte qu'elle » — celle plus large d'un mouvement, d'une problématique, etc. — pour devenir « intelligible » (Klein, 2018, p. 159), met bien l'accent sur l'effet premier, éventuellement pervers, d'une collection de fonds d'archives d'agences, qui amène les étudiants à presque tous dresser le portrait d'un architecte ou d'une agence. Il souligne

⁷ Cette option est mise en œuvre beaucoup plus explicitement dans d'autres pays, par exemple au Musée national d'art, d'architecture et de design à Oslo, au Musée d'architecture de Suède (ArkDes), ou, avec encore plus d'emphase, aux Pays-Bas dans la collection de Het Nieuwe instituut (ex-NAi), dont les choix, très limitatifs, se définissent en relation avec les axes de recherche du centre d'étude Jaap-Bakema fondé par le même institut (Figueiredo, 2016, pp. 325-327).

néanmoins l'utilité, la nécessité de cette étape dans la construction d'une histoire de l'architecture. Au-delà de l'approche individuelle liée aux auteurs et donateurs des fonds, la base de données du Centre d'archives d'architecture s'efforce, par une abondante indexation croisée, de permettre des recherches transversales entre les différents fonds (en termes de programmes, de personnes, de lieux ou de dates, mais pas de tendances, de mouvements, de matériaux ou de techniques) ; plus largement, depuis l'état national des fonds d'archives d'architectes depuis longtemps obsolète (Peyceré et al., 1996), et malgré des tentatives de portails (FranceArchives), il n'existe pas de répertoire d'ensemble des archives d'architectes conservées en France.

À la seconde question, centrée explicitement sur les archives, historiens, chercheurs et architectes du patrimoine ont apporté de nombreux témoignages de trouvailles, de découvertes, d'informations clés révélées par un document isolé, mais aussi de choix de restauration qui n'auraient pu avoir lieu sans les archives. Certains ont aussi montré que l'absence des archives d'un architecte ou les lacunes de son fonds n'empêchent pas d'étudier sa figure ou son apport. Tous, en tout cas, ont mesuré la distance qui sépare l'histoire qui s'élabore depuis une quarantaine d'années de celle, réduite à quelques références et issue des publications et des revues, qui existait dans les années 1970. Sont cependant pointés la fragilité du dispositif — même si le Centre d'archives d'architecture, avec ses nouveaux locaux et sa dizaine de collaborateurs, est solidement soutenu par l'État — et surtout la faiblesse numérique de l'enseignement de l'histoire de l'architecture à l'université, sa remise en cause dans les programmes des écoles d'architecture, au total le petit nombre de chercheurs et d'étudiants qui contribuent à l'écriture de l'histoire. On ne compte en effet pas plus d'une ou deux thèses par an issues d'un travail sur un ou plusieurs fonds d'archives d'architectes en France.

Le caractère pédagogique d'un travail, nécessairement long, sur des archives a aussi été souligné, indispensable à la formation du regard, à la maturation d'une pensée.

Archives numériques, numérisations, approches documentaires

Jusqu'ici, les archives collectées par le Centre d'archives d'architecture, y compris les plus récentes, sont encore à beaucoup plus de 99% des archives matérielles, quelle que soit la variété de leurs supports. On sait bien pourtant que les archives des trente dernières années sont en grande partie produites par informatique, et que donc — même sans parler des pionniers de l'utili-

sation de l'informatique dans le processus de création architecturale — les archives des architectes intègrent aujourd'hui un nouveau support, complètement distinct de tous les autres. La gestion de ce nouveau support pose un grand nombre de questions qui en France, en tout cas au Centre d'archives d'architecture, ont seulement pu être jusqu'à un certain point posées et explorées. Un processus d'intégration et de classement des archives numériques des architectes n'a pas encore pu être mis en place comme dans d'autres centres d'archives (au Centre canadien d'architecture ou au Vlaams Architectuurinstituut par exemple). Dès que la prise en charge concrète des fichiers numériques deviendra courante, il semble probable que le poids des fichiers — qui se compte en téraoctets dans les agences rencontrées — créera des limitations ; leur traitement (classement, description, conversions) requerra un temps non négligeable et qui s'ajoutera au temps de traitement des archives « sur papier ». Leur utilisation modifiera sans doute en profondeur les relations entre chercheurs et centres d'archives, le travail en salle de lecture, mais aussi l'écriture même de l'histoire des projets et de l'histoire de l'architecture. Contrairement aux archives traditionnelles, il paraît improbable que leur classement — mais peut-être aussi leur exploitation intellectuelle ? — puisse être effectué par des personnes sans formation d'architecte. Peut-être aussi ces archives numériques remettront-elles en cause les temporalités souvent très longues du traitement des fonds reçus : les archives traditionnelles attendent parfois, avant d'être classées, des périodes qui ne sont pas compatibles avec l'obsolescence relativement rapide des supports numériques et des versions des logiciels. Autant de suppositions qui restent pour le moment de simples spéculations, faute de disposer des compétences et des moyens pour entrer dans une phase plus concrète.

Ce n'est certes pas la seule modification que l'usage de l'informatique introduit dans la recherche. Depuis plus d'une décennie, l'usage, allant désormais de soi, des appareils photo numériques puis des téléphones portables en salle de lecture permet de photographier le contenu de dossiers entiers : le travail sur archives dans leur lieu de consultation devient alors une séance de prises de vues qui permet de constituer des dossiers à étudier ultérieurement, mais aussi — ce qui ouvre d'autres horizons — de réorganiser la matière selon d'autres logiques que celle du dossier originel ou celle que l'archiviste a substituée au dossier originel. Le chercheur se fait ainsi dans une certaine mesure auteur du fonds sur lequel il travaille, d'une façon différente et beaucoup plus fluide que ce qui a toujours pu se faire.

Au-delà de ce que peut créer chaque chercheur individuel, on voit se constituer des sites et des portails thématiques regroupant et mettant à

disposition sur internet une matière d'origine diverse, selon des logiques moins archivistiques que documentaires. Cette nouvelle approche documentaire me semble être un effet du numérique appelé à avoir des conséquences en profondeur sur le domaine des archives d'architecture, pouvant aller jusqu'à remettre en question la logique jusqu'ici exclusive de la constitution des archives par l'addition de fonds désignés par le nom de leur producteur. Le nom du producteur lui-même, du reste, cesse d'être une référence claire dès lors que les agences d'architecture deviennent des associations multiples et fluides, qui ne sont plus liées à une génération précise mais peuvent se renouveler au fil du temps et perdurer par-delà les changements d'individus.

Moyens limités et ambitions restreintes

En France, grâce aux évolutions successives du Centre d'archives d'architecture et à son récent déménagement, la prise en charge des archives des architectes est restée depuis une quarantaine d'années dotée de moyens relativement adaptés aux besoins, que l'État fournit dans le cadre de sa politique publique d'archives et de sa politique de soutien à l'architecture. Cependant il n'a jamais été possible jusqu'ici de compléter ces ressources publiques par un soutien privé, et elles restent tout de même insuffisantes pour un traitement d'ensemble des archives collectées comme — et surtout — pour une prise en charge efficace des nouvelles problématiques induites par le numérique.

De son côté, malgré des soutiens publics à la recherche⁸, l'enseignement de l'histoire de l'architecture, à l'université comme en écoles d'architecture, ne peut pas mobiliser les étudiants qui seraient nécessaires pour classer les archives et surtout pour les étudier en allant au-delà du premier niveau d'analyse qu'est — malgré des travaux de grande qualité — la monographie d'architecte.

Pendant ce temps, malgré le recours aux archives quasiment obligatoire depuis les années 1990 pour toute protection, intervention majeure ou restauration, les interventions sur le patrimoine connaissent, en France comme ailleurs, des fortunes variées, qui montrent que la notoriété de l'auteur — y

⁸ Programme sur l'histoire de l'enseignement de l'architecture en France au XX^e siècle, soutenu par le comité d'histoire du ministère de la Culture, ou programme « L'architecture du XX^e siècle, matière à projets pour la ville du XXI^e siècle » financé par le Bureau de la recherche architecturale, urbaine et paysagère (ministère de la Culture).

compris lorsque son fonds d'archives a contribué à asseoir sa connaissance — ne suffit pas toujours à sauver son œuvre⁹.

Du reste, contrairement à la situation d'il y a vingt ou trente ans, les institutions peinent aujourd'hui à contribuer utilement à la notoriété des architectes : la Cité de l'architecture et du patrimoine elle-même, pourtant détentrice d'une richissime collection de dessins, maquettes, photographies et autres matériaux, a presque renoncé aux expositions présentant une figure ou une agence, qui, en général, ne rencontrent pas le public qu'on espérait. Comme beaucoup de ses homologues à l'étranger, elle privilégie des sujets supposés toucher un « plus large public ». Et l'édition en histoire de l'architecture, à laquelle l'IFA a si puissamment contribué dans les années 1980 et 1990, a perdu toute fluidité ; l'existence d'une collection de monographies d'architectes (celle dirigée par Simon Texier aux Éditions du patrimoine sous le titre « Carnets d'architectes ») n'est possible qu'avec un soutien intégral de l'État.

Un patrimoine à soutenir

Les archives des architectes constituent donc un patrimoine — assurément —, qui s'est défini dans le dernier demi-siècle, dont l'existence n'est pas menacée en soi mais qui doit toujours continuer à prouver son utilité et sa finalité. Il n'est pas clair que ce soit en conservant plus, ou moins, qu'on y contribuera le mieux : sans doute surtout en les décrivant, communiquant, étudiant mieux et plus, et en les remettant activement à la disposition du public, quel qu'il soit.

Bibliographie

- Châtelet, A.-M., Diener, A., Dumont, M.-J., & Le Couédic, D. (Dir.) (à paraître en 2022). *Architecture en ses écoles. Une encyclopédie au XX^e siècle*. Locus Solus.
- Dalbéra, J.-P. (2013). La recherche au ministère chargé de la Culture (1959-2000). *Culture et patrimoine*, 2(2), 108-121. <https://journals.openedition.org/hrc/279>
- Figueredo, S. M. (2016). *The NAI effect: creating architecture culture*. nai010 Publishers.

⁹ On pense entre autres au destin encore incertain de la Maison du peuple (Marcel Lods, Eugène Beaudouin, Vladimir Bodiansky et Jean Prouvé, 1935-1939), à Clichy-la-Garenne aux portes de Paris, ou à la destruction de 80% de la cité-jardin de la Butte Rouge à Châtenay-Malabry en banlieue sud de Paris, toujours prévue malgré une intense mobilisation locale et internationale.

- Institut français d'architecture. (2014). La genèse des archives d'architectes. *Colonnes*, (30).
- Institut français d'architecture. (2019). À quoi servent les archives d'architectes ?. *Colonnes*, (35).
- Klein, R. (Dir.). (2018). À quoi sert l'histoire de l'architecture *aujourd'hui* ?. Hermann éd.
- Lambert, G. (2014). L'invention des archives d'architecture ? Le Centre de recherche et de documentation d'histoire de la construction (1954-1989). *Colonnes*, (30), 2014, pp. 48-50.
- Lengereau, É. (2001). *L'État et l'architecture 1958-1981*. Picard.
- Mansion, N. (2015, février 6). *Archives et histoires de l'architecture* [Communication]. Périphéries et recentrements en histoire de l'architecture, Séminaire d'histoire de l'architecture, France.
- Mansion-Prud'homme, N. (2017). Vers une définition épistémologique de l'archive en histoire de l'architecture contemporaine. *Marges, revue d'art contemporain*, (25). <https://journals.openedition.org/marges/1323>
- Mansion-Prud'homme, N. (2019). *Archives d'architectes en France 1968-1998. Jeux d'acteurs et enjeux historiographiques autour de l'Institut français d'architecture* [Thèse de doctorat non publiée]. Université Bordeaux Montaigne, École du Louvre. (À paraître en 2023 aux éditions de la Villette).
- Peyceré, D., Ragot, G. (Dir.), Cohu, R., Gaubert, S., & Nougaret, C. (1996). *Archives d'architectes. État des fonds XIX^e XX^e siècles*. Institut français d'Architecture ; Direction des Archives de France ; La Documentation française.

Documento de arquitetura: Gênese e tratamento na perspectiva da tipologia documental

Architecture record: Genesis and treatment from the perspective of documentary typology

ANA CÉLIA RODRIGUES

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Federal Fluminense, Brasil
anaceliarodrigues@id.uff.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0851-528X>

CLAUDIO MUNIZ VIANA

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade
Federal Fluminense, Arquivista do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo e Sistema de Bibliotecas e Informação
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
munizviana@fau.ufrj.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5084-9104>

RESUMO

Apresenta os processos de identificação arquivística para investigar a gênese do documento de arquitetura como base para organização dos arquivos. A identificação é um método de pesquisa para a Arquivística, de natureza intelectual, que consiste no trabalho de investigação e análise sobre o órgão produtor e seus documentos, que permite normalizar a denominação e o

agrupamento das séries documentais para fins de gestão de documentos e de tratamento de documentos acumulados em arquivos. No contexto da identificação, a etapa da identificação de tipologia documental encontra na abordagem da Diplomática, em sua perspectiva clássica e contemporânea, a Tipologia Documental, seus fundamentos teóricos e metodológicos. Nesta perspectiva, apresenta os estudos de identificação desenvolvidos para tratar a tipologia documental do Fundo Severiano Mário Porto custodiado pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD/FAU/UFRJ).

PALAVRAS-CHAVE: Identificação Arquivística; Tipologia Documental; Arquivo de Arquitetura.

ABSTRACT

It presents the archival identification processes to investigate the genesis of the architecture record as a basis for organizing archives. The identification is an Archival Science research method of intellectual nature that consists of investigative work and analysis of the producing entity and its records. It allows for standardizing the naming and the grouping of series for record management purposes and the treatment of accumulated records in archives. The phase of the identification of records typologies finds in Diplomatics, in its classical and contemporary perspective, the theoretical and methodological foundations of Documentary Typology. From this perspective, it presents the identification studies developed to treat the record typology of the fonds Severiano Mário Porto held by the Research and Documentation Center of the School of Architecture and Urbanism of the Federal University of Rio de Janeiro (NPD/FAU/UFRJ).

KEYWORDS: Archival Identification; Documentary Typology; Architecture Archive.

Introdução

O acesso rápido e eficaz a documentos e informações como base para a tomada de decisões responsável coloca-se como insumo para o desenvolvimento sustentável das organizações e instituições, públicas ou privadas, ressaltando o uso dos arquivos como fonte de informação. Nesse ambiente surgem desafios para o profissional, que atua na tarefa rotineira de identificar,

avaliar, classificar, descrever, preservar e divulgar os arquivos, seus documentos e informações. A complexidade destas rotinas torna indispensável que o profissional de arquivos disponha de um instrumental teórico-metodológico que lhe possibilite o progressivo domínio de suas práticas de trabalho.

A necessidade de reconhecer os documentos em seu contexto de produção para planeamento da gestão de documentos e organização de arquivos conduziu a Arquivística à discussão sobre a identificação como método, pautados na reflexão sobre o estatuto científico do seu objeto, o documento de arquivo.

A identificação é um método de pesquisa sobre o documento de arquivo em seu contexto orgânico-funcional que produz conhecimento arquivístico para normalizar o seu reconhecimento, denominação e agrupamento em séries documentais para fins de implantação de programas de gestão de documentos e de tratamento de documentos acumulados em arquivos. No contexto da identificação, a etapa da identificação de tipologias documentais encontra na abordagem da Diplomática, em sua perspectiva clássica e contemporânea, a Tipologia Documental, seus fundamentos teóricos e metodológicos, demonstrando a efetiva contribuição desta disciplina para a construção teórica de metodologia em Arquivística.

Esta investigação revela o vínculo arquivístico que caracteriza a gênese do documento de arquivo, a indissociável relação que mantém com seu contexto de produção, conferindo cientificidade ao fazer arquivístico.

Nos arquivos de arquitetura, são conservados documentos que registram as etapas da atividade projetual e as fases da representação do processo criativo, testemunho gráfico e iconográfico dos projetos edificados como referência de uma época, um estilo e de uma técnica construtiva. Nestes arquivos, as características de suporte físico dos documentos (diversidade, fragilidade e formato em grandes dimensões), conteúdo informacional (representações gráficas, terminologia e linguagem específica), acessibilidade, diferentes modelos de tratamento e incorporação de novos elementos ao projeto de arquitetura, resultado de inovações e tecnologias desenvolvidas tanto pelo campo da administração como da arquitetura, são aspectos que salientam as dificuldades na proposição de soluções para identificar e organizar a massa documental acumulada.

Nesta perspectiva, este artigo aborda os parâmetros teóricos e metodológicos da identificação arquivística e sua relação com o estudo da gênese e tratamento técnico dos documentos acumulados em arquivos de arquitetura. Apresenta os estudos de identificação desenvolvidos para tratar a tipologia documental do Fundo Severiano Mário Porto, especificamente os

documentos de arquitetura do processo de construção da Universidade do Amazonas (atual Universidade Federal do Amazonas), custodiado pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD/FAU/UFRJ).

Diplomática e tipologia documental: Revisitando perspectivas¹

Nos anos 80 do século passado, a partir dos modernos estudos arquivísticos, a Diplomática ressurgiu com o objetivo de aplicar os princípios teóricos e metodológicos aos documentos de arquivo. Uma nova abordagem do uso da metodologia preconizada pela Diplomática, bastante difundida na arquivística nacional e internacional, que deu origem a um novo campo de estudos, a Tipologia Documental.

A Diplomática nasceu no século XVII como uma técnica analítica para determinar a autenticidade dos documentos emitidos por autoridades soberanas em séculos anteriores. Mabillon é quem efetua a primeira sistematização rigorosa sobre a autenticidade dos documentos de arquivo. A sua metodologia foi usada para examinar individualmente cerca de duzentos documentos diferentes, de várias épocas e os comparar. Verificou o que tinham em comum e qual era o procedimento do ambiente onde eles se encontravam. Os resultados obtidos neste estudo passaram a se configurar como os pressupostos teóricos da disciplina.

Na passagem do século XIX ao século XX, a Diplomática é tratada exclusivamente como “ciência auxiliar da História”. Os historiadores adotaram a Diplomática como uma ferramenta de crítica documentária para avaliar a autoridade de documentos medievais como fontes históricas. Ocorre seu desenvolvimento como disciplina, favorecido pela introdução dos estudos diplomáticos na academia, no campo dos estudos históricos, transformando-a em uma ciência aplicada estritamente aos documentos da época medieval.

No final do século XX, os arquivistas “descobriram novos usos para esta velha ciência, baseados no seu potencial como um padrão para assegurar a confiabilidade geralmente dos documentos modernos e especificamente dos documentos eletrônicos” (Duranti, 1995, p. 6).

Mas é próximo aos anos 80 do século passado, que começa a se formar uma nova geração de estudiosos de Diplomática, que aplicando os princípios

¹ Questões tratadas anteriormente em Rodrigues (2003, 2008, 2013, 2018), com revisões e atualizações.

teóricos e metodológicos da disciplina aos documentos de arquivo, estabeleceram um profícuo diálogo entre as áreas, cujos estudos de natureza teórica vêm exercendo profunda influência no fazer arquivístico internacional, contribuindo para a construção teórica em Arquivística. A renovação desta disciplina e sua aplicação no âmbito dos arquivos estão representadas pelas teorias propostas por Paola Carucci, na Itália, e Luciana Duranti, que desenvolve estudos no Canadá; na Espanha, por Luis Núñez Contreras, Manuel Romero Tallafigo, Vicenta Cortés Alonso e Antonia Heredia Herrera, e no Brasil, por Heloisa Liberalli Bellotto e, hoje, por uma nova geração de pesquisadores nas universidades brasileiras. As ideias destes autores vêm contribuindo para a consolidação de uma tradição arquivística brasileira na área.

No campo da ciência Arquivística, a Diplomática tem sido adaptada como uma ferramenta metodológica para compreender o complexo processo de produção dos documentos da burocracia contemporânea. Em 1989, na // *Conferencia Europea de Arquivos*, promovida pelo Conselho Internacional de Arquivos, os delegados da conferência recomendaram “que o desenvolvimento da disciplina da diplomática moderna seja promovido através de pesquisa na tipologia de documentos contemporâneos e nos processos de criação de documentos nas instituições contemporâneas” (MacNeil, 2000, p. 87).

Na Europa, a resposta a este chamado dos arquivistas para a construção de uma diplomática moderna, adaptável aos documentos do século XX, vem principalmente da Itália, destacando-se os estudos realizados por Paola Carucci (1994, 2004). Esta arquivista italiana deu uma contribuição substancial, redefinindo o documento de um modo muito amplo e concentrando as atenções na proveniência administrativa que o gera, antes de sua forma documental. Alarga desta forma o âmbito da Diplomática, integrando-a com a Arquivística, incluindo uma relação de considerações sobre o documento como produto do procedimento administrativo (Duranti, 2003). Os estudos realizados por Luciana Duranti no âmbito do projeto InterPARES, que teve início em 1999, tiveram como objetivo produzir conhecimento teórico e metodológico e formular políticas para a criação e a preservação de documentos eletrônicos, orientando as práticas realizadas em arquivos de todo o mundo.

Nestes anos 80, a Espanha também se destaca no movimento de renovação da Diplomática, produzindo importantes estudos teóricos e aplicados sobre os documentos administrativos, a fim de identificar as partes que os integram, seus caracteres internos e externos, como base do tratamento técnico arquivístico.

Para Manuel Romero Tallafigo (1994), a Diplomática é a ciência que estuda e critica o documento escrito do ponto de vista das formas internas

e externas. “Formas que são planejadas para fazê-lo compreensível e ainda fidedigno e autêntico para a sociedade a qual se destina. [...] Cada documento singular não é senão um ponto de uma linha contínua e ininterrupta” (Romero Tallafigo, 1994, pp. 16 e 20).

Antonia Heredia Herrera (1991) define a Diplomática como “a ciência que estuda o documento, sua estrutura, suas cláusulas, para estabelecer as diferentes tipologias e sua gênese dentro das instituições escriturárias a fim de analisar sua autenticidade”. O objeto da Arquivística, observa, é “muito mais amplo em extensão e em limites cronológicos, não se limita ao documento jurídico, mas alcança e ultrapassa os nossos dias”. Feita esta distinção, a autora ressalta que a relação Arquivística-Diplomática, assim posta, nos levará a uma normalização documental necessária nos programas de gestão de documentos, sobretudo quando “o uso da nova tecnologia informática obriga a um conhecimento profundo dos formulários, das cláusulas e dos dados informativos essenciais de cada série documental que delimitados claramente traz a determinação de cada tipologia” (Heredia Herrera, 1991, pp. 61-62).

Antonia Heredia chega mesmo a aventar uma certa supremacia da tipologia documental sobre a diplomática, quando o enfoque é a doutrina arquivística. A autora diz ainda que a tipologia, por suas características intrínsecas, atribui maior importância ao procedimento administrativo, privilegiando o conjunto orgânico no qual o documento se situa e não o ‘discurso’ de cada um (Bellotto, 2004, p. 53).

Antonia Heredia Herrera (2006) reconhece a independência dos campos de estudo das duas áreas, da Tipologia Documental e da Diplomática, mas destaca a estreita relação estabelecida entre elas que pode ser verificada na influência da formulação da metodologia da tipologia documental a partir dos parâmetros metodológicos da Diplomática.

A metodologia aplicada ao tipo documental vem sendo denominada análise documental. Devemos muito a Vicenta Cortés sobre este e outros temas, porque criou um modelo de análise documental partindo do modelo de análise do tipo diplomático, adequando-o às necessidades arquivísticas do momento. Passado o tempo surgem novos conceitos, como o da *identificação* [...] (Heredia Herrera, 2006, p. 28, grifo nosso).

Vicenta Cortés Alonso distingue a análise diplomática deste “estudo arquivístico”, o qual considera um “trabalho de pesquisa arquivística”, cujo

objeto é a “documentação contemporânea” e o objetivo é “fixar a tipologia documental produzida e solicitada, para, sem erro, formar as séries documentais dos arquivos [...]” (Cortés Alonso, 1986, pp. 419, 429 e 420).

A partir dos trabalhos publicados por estes autores, nos anos que se seguiram até a década dos 90, as relações entre a Diplomática e a Arquivística conquistam um definitivo espaço no debate teórico dos estudiosos espanhóis, denominada estudos de Tipologia Documental.

No campo da Arquivística, o termo *tipologia documental* passa a ser usado para designar o conjunto dos documentos de arquivo ou área de estudos sobre o documento e *tipo documental*, o documento de arquivo, embora seu uso seja típico da Diplomática, como salientou Antonia Heredia (2006).

No Brasil, os textos publicados por Heloísa Liberalli Bellotto (1982, 1990) são considerados como referencial teórico sobre tipologia documental e os conceitos abordados pela autora foram incorporados à literatura arquivística e à prática desenvolvida nos arquivos do país. A autora faz distinção entre o objeto da Diplomática, em sua perspectiva clássica, a *espécie documental* e em sua perspectiva contemporânea, o *tipo documental*, e dos métodos de análise diplomática e tipológica para se chegar à denominação do documento de arquivo e identificar sua gênese, o que permite por comparação chegar ao agrupamento das séries documentais.

Os documentos diplomáticos, objeto da Diplomática, se a disciplina for tomada em sua perspectiva clássica, “são os de natureza jurídica que refletem no ato escrito às relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos, cujos elementos semânticos são submetidos a fórmulas preestabelecidas” (Bellotto, 2000, p. 35). No sentido moderno da Diplomática, os documentos são analisados na direção de seu contexto de produção, nas relações entre as competências, funções e atividades do órgão produtor e neste sentido, apresentam suas profundas relações com a Arquivística.

O documento de arquivo considerado em seu conjunto é o *tipo documental*, objeto da Tipologia Documental, identificado a partir das relações que apresenta com o contexto orgânico-funcional. As competências, funções e atividades desempenhadas, que se articulam no procedimento de gestão, são elementos inovadores, introduzidos na metodologia da Diplomática, em sua nova abordagem, para identificar o documento de arquivo e planejar o seu tratamento.

Por isso, a tipologia documental, ao incorporar todo o corpo teórico e metodológico da antiga diplomática, pode ser chamada de diplomática arquivística ou, melhor ainda (se se atentar para o quanto o

objeto e os objetivos de ambas podem ser amalgamados), de diplomática contemporânea, como quer Bruno Delmas. Para ele, a preocupação da diplomática é, agora, menos o estudo da estrutura, da forma, da gênese ou da tradição e mais da tipologia dos documentos (Bellotto, 2004, p. 53).

Para a arquivística brasileira, a Diplomática e a Tipologia Documental são campos de estudos distintos, com métodos próprios de análise diplomática e análise tipológica, porém complementares para o estudo da gênese dos documentos e seu agrupamento em série documental a partir de parâmetros normalizados.

Por definição *espécie* é “a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e natureza das informações nele contidas”; *tipo documental* é “a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa” e a *série documental*, a “sequência de unidades do mesmo tipo documental” (Camargo & Bellotto, 1996, pp. 34, 74, 69).

Portanto, a denominação da série documental obedece à fórmula para a denominação do tipo documental: espécie + atividade (verbo + objeto da ação). São exemplos de *espécies*, o requerimento, portaria, decreto, entre outros. A espécie acrescida da atividade dá origem ao *tipo documental*, como requerimento de licença para construção, requerimento de licença de saúde, requerimento de matrícula escolar. A *série documental* será definida pela identificação e comparação dos tipos documentais, resultado da mesma atividade e será parâmetro para a identificação, classificação, avaliação, descrição e planejamento da criação/produção documental, convencional ou digital² (Rodrigues, 2008, p. 46).

Esta perspectiva vem influenciando a construção de uma tradição arquivística brasileira na área, evidente em nossas pesquisas que abordam a identificação de tipologia documental no contexto dos estudos de identificação arquivística.

² Esta diferença se aplica metodologicamente na preparação de instrumentos de gestão de documentos no âmbito do Sistema de Arquivos da Universidade de São Paulo (SAUSP) (<http://www.usp.br/arquivogeral/instrumentos-de-gestao/>), do Sistema de Arquivos do Governo do Estado de São Paulo (SAESP) (<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao/sistema/plano>) no Arquivo Público Municipal de Campo Belo, Minas Gerais (Rodrigues, 2003), no Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado de Rio de Janeiro (PGD-RJ) (http://www.aperj.rj.gov.br/planos_tabelas.htm) no Programa de Gestão de Documentos da Prefeitura do Rio de Janeiro (PGD-Carioca) (<https://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/gerencia-de-gestao-documental1;jsessionid=587762A95A099492A97B9E525A7D677E.liferay-inst4>) e em outros modelos do país com êxito.

Identificação arquivística: Método de pesquisa para reconhecer o documento de arquivo e seu contexto de produção

A identificação surge no contexto da Arquivística nos anos 80, quando o termo começou a ser utilizado na Espanha por grupos de arquivistas para designar as tarefas de pesquisas realizadas sobre fundos acumulados em arquivos, a fim de elaborar propostas normalizadas de classificação e avaliação. Mas foi no âmbito do Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos, do qual participavam Espanha, Portugal, México e Brasil, que o conceito de identificação foi formulado e divulgado por Maria Luiza Conde Villaverde, nas *Primeiras Jornadas de Metodologia para a Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas*, realizadas em Madri, em 1991. A partir deste momento, o uso do termo e o conceito se consolidaram no meio arquivístico espanhol, incorporados pelo *Diccionario de Terminologia Archivística* (1991), que a define como “fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo”.

O Brasil integrou esse movimento internacional que se formava em busca de referenciais metodológicos para resolver a superlotação dos arquivos, problema comum do qual compartilhavam os países ibero-americanos. As experiências desenvolvidas pelo Grupo de Identificação de Fundos Internos (GIFI) e pelo Grupo de Identificação de Fundos Externos (GIFE) do Arquivo Nacional, para solucionar problemas de acumulação de fundos em seus depósitos e nos órgãos da administração pública federal, resultaram na formulação de metodologia divulgada em manuais e no conceito incorporado pelo *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005), que define a identificação como “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual” (Arquivo Nacional (Brasil), 2005, p. 104).

A partir da segunda metade da década de 1980, as reflexões em torno das questões que envolvem os arquivos de arquitetura se tornaram mais dinâmicas, principalmente sob a influência do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), com a criação de um grupo de trabalho especializado em 1982 que se transformaria na Seção de Arquivos de Arquitetura (SAR), com estatuto aprovado durante a realização do *XIV Congresso Internacional de Arquivos*, em Sevilha, Espanha, em 2000. Este movimento intelectual impulsionado pelo CIA através da SAR culminou com a constituição de grupos de trabalhos e fóruns permanentes de discussões, com objetivo de desenvolvimento de novas metodologias para o tratamento técnico dos documentos de arquitetura.

No Brasil, a busca por soluções conjuntas de arquitetos e arquivistas para as questões que envolvem a produção, acumulação e organização destes arquivos se intensificaram nos anos de 2000, com a publicação de artigos, realização de encontros e seminários organizados por instituições públicas arquivísticas e universidades, justificando a criação em 2006 da Câmara Setorial de Arquivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

Em 2003, a SAR organizou o *I Congresso Internacional de Arquivos de Arquitetura* em Alcalá de Henares, Espanha, espaço dedicado a discussões sobre os problemas e experiências apresentados no campo específico de arquivos de arquitetura, organizado basicamente em quatro eixos principais: a produção das séries documentais em arquitetura e a identificação das instituições que as tem dado origem; o tratamento técnico documental, incluindo estudos sobre a identificação e descrição de tipos documentais; conservação e seleção de documentos; e a pesquisa científica e disseminação de informações dos arquivos de arquitetura (Blanco, 2004, pp. 9-10). Neste congresso, Maria Luiza Conde Villaverde apresentou um projeto de organização dos fundos acumulados do Ministério de Obras Públicas espanhol, provenientes de atividades arquitetônicas, custodiados pelo *Archivo General de la Administración*. A autora destaca a identificação como etapa da metodologia, os instrumentos utilizados e os resultados satisfatórios obtidos no projeto, sublinhando a necessidade desses estudos preliminares antes de qualquer intervenção técnica por parte dos arquivistas nos processos de organização documental (Conde Villaverde, 2004, p. 134).

Produto das experiências desenvolvidas em arquivos dos países envolvidos, o conceito de identificação e o método analítico que o sustenta foram construídos no interior do grupo ibero-americano, durante as reuniões profissionais realizadas. O enfoque da identificação vista como fase independente no âmbito do tratamento técnico, marcou a arquivística de países ibero-americanos, influência que se verifica nos dicionários de terminologia arquivística e nos manuais de normas e procedimentos para tratamento de fundos acumulados em arquivos publicados.

Trata-se de uma tarefa de natureza intelectual, que consiste no trabalho de investigação e análise crítica sobre os elementos da gênese do fundo, o órgão produtor e seus documentos, a qual precede e fundamenta as demais funções, classificação, avaliação, descrição e também o planejamento da criação/produção documental. Nesta perspectiva, a identificação é um método de pesquisa para a Arquivística, que estuda dois objetos:

1. Órgão produtor: estudo do elemento orgânico (estrutura administrativa) e do elemento funcional (competências, funções, atividades). A informação sobre os elementos orgânicos e funcionais obtém-se através dos próprios documentos e dos textos legais e normativos pertinentes à estrutura e funcionamento do órgão durante sua existência. Essas informações são os “elementos que caracterizam este contexto, no desempenho de competências e funções específicas deste órgão produtor e da tipologia documental, que registra os procedimentos administrativos realizados para cumpri-las” (Mendo Carmona, 2004, p. 40). A produção deste conhecimento está fundamentada no Direito e na Administração.

2. Tipos documentais: estudo que se realiza com base no reconhecimento dos elementos externos, que se referem à estrutura física, a forma de apresentação do documento (gênero, suporte, formato e forma) e internos, o “conteúdo substantivo do documento (atividade) e natureza de sua proveniência e função” (Bellotto, 2000, pp. 24-25), para reconhecer e denominar a espécie e o tipo documental e definir a série documental, a partir da análise comparativa da tipologia documental e agrupamento em conjuntos que registrem a mesma atividade. A base teórica que sustenta esta pesquisa vem da Diplomática, Tipologia Documental e da Arquivística.

O estudo dos atributos do órgão produtor, suas competências, funções e atividades e a forma como são registrados nas partes do documento de arquivo, conferindo-lhes identidade no conjunto para agrupamento em séries documentais, integram o conhecimento gerado nesta fase de pesquisa denominada identificação arquivística.

Pesquisas desenvolvidas por Rodrigues (2003, 2008, 2013, 2018) sobre a identificação no campo da Arquivística permitiram sistematizar os aspectos teóricos e metodológicos que a caracterizam e sua pertinência para o desenvolvimento de boas práticas nos programas de gestão de documentos ou de tratamento de documentos acumulados em arquivos.

Estudos desenvolvidos por Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019ab) abordam a identificação arquivística em profícuo diálogo com as disciplinas que têm a informação e o conhecimento como objeto de estudo, encontrando nos campos da Ciência da Informação e da Organização do Conhecimento (OC) um espaço de interlocução para definir o conhecimento arquivístico. Os autores consideram que o conhecimento arquivístico pode ser concebido a partir do

conceito de fundo (sobre o qual incidirão todos os processos de organização), caracterizado a partir da reunião e análise de documentos produzidos por uma mesma pessoa ou instituição, com base no método

diplomático enquanto suporte para a metodologia da identificação arquivística (Tognoli et al., 2019a, p. 71).

Tognoli e Rodrigues (2018), ao estudarem as contribuições da Diplomática para a organização e representação do conhecimento arquivístico, a partir da investigação da descrição arquivística entendida como processo de representação do CA, destacam que

Para além do conhecimento gerado pela desconstrução do documento, por meio da análise diplomática, o arquivista pode lidar com o conhecimento gerado a partir da identificação dos produtores da informação e das suas relações com o procedimento para representar o contexto e o conteúdo dos documentos (Tognoli & Rodrigues, 2018, p. 47).

Faben e Rodrigues (2019, p. 406) ressaltam que esse conhecimento produzido pela identificação arquivística é a base da classificação, “função que consiste em estabelecer o reflexo do contexto de produção e acumulação dos documentos, visando a organização e representação do conhecimento arquivístico no plano de classificação” e auxiliando a própria gestão de documentos.

Em pesquisas recentes, Faben, Rodrigues e Silva (2021) destacam a importância dos estudos de identificação arquivística para a Organização do Conhecimento (OC) e a contribuição destes resultados de pesquisa para o debate sobre acesso à informação no contexto da Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável. Os autores afirmam que a garantia deste direito

depende da recuperação e do acesso aos documentos públicos, uma vez que, neles, é registrada a informação produzida, recebida e acumulada pelos órgãos e entidades da administração pública no exercício de suas funções e atividades. Estas questões remetem à necessidade de reconhecimento da natureza do documento e da informação que circulam como ativo estratégico e produto da gestão administrativa e da necessidade de metodologia capaz de gerar tal conhecimento no âmbito da administração pública municipal brasileira como exigência para o efetivo cumprimento da legislação em vigor, perspectiva da Identificação como método de pesquisa que produz conhecimento arquivístico sobre os documentos e o órgão produtor (Faben et al., 2021, p. 70).

Silva e Corujo (2022, p. 16) ressaltam a pertinência destes estudos que buscam alinhamento dos conceitos da Organização do Conhecimento (OC) e

da Arquivística, “reconhecendo-se a importância da sua utilização e aplicação em diferentes contextos, que requerem compreensão teórica e prática do papel do arquivo, do arquivista e, em particular, do saber arquivístico na promoção e na difusão do conhecimento organizacional ou social”.

Neste sentido, o método de identificação arquivística aplicado ao estudo da tipologia documental acumulada nos arquivos possibilita a recuperação da proveniência quando não existem as condições materiais para iniciar seu tratamento técnico; permite a reconstrução das circunstâncias de criação de um documento, das ações, transações, processos e procedimentos administrativos que se materializaram na forma e na substância e que justificaram as relações de organicidade específicas da gestão do órgão produtor. A partir do reconhecimento do tipo e comparação dos seus elementos identificadores determinados pela ação que lhe dá origem se forma a série documental, perspectiva do tratamento técnico.

Identificação de tipologia documental em arquivos de arquitetura

Por definição, arquivos são “os conjuntos de documentos que independentes de sua natureza ou suporte físico, são reunidos por acumulação natural, por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, no exercício de suas atividades”, na qual se verificam algumas características essenciais dos documentos de arquivo (Camargo & Belloto, 1996, p. 5).

A primeira é a natureza probatória, o documento de arquivo é o registro do ato que lhe dá origem, é o espelho fiel dessa ação, identidade que se revela na análise de suas características intrínsecas e extrínsecas. A segunda característica assenta no arquivo, que se forma por um processo de acumulação natural, o que significa dizer que tem o atributo especial de ser um conjunto orgânico e estruturado de documentos, onde seu conteúdo e significado só podem ser compreendidos na relação que mantém com o contexto de produção, as suas origens funcionais. O conjunto é orgânico porque, refletindo à atividade administrativa que lhe dá origem, revela que os documentos estão relacionados entre si. “A organicidade é uma qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, as funções e as atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas” (Belloto & Camargo, 1996, p. 57).

A identidade do documento de arquivo se mostra através dos elementos que o integram: sua estrutura e substância. Estão representadas através de regras, que contém elementos intrínsecos e extrínsecos. Estes caracteres são estudados do ponto de vista da Diplomática e também da Arquivística. A estrutura do documento está relacionada com sua aparência externa,

enquanto a substância refere-se ao seu conteúdo, elementos necessários para que o documento possa cumprir seus objetivos.

Os elementos externos, extrínsecos, físicos, de estrutura ou formais têm a ver com a estrutura física e com a forma de apresentação do documento. De outro lado, os elementos internos, intrínsecos, substantivos ou de substância têm a ver com o conteúdo substantivo do documento, seu assunto propriamente dito, assim como com a natureza de sua proveniência e função (Bellotto, 2004, p. 54).

Estas questões remetem ao conceito de documento de arquivo e a necessidade de um parâmetro científico para identificá-lo. Por esta razão não podem ser reconhecidos pelo assunto, mas pela ação que determinou sua produção em determinado contexto. O tipo documental, denominação dada ao documento de arquivo, sintetiza esta perspectiva.

A finalidade deste estudo de tipologia documental é “fixar os modelos de unidades documentais, dando-lhes nome próprio e, a partir deles, poder conhecer às unidades documentais semelhantes”, permitindo ainda “reconhecer e formar as respectivas séries documentais de qualquer fundo e representá-las, no momento da descrição, com o nome no plural do tipo das unidades documentais correspondentes”. O “estudo do termo e do conceito tipo, referido aos documentos nos remete necessariamente à Diplomática”. Este estudo não pode ser subjetivo, exige consenso e para isto “são necessários os conhecimentos de Diplomática e dos procedimentos administrativos”, destaca Antonia Heredia Herrera (2006, p. 26).

Reflexo e produto material da ação desenvolvida no processo administrativo, a especificidade de cada arquivo vem comprovada pela tipologia documental produzida e acumulada, perspectiva da proposta de estudos da gênese do documento de arquitetura para planejamento do seu tratamento técnico no arquivo.

Em um estudo acerca da natureza do documento arquitetônico e do cartográfico, Carrascal Simon e Gil Tort (2008, p. 16) afirmam que tanto a substância (elemento interno) quanto a estrutura (elemento externo) impõem um interesse advindo dos arquivistas e historiadores: objetivam o entendimento dessa substância, desse conteúdo informacional, que pode ser considerado uma fonte para desvendar múltiplos aspectos do passado.

Os documentos de arquitetura são “originários de atividades ligadas à construção de edifícios e outras estruturas, são preservados a título de prova ou referência”. Quando decorrem de funções estatais, “são documentos de guarda permanente, produzidos por órgãos públicos e os escritórios de arqui-

tetura”. Nos órgãos públicos, “o controle da atividade de obras pode incidir sobre construção, edificação, manutenção, prospecção, reabilitação, reforma, reparação, requalificação, restauração e reutilização” (Ferreira, 2021, pp. 5 e 8).

Documentos que registram as diversas *etapas da atividade projetual* (planejamento, concepção, execução e manutenção do espaço). São produzidos nas distintas *fases da representação do processo criativo* (desenhos preliminares, desenhos de concepção e desenhos de execução), em diferentes *meios de expressão gráfica* (desenhos esquemáticos, desenhos à mão livre, desenhos por instrumentos e desenhos assistidos por computador). Estão relacionados aos *estágios do processo de concepção do espaço* (estudos, anteprojeto, projeto básico e projeto executivo), em variadas *escalas* (regional, urbano, edifício e objeto) (Ferreira, 2021, p. 11, grifo do autor).

Paulo Batista (2011), analisando a série de processos de obras particulares do Arquivo Municipal de Lisboa, afirma que “se trata de um conjunto de processos relacionados com um determinado edifício, documentando a vida do imóvel desde a construção até o final de sua existência, ou seja, até a demolição total”. O autor destaca os parâmetros da tipologia documental³ para reconhecer a independência dos processos que integram o processo de obras particulares, ao indicar que estão “sujeitos a uma tramitação administrativa própria, com circuitos bem definidos e um código alfanumérico exclusivo, de acordo com a sua tipologia documental, razão pela qual é fundamental que estejam devidamente organizados” (Batista, 2009, p. 56; 2021, p. 81). Neste contexto, aponta como exemplos de tipologia documental, entre outros,

Projeto inicial de arquitetura; Plantas de implantação/localização; Telas finais de alterações; Planta da fração; Planta geral dos andares; Alçados e cortes; Autos de vistoria; Memória descritiva; Licença de utilização; Projeto de esgoto; último projeto de alteração; Requerimento inicial; Licenças de obras; Comprovativo de pagamento da licença; Informação relativa ao andamento da obra (Batista, 2021, p. 83, grifo nosso).

³ A tipologia documental tem por objeto o tipo documental, entendido como a “configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou” (Bellotto, 2000, p. 9, *apud* Batista, 2009, p. 56). De acordo com a NP 4041, uma tipologia documental é a “categoria em que se insere um documento de arquivo segundo a sua forma e as funções a que se destina” (Batista, 2009, p. 57).

A investigação da gênese e desenvolvimento da atividade arquitetônica podem clarificar as circunstâncias de criação dos documentos e o contexto de sua produção⁴, que permite correlacionar as funções e atividades que resultam nessa produção documental, facilitando a implementação da gestão de documentos e funções arquivísticas. O estudo dos elementos da gênese documental das plantas de arquitetura, que em algumas ocasiões podem possuir um caráter individualizado, contudo, em geral, integram um conjunto mais amplo de documentos gráficos que se inter-relacionam e que dizem respeito a um mesmo objeto arquitetônico, ou seja, uma edificação.

Para Carrascal Simon e Gil Tort (2008, p. 18), neste último caso, esses documentos formariam uma unidade documental denominada projeto de arquitetura. O conhecimento desta estrutura documental básica que se produz e em que se acumulam documentos é de interesse para o arquivista, que tem como desafio a identificação da tipologia documental que integra o projeto e sua organização.

Igualmente, os estudos das diversas normas elaboradas e usadas no processo de concepção e execução do projeto arquitetônico relacionadas com a construção, com as obras públicas e com os trabalhos de arquitetura e urbanismo permitem não só conhecer a instituição ou pessoa física que expediu ou recebeu a documentação, como também o próprio procedimento administrativo que afeta um determinado conjunto documental.

Conde Villaverde e Vieira (2010) observam que o tratamento técnico documental dos arquivos de arquitetura devem ser entendidos como um estudo amplo sobre: “produção, acesso, uso, avaliação, organização, descrição, conservação, documentos digitais, direitos autorais, cooperação e trabalho em rede” (Conde Villaverde & Vieira, 2010, pp. 14-15). Os autores acrescentam que é muito frequente a custódia desses arquivos por instituições culturais diversas, ocasionando “processos documentais, planejamentos e metodologias experimentais”, longe de um método vinculado ao tratamento arquivístico e identificação de tipos documentais, podendo ser considerado como um fator na acumulação indiscriminada e desordenada.

Apesar de sua natureza especificamente documental, os documentos e processos de arquitetura não se custodiam somente em arquivos e

⁴ A Revista *Projeto* publicou um documento básico, denominado *Normas para Elaboração de Projetos de Edificações – Arquitetura – Procedimento*, no qual o projeto arquitetônico estaria dividido nas seguintes etapas: levantamentos, programa de necessidades, estudo de viabilidade, estudo preliminar, anteprojeto, projeto legal, projeto básico e projeto para execução (Documento, 1989).

em serviços arquivísticos de arquitetura. De fato esses tipos documentais (croquis, plantas, fotografias, maquetes, etc.) estão dispersos e divididos por todos os tipos de fundos e séries, independente da natureza das funções e dos objetivos encomendados ao produtor ou do tipo de jurisdição institucional [...] (Conde Villaverde & Vieira, 2010, p. 14).

Conde Villaverde (2004) ressalta a importância do método de identificação aplicado ao processo de organização dos arquivos de arquitetura:

A vinculação de cada documento com seu entorno direto converterá em um eixo prioritário e essencial de todo o processo de tratamento, a identificação (do sujeito produtor, do contexto funcional, etc.) cujos resultados, a relação de todas as séries que compõem cada fundo, representadas de forma estruturada no quadro de classificação, será o ponto de partida das demais etapas da metodologia arquivística – avaliação, descrição e disseminação (Conde Villaverde, 2004, p. 125).

A partir destas reflexões teóricas sobre os arquivos de arquitetura, bem como sobre os fundamentos do método de identificação arquivística aplicado ao reconhecimento do produtor e da tipologia documental que configuram as séries documentais acumuladas no arquivo, efetua-se a análise dos documentos de arquitetura (fundo) produzidos pelo escritório técnico Severiano Mário Porto Planejamento e Arquitetura Ltda., custodiados pelo NPD/UFRJ.

Identificação arquivística aplicada ao Fundo Severiano Mário Porto do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD/UFRJ): Um estudo da gênese e tratamento dos projetos de arquitetura⁵

O Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD) é uma unidade orgânica, vinculada ao Departamento de Projetos de Arquitetura (DPA) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), criado em 14 de abril de 1982. Atua como arquivo histórico da FAU/

⁵ Recorte da dissertação de mestrado de Claudio Muniz Viana defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), sob a orientação de Ana Célia Rodrigues, em 2012. Recebeu o Prêmio Pesquisador Júnior 2012 do GT2 – Organização e Representação do Conhecimento no *XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação* (ENANCIB) (Viana, 2012; Viana & Rodrigues, 2020).

UFRJ, efetuando o recolhimento de conjuntos documentais vinculados ao ensino, pesquisa e projetos de arquitetura, urbanismo e engenharia. Possui um acervo composto por arquivos de significativos expoentes da arquitetura moderna e contemporânea brasileira⁶, além de conjuntos documentais provenientes da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) e Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA), atual Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Dentre estes acervos custodiados pelo NPD, destacamos o arquivo do escritório técnico de Severiano Mário Porto, um arquiteto com intensa atividade profissional na região amazônica, nosso objeto para abordar a pertinência dos estudos de identificação arquivística para reconhecer e organizar a tipologia documental deste fundo.

Fundo Severiano Mário Porto

Severiano Mário Porto, nascido em 1930, em Uberlândia, no Estado de Minas Gerais, Brasil, ingressou na Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) da antiga Universidade do Brasil (atual UFRJ), no Rio de Janeiro, em 1950, colando grau em 1954.

Desde a década de 1940, a FNA, formou vários arquitetos de grande importância para a arquitetura moderna e contemporânea brasileira. Nesse contexto e sob a influência das novas perspectivas da arquitetura do período em que se formou, Severiano Mário Porto segue para Manaus, capital do estado do Amazonas, em 1965, a fim de desenvolver projetos, principalmente ligados a obras públicas. Sua trajetória reflete uma tendência migratória de arquitetos, que buscam novos polos de desenvolvimento no país para divulgar e propagar a arquitetura desenvolvida no âmbito da FNA e Rio de Janeiro. Assim, a região amazônica passa a ser, a partir de então, o centro catalizador da produção arquitetônica deste profissional, no período de 1965 a 1995 (Kyung Mi, 1998, p. 8).

Para atender à demanda de projetos encomendados, associa-se ao arquiteto Mario Emilio Ribeiro, colega de turma da FNA, para a fundação do escritório técnico de arquitetura *Severiano Mário Porto Planejamento e Arquitetura Ltda.*, com filial no Rio de Janeiro, RJ e matriz em Manaus,

⁶ Destacam-se os acervos dos arquitetos: Affonso Eduardo Reidy, Luiz Paulo Conde, Sérgio Bernardes, Jorge Machado Moreira, Carlos Leão, Francisco Bologna, MMM Roberto, Severiano Mário Porto, Morales de los Rios, Rolf Werner Hüther, Ulysses Burlamaqui, Gastão Bahiana, Aldary Henriques Toledo, Stélio Alves de Souza, entre outros.

AM, que desenvolvem vários projetos de 1969 a 1990, quando a sociedade foi interrompida.

Nesse contexto, dentre as obras e projetos realizados, acompanhados e coordenados por Severiano Mário Porto através do seu escritório técnico, escolhemos como objeto o conjunto documental remanescente da construção da antiga Universidade do Amazonas (atual Universidade Federal do Amazonas), especificamente os documentos acumulados da obra do edifício da Faculdade de Odontologia e Farmácia. Esse projeto teve início em 1973, juntamente com a construção do *campus* da Universidade, com elaboração dos estudos preliminares e anteprojeto, e, em 1974, após aprovação pelas autoridades e órgãos de fiscalização, a elaboração do seu projeto de execução e detalhamentos gerais.

Trata-se de um arquivo de grandes proporções, com aproximadamente 277 projetos de arquitetura, além das cópias dos projetos complementares, totalizando cerca de 40.000 documentos gráficos, acondicionados em 440 caixas-boxes e 220 caixas-rolos de grandes dimensões. Neste contexto, priorizamos a localização do processo de construção da antiga Universidade do Amazonas (atual Universidade Federal do Amazonas), especificamente os projetos de arquitetura acumulados da obra da Faculdade de Odontologia e Farmácia (1973-1974), campo empírico da pesquisa.

Procedimentos de identificação arquivística

No âmbito desta pesquisa, o conhecimento dos procedimentos e das atividades estabelecidas ao longo da concepção e da execução dos projetos de arquitetura, bem como a correta identificação e delimitação dos tipos documentais existentes neste processo de construção, são de grande interesse para o arquivista. Os resultados obtidos com a aplicação deste método de pesquisa se configuram na elaboração de parâmetros conceituais para os processos de organização, descrição e disseminação das informações que envolvam os arquivos de arquitetura.

No delineamento da pesquisa, enfatizamos o estudo do contexto onde o documento de arquitetura é produzido e acumulado e definimos os procedimentos para aplicação do método de identificação nos conjuntos documentais que integram o Fundo Severiano Mário Porto: análise e leitura dos itens documentais; identificação do órgão produtor; identificação das espécies documentais, levando em consideração a literatura arquivística e a arquitetônica; as orientações estabelecidas pelo Conselho Internacional de

Arquivos em que os projetos da construção devem ser primeiramente identificados e separados da massa documental acumulada, respeitando a proveniência (Daniels, 2000, p. 69); análise, identificação e preservação dos documentos que indiquem a estrutura, procedimentos e operações dos produtores responsáveis pelo projeto de arquitetura; identificação dos tipos documentais presentes nos projetos de arquitetura analisados; identificação das séries documentais e definição da estrutura e instrumentos de classificação/arranjo e descrição arquivística.

Com base neste roteiro pré-estabelecido e pesquisas documentais na literatura arquivística e de campo realizadas no arquivo do NPD/UFRJ, elaboramos os modelos de Formulário de Identificação de Órgão Produtor e Formulário de Identificação de Tipo Documental⁷ aplicados no estudo de identificação arquivística dos documentos de arquitetura do Fundo Severiano Mário Porto.

1. Identificação de Órgão Produtor

A primeira etapa consistiu em definir os elementos para identificação de órgão produtor (Tabela 1) que fundamenta o preenchimento do formulário para o estudo orgânico-funcional do Escritório Severiano Mário Porto Arquitetura e Planejamento Ltda. (Tabela 2).

Tabela 1 – Elementos para identificação do órgão produtor.

ELEMENTOS PARA A IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO PRODUTOR	
Elemento	Descrição
Nome do produtor	Entidade coletiva, pessoa ou família identificada como produtor do arquivo.
Data e legislação	Data de criação e legislação que rege a entidade produtora dos documentos.
Entidade custodiadora	Entidade coletiva responsável pela custódia e acesso a um arquivo.
Datas-limite	Elemento em que são indicadas as datas do início e do término do período abrangido pela produção documental.
Data tópica	Elemento de identificação do local de produção de um documento.

⁷ Elaboração do autor a partir dos estudos de Bellotto (2004, p. 53), Rodrigues (2008, p. 208), Conde Villaverde (1992, 2004) e Latorre Merino & Martín-Palomino y Benito (2000, p. 48).

Contexto funcional	Informações sobre as competências, funções e atividades desempenhadas pelo produtor.
História administrativa	Informações básicas sobre a trajetória do produtor, da criação ou nascimento até a sua extinção ou falecimento.
História de custódia	Informações sobre a história de produção, acumulação e custódia do acervo.
Séries documentais	Relação das séries documentais constituintes do fundo arquivístico.

Tabela 2 – Formulário de Identificação do Órgão Produtor.

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO PRODUTOR⁸	
Nome do produtor: Severiano Mário Porto Arquitetura e Planejamento Ltda. Endereço (sede): Rua Ramos Ferreira, 1203, Manaus, Amazonas. Endereço (filial): Avenida Rio Branco, 185, Grupos 2109/2110, Centro, RJ.	
Data e legislação: Fundação em 27/10/1969 e extinção em 1990. - Contrato social - CGC Manaus 04.395.430/0001-00 / Insc. Est. AM: 041.05412-1 - CGC Rio de Janeiro 04.395.430/0002-91 / Insc. Est. RJ: 281.852.00	
Entidade custodiadora: Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD/FAU/UFRJ).	
Datas-limite: 1963-2000	Data tópica: Manaus, AM.
Contexto funcional: Função: Coordenação de projetos de construção civil. Atividade: Planejamento e concepção de projetos de arquitetura e urbanismo.	
História administrativa: O escritório técnico, de acordo com os dados do CGC, foi fundado em 27/10/1969, e suas atividades foram cessadas por volta de 1990. Contudo, os sócios e arquitetos Severiano Mário Porto e Mário Emílio Ribeiro realizaram atividades de concepção de projetos de arquitetura antes e depois destes períodos, produzindo diversos projetos desde 1963 até o ano de 2000. Os documentos foram acumulados conjuntamente com todo o restante da documentação produzida no período de sua constituição jurídica.	
História de custódia: No início dos anos 2000, todo o conjunto documental foi doado ao NPD/FAU/UFRJ, passando a constituir-se como Entidade custodiadora .	
Série Documental: Projeto arquitetônico da Universidade do Amazonas.	

⁸ Os dados aqui registrados foram obtidos através de informações fornecidas por Gilda Porto, esposa do arquiteto Severiano Mário Porto em 11/02/2012 (Informação verbal); através de consulta ao cadastro nacional de pessoa jurídica da Receita Federal do Brasil, disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br>; pela entrevista do arquiteto ao pesquisador Kyung Mi Lee publicada na Revista Projeto, em 1992 (Kyung Mi Lee, 1998, p. 135). E, por último, pela própria análise dos documentos recolhidos ao Núcleo de Pesquisa e Documentação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD/UFRJ).

2. Identificação do Tipo e Série Documental

A segunda etapa foi definir os elementos para identificação de tipos documentais (Tabela 3) que fundamenta o preenchimento do formulário de identificação da tipologia documental que integra o projeto de arquitetura (Tabela 4).

Tabela 3 – Elementos para identificação da tipos documentais.

ELEMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA TIPOS DOCUMENTAIS	
Elementos	Descrição
Denominação	Denominação do tipo (espécie + atividade).
Espécie documental	Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas. Exemplo: planta, fachada, perspectiva, corte, vistas, detalhes etc.
Atividade	A ação para cujo cumprimento o documento foi criado.
Produtor	Entidade coletiva, pessoa ou família identificada como produtor do arquivo.
Autor	As pessoas físicas ou jurídicas que concorrem para a criação do documento.
Destinatário	As pessoas físicas ou jurídicas a quem se destina um documento.
Contribuintes	Pessoas que colaboram para a criação do documento.
Elementos externos	Características externas do documento que correspondem ao gênero, suporte físico, formato e forma do documento.
Conteúdo	Dados que se repetem na estrutura do documento.
Documentos em anexo	Documentos que integram o tipo documental.
Datas-limite	Elemento em que são indicadas as datas do início e do término do período abrangido pela produção documental.
Notação	Número de identificação do documento.
Localização	Localização física do documento.
Dimensão	Dimensão física do documento.
Legislação	Norma jurídica que determina o uso do tipo documental.
Responsável pelo reenchimento	Pessoa envolvida na tarefa de identificação e preenchimento do formulário.
Local e data	Local de realização do preenchimento e data.

Tabela 4 – Formulário de Identificação de Tipo Documental.

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE TIPO DOCUMENTAL – 01
Denominação: Encargos e especificações de projeto de construção.
Espécies documentais constituintes: Encargos; Especificações.
Atividade: Elaboração do anteprojeto.
Produtor: Severiano Mario Porto Arquitetura e Planejamento Ltda.

Autores: Severiano Mário Porto; Mario Emílio Ribeiro
Destinatário: Fundação da Universidade do Amazonas
Contribuintes: -----
Elementos externos: Gênero: documento textual Suporte: papel Forma: original Formato: caderno
Conteúdo: Condições gerais não especificadas em contrato, especificações de materiais e equipamentos, normas e especificações de serviços, referentes ao projeto de arquitetura e projetos complementares.
Documentos em anexo: -----
Datas-limite: 1973-1980
Notação: SMP.UA.3
Localização: 2U-CX49/CX50
Dimensão: 09 volumes
Legislação: ABNT NBR 5679:1972/1977, ABNT NBR 6492:1994 e Resolução CAU/BR N° 21/2012.
Responsável pelo preenchimento: Claudio Muniz Viana
Local e data: Rio de Janeiro, 10/05/2012.

Segundo Rodrigues (2008, p. 166), a tipologia documental tem como parâmetro conceitual a identificação do tipo e para sua fixação o arquivista deve reconhecer a espécie documental que associada a uma função/atividade, gera o tipo documental. As espécies são as configurações documentais dispostas sob uma mesma estrutura semântica e são juridicamente aceitas e com conteúdo validado por este motivo (Bellotto, 2004, p. 52).

Aplicando este parâmetro teórico, realizamos uma pesquisa documental e levantamento de dados sobre as espécies documentais identificadas no projeto de construção da Faculdade de Odontologia e Farmácia da Universidade do Amazonas, de acordo com as atividades realizadas pelo produtor (Tabela 5) e o detalhamento dessas espécies, apresentando as definições com base na própria análise documental realizada nos estudos de identificação arquivística, nos conceitos estabelecidos pelo *Dicionário Ilustrado de Arquitetura* (Albernaz & Lima, 2000) e nas normas da ABNT⁹ (Tabela 6).

⁹ Dentre as normas que definem a produção de espécies documentais no âmbito da arquitetura brasileira, citamos: a Resolução do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR nº 21/2012, NBR-6492:1994, NBR 10582:1988, NBR 10068:1987, NBR 13531:1995, NBR 13532:1995 e a NBR 5679:1972/1977 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Tabela 5 – Identificação de espécies documentais, de acordo com as atividades do produtor.

Competência	Função	Atividades	Espécies documentais
Planejamento de projetos de arquitetura e urbanismo	Coordenação de projetos de arquitetura, urbanismo e complementares.	Elaboração do pré-projeto	- Programa arquitetônico ou programa de necessidades - Levantamento topográfico
		Elaboração dos estudos preliminares	- Memorial descritivo - Croquis - Plantas - Perspectivas - Cortes
		Elaboração do anteprojeto	- Encargos - Especificações - Orçamento - Análise preliminar de custo - Estimativa de custo - Memorial descritivo - Plantas - Planta de situação - Planta de cobertura - Fachadas - Cortes
		Elaboração do projeto executivo	- Plantas - Planta de situação - Planta de cobertura - Vistas - Cortes - Fachadas - Detalhes

Tabela 6 – Detalhamento das espécies documentais identificadas.

DEFINIÇÃO DAS ESPÉCIES DOCUMENTAIS	
Espécies documentais	Definição
Análise preliminar de custo	Documento textual eventual, contendo dados preliminares do orçamento do projeto.
Cortes	Documento de representação gráfica, contendo desenho de seção vertical feita no edifício ou em parte dele.
Croqui	Documento de representação gráfica, contendo desenho que mostra em linhas gerais, sem pormenores, a ideia inicial de um projeto arquitetônico ou de uma obra construída.

Detalhes	Documento de representação gráfica, contendo desenho de algum pormenor da construção, com o fim de completar as informações necessárias à sua execução. Em geral são feitos detalhes de esquadrias, divisórias, muros, gradis, revestimentos etc.
Encargos	Documento textual que estabelece os requisitos, condições e diretrizes técnicas e administrativas para a execução de obra ou serviço técnico.
Encargos e especificações	Documento textual que engloba os encargos e as especificações.
Especificações	Documento textual que estabelece as condições de execução e o padrão de acabamento para cada tipo de serviço, indicando os materiais especificados e os locais de sua aplicação, obedecendo à legislação pertinente e podendo ser parte integrante dos encargos.
Estimativa de custo	Documento textual eventual, contendo dados de previsão orçamentária.
Estudo de viabilidade econômico-financeira	Documento textual, contendo análise técnica e econômico-financeira de um empreendimento arquitetônico, urbanístico ou paisagístico para fins de subsidiar planos, estudos e projetos da mesma natureza.
Fachada	Documento de representação gráfica, contendo desenho de cada uma das faces externas do edifício.
Levantamento topográfico	Documento de representação gráfica, contendo desenhos que representam as declividades do terreno.
Memorial	Documento textual, contendo ilustrações ou não, que descreve de forma completa os serviços a serem executados na obra do edifício.
Memorial descritivo ou memória justificativa	Documento textual, contendo ou não desenhos de representação gráfica, que complementa o projeto arquitetônico. Existem também memoriais descritivos que complementam os projetos complementares, como instalações hidráulicas e ar-condicionado.
Memorial descritivo e de cálculo	Documento textual, contendo estimativas e cálculos de projetos complementares.
Orçamento	Documento textual e contábil que engloba os orçamentos de serviços e materiais.
Perspectiva	Documento de representação gráfica, contendo desenho de uma peça, um elemento, um edifício ou parte dele, um conjunto arquitetônico e o seu entorno, de modo que se apresentem as três dimensões.

Planta	Genericamente, documento de representação gráfica, contendo desenho que representa a projeção horizontal de um elemento da construção, de uma edificação, de um terreno ou de uma área. Existem vários tipos de planta, que de acordo com o que representam, recebem denominações especiais. Conhecida também como planta baixa ou planta de edificação.
Planta de cobertura	Documento de representação gráfica, contendo desenho que mostra o edifício visto de cima, apresentando o contorno total da edificação.
Planta de locação	Documento gráfico, contendo desenho que representa a projeção horizontal dos elementos estruturais e de vedação.
Planta de situação	Documento de representação gráfica, contendo desenho que indica o terreno, seus principais acessos, a orientação e a implantação das edificações e de elementos construtivos.
Planta topográfica	Documento de representação gráfica, contendo desenhos que representam as declividades do terreno. É elaborado a partir do levantamento topográfico do terreno.
Programa de necessidades ou programa arquitetônico	Documento preliminar do projeto arquitetônico que caracteriza o empreendimento ou o projeto objeto de estudo, que contém o levantamento das informações necessárias, incluindo a relação dos setores que o compõem, suas ligações, necessidades de área, características gerais e requisitos especiais, posturas municipais, códigos e normas pertinentes.
Propostas orçamentárias	Documento textual e contábil, contendo propostas orçamentárias de serviços e materiais a serem adquiridos pelo cliente.
Vistas	Documento de representação gráfica, contendo desenho da projeção vertical de um dos lados da edificação, de parte desta ou de um elemento ou peça da construção. A vista dos lados externos do edifício é mais frequentemente chamada de fachada, alçado ou elevação.

Após o levantamento de dados sobre as espécies documentais e a identificação dos tipos documentais resultantes das atividades arquitetônicas, agrupamos a tipologia em séries documentais. Daniels (2000, p. 68) indica o uso de séries documentais nos arquivos de arquitetura considerando a produção de documentos seriados, referentes a atividades específicas ou que estejam baseadas em tipos documentais semelhantes.

Nesta perspectiva, cada projeto de construção corresponderia a uma série e internamente estaria estruturado de acordo com a ordem original em que os documentos foram elaborados, garantindo a preservação do signifi-

cado de cada documento no contexto de produção e revelando desta forma, o seu conteúdo como prova de uma ação. Os documentos relacionados à estrutura interna do projeto de construção são ordenados a partir do tipo de projeto, isto é, os desenhos de origem estrutural, elétrica, hidráulica e instalações em geral assumem uma posição distinta no arranjo, sendo considerados separadamente dos desenhos do projeto de arquitetura, mantendo, contudo, a organicidade do conjunto projetual. No reconhecimento das séries, consideramos que a concepção de um arquivo de arquitetura obedece a uma ordem de produção, envolvendo estudos preliminares, anteprojetos, projetos legais e projetos executivos e que a sua manutenção possibilita a compreensão da história da trajetória profissional do arquiteto, bem como a preservação do contexto arquivístico.

Atribuímos às séries documentais uma ordenação cronológica e para os itens documentais dos projetos de arquitetura, uma ordenação consoante à ordem original das etapas do projeto arquitetônico, refletidas na sua classificação e descrição. Como se trata de um arquivo permanente, elaboramos o quadro de arranjo¹⁰ (Tabela 7) e o inventário das séries documentais para organizar o Fundo Severiano Mário Porto (Tabela 8).

Tabela 7 – Quadro de arranjo do Fundo Severiano Mário Porto.

Unidade de Descrição	Título da Unidade de Descrição	Código
Entidade custodiadora	Núcleo de Pesquisa e Documentação	NPD
Fundo	Severiano Mario Porto	SMP
Grupo	Construção da Universidade do Amazonas	UA
Série 1	Projeto de Arquitetura da Faculdade de Odontologia e Farmácia	SMP.UA.FOF.A
Série 2	Projeto de Reforma da Faculdade de Odontologia e Farmácia	SMP.UA.FOF.R
Série 3	Encargos e especificações de projeto de construção	SMP.UA.3
Série 4	Orçamento de projeto de construção	SMP.UA.4
Série 5	Memorial descritivo de projeto de construção	SMP.UA.5
Série 6	Plano-piloto de projeto de construção	SMP.UA.6

¹⁰ Arranjo é um termo considerado na literatura arquivística brasileira como uma “denominação tradicionalmente atribuída à classificação de documentos em arquivos permanentes” (Camargo & Bellotto, 1996, p. 9).

Tabela 8 – Inventário dos tipos documentais que constituem as séries do Fundo Severiano Mário Porto.

Tipo documental 1: Encargos e especificações de projeto de construção
Espécies documentais constituintes: Encargos; Especificações.
Atividade: Planejamento e concepção de projetos de arquitetura e urbanismo.
Datas-limite: 1973-1980
Legislação: ABNT NBR 5679:1972/1977, ABNT NBR 6492:1994 e Resolução CAU/BR N° 21/2012.
Dimensão: 09 volumes Notação: SMP.UA.3 Localização: 2U-CX49/CX50
Tipo documental 2: Orçamento de projeto de construção
Espécies documentais constituintes: Orçamento; estimativa de custo.
Atividade: Planejamento e concepção de projetos de arquitetura e urbanismo.
Datas-limite: 1980-1983
Legislação: ABNT NBR 5679:1972/1977, ABNT NBR 6492:1994 e Resolução CAU/BR N° 21/2012.
Dimensão: 08 volumes Notação: SMP.UA.4 Localização: 2U-CX51
Tipo documental 3: Memorial descritivo de projeto de construção
Espécies documentais constituintes: memorial descritivo de arquitetura e instalações.
Atividade: Planejamento e concepção de projetos de arquitetura e urbanismo.
Datas-limite: 1980
Legislação: ABNT NBR 5679:1972/1977, ABNT NBR 6492:1994, NBR 13532:1995 e Resolução CAU/BR N° 21/2012.
Dimensão: 04 volumes Notação: SMP.UA.5 Localização: 2U-CX52
Tipo documental 4: Programa de necessidades de projeto de construção
Espécies documentais constituintes: programa arquitetônico.
Atividade: Planejamento e concepção de projetos de arquitetura e urbanismo.
Datas-limite: 1973
Legislação: ABNT NBR 5679:1972/1977, ABNT NBR 6492:1994, NBR 13531:1995, NBR 13532:1995 e Resolução CAU/BR N° 21/2012.
Dimensão: 01 volume Notação: SMP.UA.6 Localização: 2U-CX53

Os resultados da pesquisa demonstram a pertinência da adoção do método de identificação arquivística para reconhecer, classificar e descrever a tipologia documental dos arquivos de arquitetura, como uma estratégia a ser discutida e pactuada entre os profissionais envolvidos neste campo específico.

Considerações finais

A Diplomática é uma disciplina investigativa que fornece à Arquivística os parâmetros teóricos e metodológicos necessários para identificar a gênese dos documentos de arquivo na busca de soluções para superar os desafios impostos para seu reconhecimento, gestão, organização e acesso.

A relação estabelecida entre a Diplomática e a Arquivística, no contexto da identificação de tipologia documental, revela a pertinência destes estudos para o desenvolvimento das funções arquivísticas. Ao considerarmos a identificação arquivística como método para o tratamento de fundos acumulados em arquivos, independentemente da atividade ou campo do conhecimento ao qual estejam vinculados os documentos, reafirmamos a necessidade de que os arquivos de arquitetura devam ser objeto de estudos que envolvam a identificação de tipologia documental, contribuindo para revelar a natureza singular do documento constante dos projetos de arquitetura e construção em geral, como elementos de prova e informação.

Dotados de uma essência e estabilidade concreta com características e informações semelhantes fixadas por um arcabouço jurídico-normativo, os tipos documentais das atividades administrativas em todas as áreas do conhecimento. Nesse sentido, os projetos de arquitetura também envolvem a produção desses documentos, como por exemplo, um memorial descritivo, o qual como uma espécie documental, acrescido de uma atividade arquitetônica, resulta em um tipo documental: memorial descritivo de projeto de arquitetura. Este tipo documental gerado na concepção arquitetônica tem como finalidade descrever, justificar critérios adotados e elucidar aspectos construtivos da obra, baseando-se em normas e padrões arquitetônicos adotados na construção.

A correta identificação da tipologia documental acumulada nos arquivos de arquitetura, estudo realizado no contexto da identificação arquivística, comprova que muitos documentos pouco explorados pelos pesquisadores e arquivistas nestes arquivos são capazes de revelar informações muito significativas sobre a ação que justificou sua produção, permitindo a recuperação da proveniência e organicidade perdida pelos efeitos danosos de processos de acumulação de massa documental, iniciados nos escritórios técnicos de arquitetura até o recolhimento à entidade custodiadora.

Nesta dimensão o trabalho arquivístico reveste-se de cientificidade, possibilitando o delineamento de um perfil profissional analítico, que fundamenta sua atuação na reflexão crítica sobre a natureza e características do documento, transformando o arquivista em produtor de conhecimento científico.

Referências bibliográficas

Albernaz, M. P., & Lima, C. M. (2000). *Dicionário ilustrado de arquitetura*. (2.ª ed). Pro-Editores.

- Arquivo Nacional (Brasil). (2005). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Arquivo Nacional.
- Batista, P. (2009). A gestão da série macroprocessos de obras particulares do Município de Lisboa. *Páginas a&b*, 4(1), 35-63.
- Batista, P. (2011). La serie documental "expedientes de obras particulares" en el municipio de Lisboa: análisis de su sistema de gestión. *Anales de Documentación*, 14(1), 1-23. <https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/115101/125781>
- Batista, P. (2021). *A organização e a descrição dos processos de obra particulares no município de Lisboa* [Comunicação]. Proceedings of the International Congress on Architectural Archives: "Professional Experiences in a Cultural Diversity" / International Congress on Architectural Archives: Section on Architectural Records of the International Council on Archives: Arquivo Distrital de Braga, 2019, setembro 25-27, Braga. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70577>
- Bellotto, H. L. (1982). Tipologia documental em arquivística. *Revista do Arquivo Municipal*, (195), 9-17.
- Bellotto, H. L. (1990). Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. *Arquivo do Município de Rio Claro*, 9(1), 4-15.
- Bellotto, H. L. (2000). *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado.
- Bellotto, H. L. (2004). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. (2.ª ed. rev. e amp.). Editora FGV.
- Blanco, M. (2004). *Los archivos de Arquitectura: la construcción de una Red integrada* [Acta]. Congreso Internacional de Archivos de Arquitectura, I, 2004. Actas, Alcalá de Henares.
- Camargo, A. M. A., & Bellotto, H. L. (1996). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Associação dos Arquivistas Brasileiros.
- Carrascal Simon, A., & Gil Tort, R. M. (2008). *Los documentos de arquitectura y cartografía: qué son y cómo se tratan*. Ediciones Trea.
- Carucci, P. (1994). *Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo*. Universidad Internacional Menéndez Pelayo, S&C Ediciones.
- Carucci, P. (2004). *Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo*. S&C Ediciones/Universidad Internacional Menéndez Pelayo.
- Conde Villaverde, M. L. (1992). *Manual de tratamento de arquivos administrativos*. Dirección de Archivos Estatales/Ministério de Cultura.
- Conde Villaverde, M. L. (2004). *El Archivo General de la Administración: una experiencia de tratamiento de grandes volúmenes de series documentales de arquitectura, urbanismo e ingeniería, en la etapa contemporánea* [Acta]. Congreso Internacional de Archivos de Arquitectura, I, 2004. Actas, Alcalá de Henares.
- Conde Villaverde, M. L., & Vieira, J. (2010). Introducción. *COMMA: International Journal on Archives*, pp. 13-15.
- Cortés Alonso, V. (1986). Nuestro modelo de análisis documental. *Boletín de ANABAD*, (3), 419-434.
- Daniels, M. (2000). Arrangement of architectural records. In ICA – International Council on archives – Section on Architectural Records, *International Council on archives. A guide to the archival care of architectural records: 19th-20th centuries* (pp. 65-75). <http://www.ica.org/>

- Dirección de Archivos Estatales/Ministerio de Cultura. (1993). *Diccionario de Terminología Archivística*. Dirección de Archivos Estatales/Ministerio de Cultura.
- Documento básico: normas para elaboração de projetos de edificações – arquitetura – Procedimento (1989). *Revista Projeto*, 125.
- Duranti, L. (1995). *Diplomática usos nuevos para una antigua ciencia*. Trad. Manuel Vázquez. Córdoba.
- Duranti, L. (2003). *La diplomatica dei documenti elettronici*. Università Ca'Foscari di Venezia. <http://www.biblio.unive.it/sba/novita/030527Duranti.asp>
- Faben, A., & Rodrigues, A. C. (2019). Identificação, classificação e organização do conhecimento arquivístico: reflexões em torno dos instrumentos de gestão de documentos. In T. H. B. Barros, & N. B. Tognoli (Org.), *Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades* (pp. 405-411). <https://isko.org.br/wp-content/uploads/2021/02/LIVRO-ISKO-BRASIL-EDICAO-BELEM.pdf>
- Faben, A., Rodrigues, A. C., & Silva, C. G. (2021, novembro 25-26). *Identificação como base para a organização do conhecimento arquivístico: contribuições para o debate sobre acesso à informação nos arquivos municipais do Brasil na Agenda 2030* [Ata]. Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde. Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal, Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/50067>
- Ferreira, M. C. B. F. (2021). *Manual de tratamento de documentos de arquitetura*. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.
- Heredia Herrera, A. (1991). *Archivística general; teoría y práctica*. (5.ª ed.). Diputación Provincial.
- Heredia Herrera, A. (2006). En torno al tipo documental. *Boletín de ANABAD*, 56(3), 13-36. <https://dialnet.unirioja.es/emplar/166232>
- Kyung Mi, L. (1998). *Severiano Mário Porto: a produção do espaço na Amazônia* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade de São Paulo.
- Latorre Merino, J. L., & Martín-Palomino y Benito, M. (2000). *Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales*. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte/S.G. de Información y Publicaciones.
- MacNeil, H. (2000). *Trusting records: legal, historical, and diplomatic perspectives*. Kluwer Academic Publishers.
- Mendo Carmona, C. (2004). Consideraciones sobre el método en archivística. *Documenta & Instrumenta*, (1), 35-46. <http://revistas.ucm.es/index.php/Docu/article/viewFile/DOCU0404110035A/19190/>
- Rodrigues, A. C. (2003). *Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo* [Dissertação Mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042003-181526/publico/tesaAnaCelia.pdf>
- Rodrigues, A. C. (2008). *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf

- Rodrigues, A. C. (2013) Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. *Ciência da Informação*, 42(1), 64-80. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/21810>
- Rodrigues, A. C. (2018) Tipología documental: diálogos entre la archivística y la diplomática para la construcción del método de identificación del documento de archivo. *Boletín de la ANABAD*, 68(3-4), 429-445.
- Romero Tallafigo, M. (1994). Ayer y hoy de la diplomática, ciencia de La autenticidad de los documentos. In P. Carucci, V. Cortés Alonso, A. García Rodríguez, R. Martín Celaya, C. Mendo Carmona, P. Pérez Aranda, C. Romeo Casabona, M. Romero Tallafigo, A. Sánchez Blanco, & A. Torreblanca López, *Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo*. S&C.
- Silva, C. G., & Corujo, L. (2022). Organização do conhecimento e arquivística: relações e prismas teóricos. *Acervo: Organização do conhecimento em arquivos*, 35(2), 1-23. <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1811/1719>
- Silva, C. G., Revez, J., & Corujo, L. (Coord.). (2021, novembro 25-26). *Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde: Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal*, Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/50067>
- Tognoli, N. B., Rodrigues, A. C., & Guimarães, J. A. C. (2019a). Archival Knowledge: Conceptual Frameworks for Recent Terminology in the KO Domain. *Knowledge Organization*, 46(7), 522-529.
- Tognoli, N. B., Rodrigues, A. C., & Guimarães, J. A. C. (2019b). Definindo o conhecimento arquivístico: estruturas conceituais. *Informação & Informação*, 24(2), 58-75. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/125800>
- Tognoli, N. B., & Rodrigues, A. C. (2018). An analysis of the theoretical and practical application of diplomatics to archival description in knowledge organization. In F. Ribeiro, & M. Cerveria (Eds.), *Challenges and opportunities for knowledge organization in the digital age* (pp. 43-51). Ergon Verlag.
- Viana, C. M. (2012). *Identificação de tipologia documental como metodologia para organização de arquivos de arquitetura* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade Federal Fluminense.
- Viana, C. M., & Rodrigues, A. C. (2020). Identificação de tipologia documental como metodologia para organização de arquivos de arquitetura. In L. S. Freitas, L. M. Campos, R. de Mattos, & V. M. M. da Fonseca (Orgs.), *O PPGCI/UFF nos Enancib: trabalhos premiados* (pp. 190-210). Tikinet Edição Ltda.

Recensões críticas

Ferreira, M. C. B. F. (2021). *Manual de tratamento de documentos de arquitetura – Orientações Técnicas. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.*

por ANA MARIA DE ALMEIDA CAMARGO

Professora Sênior do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

amcamar@usp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8830-066>

O manual elaborado por Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira para subsidiar o tratamento a ser dispensado aos documentos de arquitetura que integram os arquivos públicos municipais tem, na verdade, um alcance bem maior. Além de interessar diretamente aos quase 5.600 municípios existentes no Brasil, todos eles ostentando na estrutura organizacional de suas prefeituras um setor destinado a obras, viação e serviços urbanos, abrange atividades similares em outras esferas de governo e em outros países. Abrange também as instituições de custódia de documentos que se dispõem a abrigar arquivos de profissionais e de empresas de arquitetura.

À frente do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, em São Paulo, Brasil, na condição de superintendente, a autora (que é arquiteta de formação, com mestrado e doutorado obtidos junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) vem desenvolvendo um trabalho pioneiro em relação a tais documentos. De um lado, combina duas linguagens que nem sempre andam juntas: a empregada pelos arquitetos em suas multifacetadas atividades e aquela dos arquivistas, encarregados da gestão de documentos de arquitetura em suas distintas fases. De outro, e não menos importante, realiza a proeza de apresentar determinados procedimentos arquivísticos juntamente com o aparato conceitual que os fundamenta. O resultado é um manual na justa acepção da palavra, isto

é, um instrumento capaz de oferecer aos seus usuários as instruções exigidas por certo tipo de material específico e de prepará-los, ao mesmo tempo, para um desempenho profissional mais consciente. Conforme advertência que acompanha o sumário, à página 3, trata-se de manual “destinado aos responsáveis pelos documentos de arquitetura, com informações essenciais para o seu tratamento técnico, conciliando especificidades da produção arquitetônica aos princípios da arquivística, com vistas à preservação, à gestão, ao acesso e à difusão de informações”.

Antes de tratar dos documentos de arquitetura, a autora introduz o leitor no campo dos arquivos, assinalando sua peculiaridade face a outras instituições de custódia e indicando as fases de seu ciclo vital, a funcionalidade que os singulariza e as características formais que permitem descrevê-los. Nessa primeira parte do manual (capítulos 1 a 5) aparecem os conceitos de documento, arquivo, arquivo público, acervo, documento de arquitetura, biblioteca, museu, centro de documentação, centro de memória, fase corrente, fase intermediária, fase permanente, espécie, tipo, proveniência, origem funcional, data tópica, data crônica, suporte, forma, formato, gênero, técnica de registro e idioma. Uma verdadeira aula introdutória, que sintetiza os ensinamentos da literatura básica da área arquivística.

Tomando como ponto de partida a noção de que a arquitetura é “construção concebida com a intenção de organizar plástica e funcionalmente o espaço, em variadas escalas, considerando as necessidades humanas, as características ambientais e as potencialidades da técnica construtiva” (página 11), a autora concentra-se no projeto arquitetônico como representação do intervalo entre a ideia e o espaço construído. Para ela, os documentos de arquitetura são os documentos que, produzidos nas distintas fases do processo criativo, registram as diversas etapas da atividade projetual, mediante diferentes modalidades de expressão gráfica. Na parte destinada aos documentos de arquitetura (capítulos 6 a 19), fartamente ilustrada com as espécies e os tipos encontrados no arquivo que dirige, Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira analisa as fontes produtoras de documentos (organismos públicos, conselhos de classe, escritórios de profissionais e escolas de arquitetura), as etapas da atividade projetual (planejamento, concepção, execução e manutenção do espaço), as fases de representação do processo criativo (desenhos preliminares, de concepção e de execução), os diferentes meios de expressão gráfica (desenhos esquemáticos, a mão livre, por instrumentos e assistidos por computador), os estágios do processo de concepção do espaço (estudos, anteprojeto, projeto básico e projeto executivo) e as várias escalas envolvidas (região, cidade, edifício e objeto). De gênero iconográfico

e textual, os subprodutos documentais das atividades de obras, que podem incidir sobre construção, edificação, manutenção, prospecção, reabilitação, reforma, reparação, requalificação, restauração e reutilização, são minuciosamente descritos e representados no manual, de modo a permitir segurança no processo de sua identificação em organismos congêneres.

As orientações técnicas estendem-se para os procedimentos de conservação preventiva e para o diagnóstico dos principais problemas que afetam a integridade física dos documentos de arquitetura. Pequenos reparos no material em suporte-papel e nas superfícies emulsionadas das fotografias analógicas são também considerados, com soluções práticas de acondicionamento, mobiliário e reprodução por meio da digitalização. Como afirma a autora, à página 38:

Arquivos de arquitetura devem seguir normas e métodos de tratamento específicos para melhorar as condições dos suportes, principalmente dos documentos de gênero iconográfico. O papel constitui o material de base para os documentos de arquitetura e, pelas suas características (grandes dimensões, dobras normatizadas, uso durante a obra, acondicionamento e armazenamento especiais e ações do tempo), devem receber intervenções de conservação para minimizar os danos no suporte e para garantir a disponibilização da informação a longo prazo.

Merecem destaque as observações da autora quanto ao processo de digitalização a que devem ser submetidos os documentos de arquitetura (página 48): trata-se de ferramenta “essencial na preservação dos documentos (restringe o manuseio dos originais), no acesso à informação (permite consulta digital no local ou por meio remoto) e na difusão do acervo (abre a possibilidade de reprodução e de divulgação em diferentes meios e suportes)”.

Um glossário de 49 espécies e tipos documentais e uma explanação sobre as funções arquivísticas de arranjo, descrição e difusão, de caráter bem didático, complementam o trabalho. A autora enfatiza as operações de contextualização que conferem sentido aos documentos de arquitetura e presidem a elaboração de instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos e índices). E oferece, por fim, um belo exemplo de ação educativa com a exposição “A casa mais que morada”, realizada em Rio Claro e frequentada por estudantes de todas as idades.

Um manual como poucos, e que fazia muita falta entre nós. Uma ponte sólida entre aquilo que Heloísa Liberalli Bellotto costuma chamar de “o fascinante mundo dos arquivos” e aquele não menos fascinante da arquitetura. De aparência despretensiosa, próxima à dos folhetos que contêm o *modus operandi* de determinados equipamentos, o livro encerra ensinamentos preciosos e inquestionáveis. Vale a pena conferir.

BAUC VOL. EXTRA 1, 2023

NOTA DE APRESENTAÇÃO

ESTUDOS

Problemas, retos y oportunidades en los Archivos de Arquitectura
Andreu Carrascal

Architectural archives, a resource for knowledge and collective memory
Riccardo Domenichini

A necessária dimensão popular e cultural dos arquivos
Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira

Les archives d'architecture en France, un patrimoine récent et fragile
David Peyceré

Documento de arquitetura:
Gênese e tratamento na perspectiva da tipologia documental
Ana Célia Rodrigues; Claudio Muniz Viana

RECENSÕES CRÍTICAS

Ferreira, M. C. B. F. (2021). *Manual de tratamento de documentos de arquitetura – Orientações Técnicas*.
Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.
Ana Maria de Almeida Camargo

ISSN

0872-5632

2182-7974

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra
Arquivo da Universidade de Coimbra
Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal
URL: <http://www.uc.pt/auc>